PDI Plano de Desenvolvimento Institucional 2014 -2018

INSTITUTO FEDERAL
AMAZONAS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

PDI Plano de Desenvolvimento Institucional 2014 -2018

Manaus
2014

© Copyright 2014 Instituto Federal de Educação de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM.

Revisão de Normas Técnicas: Odimar José Ferreira Porto – CRB/AM. Nº 496/11

FICHA CATALOGRÁFICA

I59p

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM.

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional 2014 - 2018. / Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, IFAM. – Manaus: IFAM, 2014.

160p. il.; color.; 20x20cm

Contém Bibliografia.

ISBN: 978-85-68504-02-4

1. Educação 2. Planejamento 3. Plano de Desenvolvimento Institucional – IFAM I. Título.

CDD 378.3

Dilma Vana Rousseff
Presidente da República Federativa do Brasil

José Henrique Paim Fernandes
Ministro da Educação

Aléssio Trindade de Barros
Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

CONSELHO SUPERIOR

João Martins Dias
Presidente do Conselho Superior - § 1º do art. 10 da Lei Nº 11.892/2008

CONSELHEIROS TITULARES

Antônio Venâncio Castelo Branco
Membro Titular – Segmento docente

Aldenir de Carvalho Caetano
Membro Titular – Segmento docente

Lívia de Souza Camurça Lima
Membro Titular – Segmento Docente

Jânio Lúcio Paes Alves
Membro Titular – Segmento Administrativo

Ana Cláudia Teixeira do Nascimento
Membro Titular – Segmento Administrativo

Kátia Silva Machado
Membro Titular – Segmento Administrativo

Márcio Silva de Lira
Membro Titular – Segmento Egresso

João Fernandes Ferreira Lima
Membro Titular – Segmento Egresso

Nelson Azevedo dos Santos
Membro Titular – Segmento Sociedade Civil (FIEAM)

Genoir Pierosan
Membro Titular – Segmento Sociedade Civil (FIEAM)

Romulo Rogério Marques de Lima
Membro Titular – Segmento Sociedade Civil (SINTEC-AM)

Marcos Célio de Souza Bessa
Membro Titular – Segmento Sociedade Civil (SINTEC-AM)

Aécio Flávio Ferreira Filho
Membro Titular – Segmento Sociedade Civil (FAEA-AM)

Marcos Anderson Pinheiro Nogueira
Membro Titular – Segmento Sociedade Civil (FAEA-AM)

Ademar de Araújo Filho
Membro Titular – Representante do MEC/SETEC

Jorge Nunes Pereira
Membro Titular – Representante dos Diretores Gerais de Campi

Elias Brasilino de Souza
Membro Titular – Representante dos Diretores Gerais de Campi

José Pinheiro de Queiroz Neto
Membro Titular – Representante dos Diretores Gerais de Campi

ADMINISTRAÇÃO DO IFAM

João Martins Dias
Reitor

Antônio Venâncio Castelo Branco
Pró-Reitor de Ensino

Ana Mena Barreto Bastos
Pró-Reitora de Pesquisa e Inovação

Sandra Magni Dawrich
Pró-Reitora de Extensão

Ana Maria Alves Pereira
Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional

Júlio Cesar Campos Anveres
Pró-Reitor de Administração

DIRETORES GERAIS

Aildo da Silva Gama
Campus Tefé

Allen Bitencourt de Lima
Campus Itacoatiara

Aldenir de Carvalho Caetano
Campus Manaus Zona Leste

Elias Brasilino de Souza
Campus São Gabriel da Cachoeira

Gutemberg Ferraro Rocha
Campus Parintins

Jaime Cavalcante Alves
Campus Tabatinga

Jorge Nunes Pereira
Campus Humaitá

José Pinheiro de Queiroz Neto
Campus Manaus Distrito Industrial

Josiane Faraco de Andrade Rocha
Campus Lábrea

Júlio César Araújo de Freitas
Campus Manaus Centro

Jurandy Moreira M. Aires da Silva
Campus Coari

Leonor Ferreira Neta Toro
Campus Maués

Paulo Marreiro dos Santos Junior
Campus Presidente Figueiredo

Roquelane Batista de Siqueira
Campus Eirunepé

COMISSÃO CENTRAL DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Portaria N° 968 – GR/IFAM, de 12 de julho de 2013.

Ana Maria Alves Pereira
Presidente da Comissão Central - PRODIN

Antônio Venâncio Castelo Branco
Pró-Reitor de Ensino

Ana Mena Barreto Bastos
Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.

Sandra Magni Darwchi
Pró-Reitora de Extensão

Júlio Cesar Campos Anveres
Pró-Reitor de Administração

José Pinheiro de Queiroz Neto
Representante do CONSUP

Carlos Tiago Garantizado
Comitê de Tecnologia da Informação

João Luiz Cavalcante Ferreira
Comitê de Planejamento Institucional

Williamis da Silva Vieira
Membro Titular do SINASEFE

Analice Barbosa Pereira
Suplente Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

Yanna Santos de Medeiros
Suplente Pró-Reitoria de Administração

João Batista Neto
Suplente Pró-Reitoria de Ensino

Gyovanni Augusto Aguiar Ribeiro
Suplente Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.

Doraneide da Conceição Cavalcante Tahira
Suplente da Pró-Reitoria de Extensão

Bernadete Alves de Melo
Suplente SINASEFE

APRESENTAÇÃO

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia pelo Governo Federal constituiu uma ação de caráter revolucionário no País, tendo como base a Rede Federal de Educação Tecnológica. Os Institutos surgem com uma proposta de expansão do ensino técnico e tecnológico jamais vista, uma vez que irão promover ensino nos níveis básico, técnico e tecnológico, incluindo programas de formação e qualificação de trabalhadores, licenciaturas e cursos de pós-graduação lato e stricto sensu.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) nasceu mediante a integração da Escola Agrotécnica Federal de Manaus, Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira e Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (CEFET-AM), com o firme propósito de responder às demandas de formação profissional demandadas pela sociedade amazonense no contexto contemporâneo.

Diante desse quadro de franco fortalecimento e expansão da Rede Federal de Educação Profissionalizante, Científica e Tecnológica (EPCT), bem como em atendimento às exigências do Ministério de Educação, o IFAM na condição de Instituição de nível superior, assumiu a imperativa missão de consolidar seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), cuja natureza agrega experiências jamais reunidas numa proposta máxima de trabalho, uma vez que sua realidade amazônica reuniu escolas identificadas com o setor primário, secundário e terciário da economia.

Acreditamos que o presente Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2014-2018), resultado de efetiva participação de absolutamente todos os campi do IFAM e Reitoria, com suas especificidades, será um instrumento basilar para a gestão. Como foi construído e fundamentado nos princípios legais da Educação Nacional, este plano, muito mais do que dirigir as ações de formação a que institucionalmente nos propomos, visa integrar esforços de elementos num propósito que contemple excelência nos processos e eficácia nos resultados, tudo intimamente ligado aos desafios da realidade amazônica.

João Martins Dias
Reitor

Sumário

1.PERFIL INSTITUCIONAL..... 17
1.1 O IFAM E SUA TRAJETÓRIA HISTÓRICA: DA GÊNESE A FASE ATUAL..... 18
1.1.1 O Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas e suas UNEDs Manaus e Coari..... 18
1.1.2 A Escola Agrotécnica Federal de Manaus..... 20
1.1.3 A Escola Agrotécnica de São Gabriel da Cachoeira..... 21
1.1.4 O IFAM na Fase Atual..... 23
1.2 INSERÇÃO REGIONAL..... 23
1.3 MISSÃO..... 32
1.4VISÃO..... 33
1.5VALORES..... 33
1.6. FINALIDADES..... 33
1.7 ÁREA DE ATUAÇÃO ACADÊMICA..... 34
1.8 OBJETIVOS E METAS..... 35
1.8.1ENSINO..... 37
1.8.2 PESQUISA..... 40
1.8.3 EXTENSÃO..... 45
1.8.4 GESTÃO..... 52
1.9 RESPONSABILIDADE SOCIAL..... 61
1.10 GESTÃO DO PLANEJAMENTO DO IFAM..... 62
1.10.1.1 DIRECIONAMENTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO..... 64
1.10.1.2 FUNDAMENTOS LEGAIS PARA O PLANEJAMENTO..... 64
1.10.1.3 CICLO DE CONSTRUÇÃO DO PLANEJAMENTO..... 65
1.10.2 CONSTRUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL..... 65
1.10.2.1 INDICADORES..... 66
1.10.3 PAINEL DE INDICADORES..... 70
1.10.3.1 EVASÃO..... 70
1.10.3.2 INDICADORES PARA A PERSPECTIVA DA APRENDIZAGEM..... 73
1.10.3.3 PERSPECTIVAS DA RESPONSABILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA..... 74

2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI)..... 75
2.1 CONCEPÇÕES NORTEADORAS..... 76
2.2 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TÉCNICO-METODOLÓGICOS GERAIS QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS DA INSTITUIÇÃO..... 77
2.2.1 FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS..... 77
2.2.2 DIRETRIZES PEDAGÓGICAS..... 78
2.2.3 FUNDAMENTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS..... 81

3. POLÍTICAS DE ENSINO..... 83
3.1 PERFIL DO EGRESSO..... 86
3.2 SELEÇÃO DE CONTEÚDOS..... 87
3.3 PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS..... 88
3.4 AVALIAÇÃO..... 89
3.5 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS..... 90
3.6 POLÍTICAS DE ESTÁGIO..... 90
3.7 PRÁTICA PROFISSIONAL – ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO..... 91
3.8 ATIVIDADES COMPLEMENTARES..... 92
3.9 OFERTAS DE CURSOS E PROGRAMAS..... 92
3.10 PROGRAMAS ESPECIAIS DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA..... 103

3.10.1 PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA..... 103
3.11 PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS..... 104
3.12 POLÍTICAS E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA..... 106
3.12.1 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL..... 111
3.13 POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES..... 111
3.13.1 FORMAS DE ACESSO, PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO..... 111
3.14 ESTÍMULO A PERMANÊNCIA..... 112
3.15 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS..... 113

4 POLÍTICAS DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO..... 115
4.1 DIRETRIZES PARA PESQUISA E INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO..... 117
4.1.1 PESQUISA..... 117
4.1.2 INOVAÇÃO..... 118
4.1.3 PÓS-GRADUAÇÃO..... 118

5. POLÍTICAS DE EXTENSÃO..... 123
5.1 DIRETRIZES DA EXTENSÃO..... 125
5.2 RELAÇÕES E PARCERIAS COM A COMUNIDADE, INSTITUIÇÕES E EMPRESAS..... 127
5.3 ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS..... 127

6. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA..... 129
6.1 PRINCÍPIOS NORTEADORES DA GESTÃO..... 129
6.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL..... 130
6.2.1 A Organização Administrativa do IFAM compreende:..... 132
6.2.2 ÓRGÃOS SUPERIORES..... 132
6.2.3 ÓRGÃOS EXECUTIVOS..... 132
6.2.4 Diretorias Sistêmicas..... 132
6.2.5 Diretorias-Gerais dos Campi..... 132
6.3 ÓRGÃOS COLEGIADOS: ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS..... 132
6.3.1 CONSELHO SUPERIOR..... 132
6.3.2 COLÉGIO DE DIRIGENTES..... 134
6.3.3 COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO..... 135
6.4 ÓRGÃOS DE CONTROLE..... 135
6.4.1 AUDITORIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO..... 135
6.4.2 COMISSÃO DE ÉTICA..... 137
6.4.3 UNIDADE DE CORREIÇÃO..... 137
6.4.4 CONSELHO DE CURSO..... 138
6.5 ÓRGÃOS DE APOIO ÀS ATIVIDADES ACADÊMICAS..... 139
6.5.1 AUTONOMIA EM RELAÇÃO À MANTENEDORA..... 139
6.6 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO PESSOAL..... 139
6.6.1 COMPOSIÇÃO, POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO, PLANO DE CARREIRA E REGIME DE TRABALHO..... 140

7. INFRAESTRUTURA..... 143
7.1 PLANO DIRETOR DE INFRAESTRUTURA FÍSICA..... 144
7.2 Adequação da infraestrutura para o atendimento aos portadores de necessidades especiais..... 150
7.3 Biblioteca..... 151
7.3.1 Biblioteca Campus Manaus Centro..... 151
7.3.2 Biblioteca do Campus Manaus Zona Leste..... 151
7.3.3 Biblioteca Campus Presidente Figueiredo..... 152
7.3.4 Biblioteca Campus Humaitá..... 152

7.3.5 Biblioteca Campus Eirunepé 152
7.3.6 Biblioteca Campus Parintins 152
7.3.7 Biblioteca Campus Lábrea 152
7.3.8 Biblioteca Campus Maués 153
7.3.9 Biblioteca Campus São Gabriel da Cachoeira 153
7.3.10 Biblioteca Campus Tefé 153
7.4. Formas de atualização e expansão do acervo 153
7.4.1 Horário de funcionamento 153
7.4.2 Serviços 154
7.4.3 Acervos / Livros 154

8. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 155
8.1 CONCEPÇÃO 156
8.2 INFRAESTRUTURA DE REDES 156
8.3 REGULAMENTAÇÃO 156
8.4 SERVIÇOS 157
8.5 SISTEMAS 157

9 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO 159
9.1. Formas de participação da comunidade acadêmica, técnica e administrativa, incluindo a atuação da Comissão Própria de Avaliação – CPA, em conformidade com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES 163
9.2. Formas de utilização dos resultados das avaliações 164

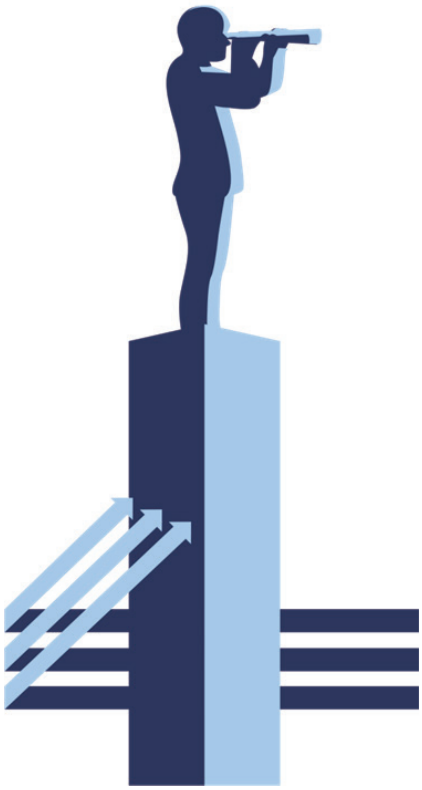
10. ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS 165
10.1 DEMONSTRAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA 166
10.1.1 MATRIZ CONIF 166
10.1.2 ESTRATÉGIAS DE GESTÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA 167
10.1.3 PLANOS DE INVESTIMENTOS 167
10.1.4 PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DE EXECUÇÃO 2014-2018 168
10.1.5 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXERCÍCIO 2014-2018 168
10.1.6 ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 169

REFERÊNCIAS 170

ANEXOS 171

RESOLUÇÃO 171

1. PERFIL INSTITUCIONAL



1.1 O IFAM E SUA TRAJETÓRIA HISTÓRICA: DA GÊNESE A FASE ATUAL

Com a missão de promover uma educação de excelência através do ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica, e visando à formação do cidadão crítico, autônomo, empreendedor e comprometido com o desenvolvimento social, científico e tecnológico do País, em 29 de dezembro de 2008, o Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, sanciona o Decreto Lei Nº 11.892, criando trinta e oito Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

A criação desta estrutura se alicerçava em uma vasta rede de instituições de ensino profissional tecnológico que o Governo Federal possuía e vinha ampliando desde 1909, quando da criação pelo Decreto Lei Nº 7.566, de 23 de setembro, sancionado pelo Presidente da República Nilo Peçanha, que indicava a criação de uma Escola de Aprendizes Artífices para cada uma das dezenove capitais dos Estados da Federação, possibilitando uma educação profissional primária, pública e gratuita para os pobres e desvalidos da fortuna num Brasil que dava os seus primeiros passos na República.

Em 2008, o Estado do Amazonas contava com três instituições federais que proporcionavam aos jovens o Ensino Profissional, sendo: o Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (CEFET-AM), que contava com duas Unidades de Ensino Descentralizadas, sendo uma no Distrito Industrial de Manaus e outra no Município de Coari; a Escola Agrotécnica Federal de Manaus e a Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira. Cada uma autônoma entre si e com seu próprio percurso histórico, mas todas as instituições de referência de qualidade no ensino. Por meio do Decreto Lei Nº 11.892 essas três instituições passam a compor o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM).

Deste modo em 2009, o IFAM começa sua história sendo composto em sua estrutura organizativa, além da recém-criada Reitoria, de cinco Campi, respectivamente correlacionados com as instituições anteriormente já existentes no Estado, e que agora passaram a ter a denominação de Campus Manaus Centro (antigo CEFET-AM), Campus Manaus Distrito Industrial (antiga Unidade de Ensino Descentralizada - UNED Manaus), Campus Coari (antiga Unidade de Ensino Descentralizado - UNED Coari), Campus Manaus Zona Leste (antiga Escola Agrotécnica Federal de Manaus) e Campus São Gabriel da Cachoeira (antiga Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira).

A seguir, transcorremos um breve relato das trajetórias históricas dessas Instituições que estão imbricadas na gênese da criação do IFAM.

1.1.1 O Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas e suas UNEDs Manaus e Coari

No IFAM, o Campus Manaus Centro é o herdeiro da tradição histórica no estado do Amazonas que indica a presença da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica em seus 105 anos de existência, completados em 2014. É nele que ecoa a história da Escola de Aprendizes e Artífices do Amazonas, inaugurada em 1º de outubro de 1910.

O início de suas atividades coincidiu com o ano em que começou a queda no preço da borracha, principal produto exportador da região e motor, podemos assim dizer, de toda sua economia. Esse fato aumentaria no decorrer dos anos seguintes o número dos "desfavorecidos da fortuna", público alvo das Escolas de Aprendizes Artífices. Instalada na Chácara Afonso de Carvalho, no bairro da Cachoeirinha e tendo como primeiro diretor, Saturnino Otaviano Santa Cruz d'Oliveira que passaria várias décadas em acomodações precárias, prejudicando o desenvolvimento de suas atividades educacionais.

Tendo passado pelas instalações de um Mercado Municipal e mesmo de uma Casa de Detenção, o Liceu Industrial de Manaus, antiga Escola de Aprendizes e Artífices, vivencia em 10 de novembro de 1941, no Teatro Amazonas, a solenidade de inauguração de suas instalações definitivas com a presença do Presidente da República Getúlio Vargas e do Ministro da Educação e Cultura, Gustavo Capanema (Figura 1). Construída na antiga Praça Rio Branco, situada na Avenida Sete de Setembro, com a construção de uma estrutura física proposta pelo Governo Federal no conjunto da reforma educacional do Estado Novo (Figura 2).

Figura 1: solenidade de inauguração do Liceu Industrial de Manaus em 1941, no Teatro Amazonas.
Fonte: Dissertação de Mestrado de Ana Cláudia R. de Souza, 2002.

Figura 2: vista área da construção da Escola Técnica Federal de Manaus em 1941, na antiga Praça Rio Branco.
Fonte: Dissertação de Mestrado de Ana Cláudia R. de Souza, 2002.

É neste contexto nacional que o Decreto Lei Nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942 transformando os Liceus Industriais em Escolas Industriais e Técnicas, passando a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário, denominando-se Escola Técnica Federal de Manaus. A partir desse ano, inicia-se formalmente, o processo de vinculação do ensino industrial à estrutura do ensino do país como um todo, uma vez que os alunos formados nos cursos técnicos ficavam autorizados a ingressar no ensino superior em área equivalente à da sua formação.

No ano de 1959, as Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias e a de Manaus torna-se Escola Técnica Federal do Amazonas (ETFAM). As instituições ganham autonomia didática e de gestão, com isso, intensificam a formação de técnicos, mão de obra indispensável diante da aceleração do processo de industrialização. Isto ocorre no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) trazendo a marca do aprofundamento da relação entre Estado e economia.

Em Manaus, a implantação da Zona Franca de Manaus refletiria na Escola passando está a oferecer cursos voltados para a formação de mão de obra para atender as necessidades deste mercado, como técnicos em eletrônica, mecânica, química e edificações, dentre outros.

A expansão da Rede Federal de Educação foi contemplada no Plano de Desenvolvimento da Educação no governo do presidente José Sarney (1985-1990). É aqui que encontramos a Portaria Nº 67, do Ministério da Educação, de 6 de fevereiro de 1987, que cria a primeira Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) em Manaus. Esta, entra em funcionamento em 1992, localizada na Avenida Danilo Areosa, no Distrito Industrial, em terreno cedido pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA).

Nas últimas décadas do século XX, a sigla ETFAM era sinônimo de qualidade do ensino profissional para todo o Amazonas, entretanto por força de Decreto de 26 de março de 2001, ocorreu sua transformação institucional para Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (CEFET-AM), passando a ofertar a partir dessa data, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas.

O projeto de criação e implantação da então Unidade de Ensino Descentralizada de Coari foi o resultado da parceria entre o Ministério da Educação, representado pelo CEFET-AM e a Prefeitura de Coari. No dia 18 de dezembro de 2006, o funcionamento da UNED de Coari foi autorizado mediante a Portaria de Nº 1.970, do Ministério da Educação, iniciando então as obras para a construção da unidade, que funcionou inicialmente em instalações cedidas pela Prefeitura.

1.1.2. A Escola Agrotécnica Federal de Manaus

O Campus Manaus Zona Leste tem suas origens na Escola Agrotécnica Federal de Manaus, que remonta ao Patronato Agrícola Rio Branco criado no então território do Acre em 1923, através do Decreto Lei Nº 16.082, e posteriormente transformado em Aprendizado Agrícola, que por meio do Decreto Lei Nº 2.225, foi transferido para o estado do Amazonas.

Em Manaus, o Aprendizado Agrícola foi instalado em 19 de abril de 1941, no local chamado Paredão, hoje atual Estação Naval Rio Negro, ao lado da Refinaria de Manaus, a margem esquerda do rio Negro, passando a se denominar Ginásio Agrícola do Amazonas pelo Decreto Lei Nº 53.558, de 13 de fevereiro de 1964, obedecendo a Lei Nº 4.024/1961. Elevado à categoria de Colégio pelo Decreto Lei Nº 70.513, de 12 de maio de 1972, passa a denominar-se Colégio Agrícola do Amazonas (Figura 3), ano no qual foi transferido para suas atuais instalações na Avenida Cosme Ferreira, Bairro São José Operário, na Zona Leste da cidade.

Figura 3: Construção do Colégio Agrícola, endereço atual – 1970.
Fonte: acervo Campus Manaus Zona Leste.

Em 1979, através do Decreto Lei Nº 83.935, de 4 de setembro, recebe o nome de Escola Agrotécnica Federal de Manaus, transformando-se em autarquia educacional de regime especial pela Lei Nº 8.731, de 16 de novembro de 1993. Nos anos de 1990, a Escola tem um papel importante na reforma do ensino agrícola do país, sendo uma das cinco escolas pilotos da Rede das Agrotécnicas Federais, escolhidas para serem as primeiras a inserir as mudanças nessa modalidade de ensino profissional, que antecederam a implantação das reformas do Decreto Lei Nº 2.208/1997.

1.1.3. A Escola Agrotécnica de São Gabriel da Cachoeira

O Campus São Gabriel da Cachoeira tem sua origem num processo de idealização que se inicia em 1985, então no governo do Presidente José Sarney, com Projeto Calha Norte, o qual tinha como objetivo impulsionar a presença do aparato governamental na Região Amazônica, com base na estratégia político-militar de ocupação e defesa da fronteira. Fazendo parte das instituições a serem criadas, a partir de 4 de julho de 1986, pelo Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico, implementado pelo governo brasileiro.

Criada com o nome de Escola Agrotécnica Marly Sarney, a Escola Agrotécnica de São Gabriel da Cachoeira foi construída em 1988, através do Convênio Nº 041 celebrado entre a Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira e Ministério da Educação, referente ao Processo Nº 23034.001074/88-41.

A partir de 1987, o Instituto Socioambiental em parceria com a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro vinha assessorando o processo de demarcação e consolidação das terras indígenas, e a partir de 1995 se inicia um processo de questionamentos sobre a forma de atuação e o papel desta Instituição de ensino no novo contexto territorial da região, visto que agora a necessidade das organizações indígenas legalmente constituídas de buscarem formas de gestão de suas terras demarcadas com a identificação de potencialidades econômicas.

No período compreendido entre 1988 a 1993, quando foi concluída a primeira etapa das obras, a estrutura da Escola permaneceu abandonada, servindo apenas de depósito da Secretaria de Obras da Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira. Neste período foram realizadas duas visitas técnicas a fim de se fazer um levantamento da situação da Escola, solicitadas pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Em maio de 1993, é realizada a segunda visita técnica à Escola Agrotécnica Marly Sarney, agora sob a coordenação do Diretor Geral da Escola Agrotécnica Federal de Manaus, José Lúcio do Nascimento Rabelo, contendo as orientações referentes às obras de reformas para que a Escola começasse a funcionar com a qualidade necessária a sua finalidade.

Figura 4: Vista aérea da Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira.
Fonte: acervo do Campus São Gabriel da Cachoeira.

Desta forma, em 30 de junho de 1993, o Presidente Itamar Franco, assina a Lei Nº 8.670 que cria a Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira (Figura 4) tendo sua primeira Diretoria Pro Tempore, sendo transformada em autarquia através da Lei Nº 8.731, de 16 de novembro de 1993. O início das atividades escolares ocorre em 1995, já no Governo de Fernando Henrique Cardoso, com o ingresso da primeira turma do curso de Técnico em Agropecuária.

1.1.4. O IFAM na Fase Atual

Num processo que está em constante alteração, no fim de 2014, o IFAM já conta com 15 Campi, proporcionando um ensino profissional de qualidade a todas as regiões do Estado do Amazonas. Em Manaus encontram-se os três Campi existentes desde sua criação e, os demais estão nos municípios de Coari, Eirunepé, Humaitá, Itacoatiara, Lábrea, Manacapuru, Maués, Parintins, Presidente Figueiredo, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga e Tefé.

Além dessas Unidades Acadêmicas, o IFAM possui um Centro de Referência localizado no município de Iranduba. É o IFAM proporcionando a Educação Profissional de qualidade com cursos da Educação Básica até o Ensino Superior de Graduação e Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu, servindo a sociedade amazonense e brasileira.

1.2 INSERÇÃO REGIONAL

O Estado do Amazonas é uma das 27 unidades federativas do Brasil, sendo a maior delas em território, com uma área de 1.559.159,148 km², constituindo-se na nona maior subdivisão mundial, sendo maior que as áreas da França, Espanha, Suécia e Grécia somadas. Seria o décimo oitavo maior país do mundo em área territorial, pouco superior à Mongólia. É maior que a Região Nordeste, com seus nove estados e equivale a 2,25 vezes a área do estado norte-americano do Texas. A área média de seus 62 municípios é de 25. 335 km², superior à área do estado brasileiro de Sergipe. O maior deles é Barcelos, com 122.476 km² e o menor é Iranduba, com 2.215 km².

Pertencente à Região Norte do Brasil é a segunda unidade federativa mais populosa desta macrorregião, com seus 3,8 milhões de habitantes em 2014, sendo superado apenas pelo Pará. No entanto, apenas dois de seus municípios possuem população acima de 100 mil habitantes: Manaus, a capital e sua maior cidade com 2 milhões de habitantes em 2014, que concentra cerca de 52% da população do estado e Parintins, com pouco mais de 110 mil habitantes.

O estado é subdividido em 13 microrregiões e 4 mesorregiões. Seus limites são com o estado do Pará ao leste; Mato Grosso ao sudeste; Rondônia e Acre ao sul e sudoeste; Roraima ao norte; além da Venezuela, Colômbia e Peru ao norte, noroeste e oeste, respectivamente. O Pico da Neblina, ponto culminante do Brasil, também se situa em território amazonense.

O estado possui um dos mais baixos índices de densidade demográfica no país, superior apenas ao do estado de Roraima. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a densidade demográfica equivale a 2,23 habitantes por quilômetro quadrado. Detém 98% de sua cobertura florestal preservada e um dos maiores mananciais de água doce do planeta, proveniente da maior rede hidrográfica do mundo.

A hidrografia do estado, entretanto, sofre grande influência de vários fatores como precipitação, vegetação e altitude. Em geral, os rios amazonenses são navegáveis e formam sua maior rede de transporte. Possui o maior Índice de Desenvolvimento Humano

(IDH) (empatado com o Amapá) e o maior PIB per capita entre todos os estados do Norte do Brasil.

O Estado do Amazonas tem uma das áreas de floresta amazônica menos devastada (apenas 2%), pois sua vocação econômica foi desviada para, o Polo Industrial de Manaus (PIN), a partir da criação da Zona Franca de Manaus (ZFM) em 1967. Os governos têm procurado incentivar o chamado desenvolvimento sustentável, voltando-se para a preservação do legado ecológico. A valorização do manejo da floresta como fonte de renda contribuiu para que o Amazonas enfrentasse o desafio de reduzir o desmatamento em 21% em 2003, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

Na área de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia, o Estado do Amazonas possui outras plataformas tecnológicas com suas respectivas Cadeias Produtivas, dentre as quais, podem-se destacar as que apresentam possibilidades maiores de transformação em potenciais atividades economicamente produtivas, conforme a seguir:

- Bioprospecção de Fauna e Flora;
- Agronegócios/Agroindústrias;
- Desenvolvimento e Tecnologia;
- Tecnologia e Produção de Microrganismos;
- Industrialização de Produtos da Biodiversidade;
- Tecnologia Fotoquímica;
- Desenvolvimento da Piscicultura Extrativa e de Cultivo, Industrialização e Seletividade;
- Aquicultura Diversa (cultivo de camarão e moluscos aquáticos, dentre outros);
- Recursos Florestais Madeireiros
- Recursos Minerais;
- Recursos Energéticos Potenciais;
- Setor Industrial de Pequena e Média Empresa;
- Design em Artesanato;
- Indústria Naval Regional.

Quanto aos Arranjos Produtivos locais (APL) estão formalizados no Estado do Amazonas, conforme a seguir:

APL	POLO	MUNICIPIOS
Artesanato Regional	Tabatinga	Presidente Figueiredo, Manacapuru, Maués, Parintins, Tabatinga.
Base Mineral/Cerâmico-Oleiro	Presidente Figueiredo	Iranduba, Manacapuru, Nova Olinda do norte, Presidente Figueiredo, Urucará.
Construção Naval	Manaus	Barcelos, Itacoatiara, Manaus, Parintins, Iranduba.
Fécula e Farinha de Mandioca	Manacapuru	Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva.
Fitoterápicos e Fito cosméticos	Manaus	Barreirinha, Manaquiri, Manaus e Entorno.
Madeira, Móveis e Artefatos.	Manaus	Atalaia do Norte, Carauari, Itacoatiara, Jutaí, Manaus e entorno e Tabatinga.

Polpas, Extratos e Concentrados de Frutas Regionais.	Itacoatiara	Anori, Codajás, Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva.
Produção de Pescado	Tabatinga	Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Fonte Boa, Iranduba, Manacapuru, Maués, Rio Preto da Eva, Tabatinga.
Produtos Florestais não Madeireiros	Boa Vista do Ramos	Boa Vista do Ramos, Carauari, Manicoré, Tefé.
Turismo Ecológico e Rural	Manaus	Benjamin Constant, Manacapuru, Manaus, Maués, Novo Airão, Parintins, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Tabatinga.

Fonte: SEPLAN/DDR/NEAPL (informações retiradas dos planos de desenvolvimento preliminar de cada segmento – Adaptado, 2013).

O Polo Industrial de Manaus é considerado o grande pilar de sustentação da economia do Amazonas, seguido do gás e petróleo em todas as suas fases, outras atividades aumentaram suas atuações no mercado, como a do turismo, telecomunicação e informática que cada vez mais absorvem pessoas para atuar nesses segmentos. Incluem, ainda, subsetores como o comércio, transporte, comunicações, finanças, turismo, economia da cultura, indústria da criatividade, hotelaria, entretenimento, espetáculos e os denominados serviços públicos, seja que os preste ao Estado ou a iniciativa particular (saúde, educação, atenção a dependentes, entre outros).

É nesse contexto, portanto, a partir das estruturas municipais que os Campi foram implantados com plena aceitação da comunidade. Apresentamos um breve resumo da caracterização de cada município, onde o IFAM encontra-se estabelecido.

Manaus é um município brasileiro, capital do estado do Amazonas e o principal centro financeiro, corporativo e econômico da Região Norte do Brasil. É uma cidade histórica e portuária, localizada no centro da maior floresta tropical do mundo. Situa-se na confluência dos rios Negro e Solimões. É uma das cidades brasileiras mais conhecidas mundialmente, principalmente pelo seu potencial turístico e pelo ecoturismo, o que faz do município o décimo maior destino de turistas no Brasil. Manaus pertence à mesorregião do Centro Amazonense e à microrregião homônima. Destacam-se pelo seu patrimônio arquitetônico e cultural, com numerosos museus, teatros, templos, palácios e bibliotecas. É localizada no extremo norte do país, a 3.490 quilômetros da capital nacional, Brasília.

É a cidade mais populosa da Amazônia, com uma população de 2.020.301 habitantes, de acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2014, sendo também a sétima mais populosa do Brasil e a 131ª mais populosa do mundo. A Região Metropolitana de Manaus (RMM) engloba os municípios: Manaus, Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Novo Airão, Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva.

A cidade aumentou gradativamente a sua participação na composição do PIB brasileiro nos últimos anos, passando a responder por 1,4% da economia do país. No ranking da revista América Economia, Manaus aparece como uma das 30 melhores cidades no ramo de negócios da América Latina, ficando à frente de capitais de países latinos como Assunção, Caracas e La Paz.

Entretanto, Manaus é um dos maiores centros industriais do Brasil. As mais importantes indústrias da cidade atuam na área de transportes e comunicações. Também, possui um grande fluxo de comércio que é visível pelo intenso movimento durante todo o dia e a madrugada na área do porto da Manaus Moderna que convergem boa parte da produção dos arredores de Manaus.

No que se refere a seleção dos Arranjos Produtivos Locais e a realização de suas plataformas correspondentes, em termos de ações cooperadas, entre as Instituições/ Atores (NEAPL, SEPLAN, INPA, UFAM, IPAAM, SEBRAE, SUFRAMA, Cooperativas, Associações de Comunidades, Pequenos e Micro Produtores e Empresários, dentre outros), consideram principalmente o estágio atual e o potencial para o desenvolvimento econômico.

Nesse contexto, o IFAM estrategicamente encontra-se estabelecido em três áreas, igualmente importantes com os Campi: Campus Manaus Centro, Campus Manaus Zona Leste e Campus Manaus Distrito Industrial.

O Campus Manaus Centro oferta um leque de cursos que possibilita a Formação Profissional Básica, Ensino Médio, Cursos Tecnológicos, Licenciaturas e Pós-Graduação.

O campus tem atuação nos eixos tecnológicos: Ambiente e Saúde; Controle e Processos Industriais; Desenvolvimento Educacional e Social; Informação e Comunicação; Infraestrutura; Segurança; Turismo, Hospitalidade e Lazer.

O Campus Manaus Zona Leste recebe alunos dos 62 municípios do Estado e ainda dos Estados do Acre, Amapá, Roraima, Rondônia, Pará, Goiás e São Paulo.

Os eixos tecnológicos são: Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; Produção Cultural e Design; Recursos Naturais.

O Campus Manaus Distrito Industrial, em função de seu potencial e de sua localização no Polo Industrial, tem forte atuação junto ao aluno trabalhador e grande potencial para parcerias com as indústrias, com forte viés para a pesquisa aplicada.

Os eixos tecnológicos são: Controle e Processos Industriais; Gestão e Negócios.

Campus Presidente Figueiredo, distante 107 quilômetros da capital amazonense. Com uma população estimada em 31.903, segundo dados do IBGE em 2014, o município ocupa a 23ª posição no ranking dos mais populosos no Estado. Juntamente com outros sete municípios, Presidente Figueiredo integra a Região Metropolitana de Manaus, sendo esta a maior região metropolitana brasileira em área territorial e a mais populosa da Região Norte do Brasil.

A BR-174 é a principal rodovia existente na localidade, sendo responsável por interligar o município à Manaus, Boa Vista, capital de Roraima, e ao município fronteiriço de Santa Elena de Uairén, na Venezuela. Presidente Figueiredo despontou para o turismo ecológico em razão de sua fartura de águas, selva, recursos naturais, cavernas e cachoeiras. O Ministério do Turismo catalogou mais de cem quedas d'água no município, muitas delas exploradas economicamente através do ecoturismo. É existente na área urbana e rural uma razoável infraestrutura turística em expansão.

A dinâmica econômica do município está baseada no turismo pela sua condição geográfica e exuberância de seus recursos naturais (cachoeiras, corredeiras, cavernas, floresta tropical equatorial nativa, lago da Usina Hidrelétrica de Balbina etc.), possui condições plenamente favoráveis para o exercício de atividades turísticas diversificadas, como: turismo ecológico, de pesca esportiva, de aventura, de pesquisa arqueológica, entre outros.

Todos se constituindo em atividades econômicas com extraordinária capacidade de desenvolvimento. Quanto às perspectivas de novas dinâmicas econômicas apresenta-se: Cassiterita, Tantalita, Estanho, Água mineral, Zircônia, Calcário,Criolita e Silvinita.

O IFAM implantou o campus no município durante a Fase II de expansão da Rede Federal de Educação, cujo compromisso público de interiorização da Educação Profissional se estabeleceu na região, de forma concretamente incisiva, oferecendo cursos em sintonia com os arranjos produtivos da localidade, contribuindo para o efetivo desenvolvimento socioeconômico da região. No campo do ensino envolve, prioritariamente, a oferta de cursos técnicos de nível médio de forma integrada ao ensino médio, subsequente, ensino a distância, curso de formação inicial e continuada e concomitante.

Os eixos tecnológicos são: Controle e Processos Industriais; Gestão e Negócios; Recursos Naturais.

O Campus Coari, enquanto estrutura integrante do IFAM, tem por finalidade proporcionar o ensino de qualidade através de qualificação e requalificação profissional, bem como, Pesquisa e Extensão a fim de atender a demanda da Microrregião de Coari.

O município de Coari, conhecido pela produção de petróleo e gás, gerou diversas vagas de emprego, por conta da bacia de Urucu. Entretanto, tais vagas não foram preenchidas por profissionais locais, devido a falta de qualificação profissional. Frente a esta demanda, o Campus Coari passou a ofertar cursos no Setor de Serviços e na modalidade de Educação à Distância (EaD), como Técnico em Multimeios Didáticos, em Meio Ambiente, em Eventos, dentre outros.

Os eixos tecnológicos são: Ambiente e Saúde; Gestão e Negócios; Infraestrutura, Turismo, Hospitalidade e Lazer.

Na região do Alto Solimões, temos o Campus Tabatinga, situado na tríplice fronteira entre Brasil-Colômbia-Peru e conurbado com a cidade de Letícia, na Colômbia. O município possuía em 2012, segundo dados do IBGE cerca de 54.440 habitantes, sendo sétimo município mais populoso do estado.

O ponto forte da economia firma-se no setor primário, como na pesca e na agricultura. Dando destaque para a farinha de mandioca, milho, arroz, além de frutas, como melancia e abacaxi.

Atualmente, o Campus Tabatinga oferta os cursos Técnicos em Administração, Informática, Agropecuária e Meio Ambiente, nas formas integrada e subsequente.

Os eixos tecnológicos são: Ambiente e Saúde; Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; Recursos Naturais.

No Baixo Amazonas, o município de Parintins, distante cerca de 369 quilômetros da capital, também possui um campus que a demanda regional, com cursos que vão de acordo com o Arranjo Produtivo Local (APL).

A atividade econômica local basea-se na pecuária, com a criação de bovinos e suínos, seja para consumo local e exportação, na agricultura e no comércio.

Os eixos tecnológicos são: Ambiente e Saúde; Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; Recursos Naturais.

O Campus Maués, atende à comunidade e o entorno, com programas e atividades firmados no tripé do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, inserindo também em suas ações, os diversos Programas do Governo Federal, sendo capaz de promover o desenvolvimento local, ajustada para todas as classes sociais, raciais e demais segmentos. Atualmente, o campus oferta Cursos Técnicos profissionalizantes e em estudo o primeiro curso de Graduação.

Os eixos tecnológicos são: Ambiente e Saúde; Desenvolvimento Educacional e Social; Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; Recursos Naturais.

Já no extremo Norte do Amazonas está o Campus São Gabriel da Cachoeira, também localizado em zona fronteiriça, fazendo divisa com a Colômbia e a Venezuela, sendo considerado um ponto estratégico no país. Uma das peculiariedades de São Gabriel da Cachoeira é que nove entre dez habitantes são indígenas, sendo o município com maior predominância de indígenas no Brasil.

Frente a essa multipluridade, foram reconhecidas, como línguas oficiais no município, ao lado do português, três idiomas indígenas, após a aprovação da Lei Municipal 145, de 22 de novembro de 2002: o nheengatu, o tucano e o baníua, línguas tradicionais faladas pela maioria dos habitantes do município, dos quais 74% são indígenas.

Neste contexto, o processo de desenvolvimento do Campus São Gabriel da Cachoeira ocorre num diálogo intercultural, tendo como principais parceiros: a comunidade escolar da instituição e o movimento indígena organizado, representado pela FOIRN, tendo ainda o apoio das instituições atuantes na região, além da força política, através de emendas parlamentares, que tem financiado várias ações da instituição, todas elas para o desenvolvimento da região do rio Negro.

Os eixos tecnológicos são: Ambiente e Saúde; Gestão e Negócios; Recursos Naturais.

Na região do Purus, o IFAM está representado pelo Campus Lábrea, oferecendo cursos técnicos de nível médio na forma integrada e subsequente, FIC, concomitantes e cursos de Educação a Distância (EaD).

Os eixos tecnológicos são: Ambiente e Saúde; Gestão e Negócios; Informação e Comunicação.

Campus Itacoatiara, distante cerca de 176 quilômetros de Manaus, o município é considerado o maior polo agropecuário da Região Norte, além de possuir um importante porto fluvial, responsável por uma grande quantidade de transporte de cargas, sendo o segundo maior porto fluvial escoador do país, já que chegam diariamente cargas vindas de cidades como Belém, Cuiabá, Manaus e Santarém.

A economia é pautada na extração vegetal, nas usinas de produção de cerâmica, moinhos de café, fábrica de gelo, guaraná, prensagem de juta, serralherias e padarias, além do segmento de comércio e de serviços.

Tendo em vista a vocação local para o setor terciário, o campus Itacoatiara encontra-se em plena construção para atender a população com cursos voltados para o setor de serviços.

Os eixos tecnológicos são: Ambiente e Saúde; Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; Recursos Naturais.

Em Tefé, município conhecido pelo entreposto de comercialização de pesca no Estado, recebeu um campus durante a Expansão III, por meio de parceria com a Prefeitura Municipal de Tefé. Teve suas atividades iniciadas em 01 de abril de 2014 com 200 alunos, distribuídos entre os cursos de informática, administração e contabilidade, funcionando provisoriamente no prédio da Escola Municipal Professor Luzivaldo Castro.

Os eixos tecnológicos são: Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; Recursos Naturais.

O Campus de Eirunepé atualmente encontra-se em fase de construção, funcionando provisoriamente no prédio cedido do Núcleo de Ensino Superior de Eirunepé, da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Suas atividades iniciaram em 01 de abril de 2014, ofertando cursos na área de Serviços que atendam a comunidade local, além de fomentar a Pesquisa e a Extensão no município.

Os eixos tecnológicos são: Gestão e Negócios; Informação e Comunicação.

Assim como o Campus Eirunepé, o Campus Humaitá também está em construção. Contudo está funcionando em instalações provisórias cedida pela Prefeitura de Humaitá.

Os eixos tecnológicos são: Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; Recursos Naturais.

Próximo a Manaus, temos o Campus Avançado de Manacapuru, distante apenas 84 quilômetros da capital amazonense, também em fase de implantação ofertando cursos para atender a área de Serviços. Os eixos tecnológicos são: Gestão e Negócios; Informação e Comunicação.

Em Iranduba, o IFAM está estruturando a instalação do Centro de Referência Iranduba. Os eixos tecnológicos que serão implantados são: Desenvolvimento Educacional e Social; Produção Alimentícia; Turismo, Hospitalidade e Lazer.

Os Centros de Referência, conforme Portaria nº 1.291, são de criação autônoma dos Institutos Federais, para o desenvolvimento de planos, programas e projetos relacionados à educação profissional e tecnológica. As ações dos Centros de Referências são, inicialmente, fomentadas a partir das políticas e recursos do Pronatec. Entretanto, o estabelecimento dos Centros depende do apoio fundamental dos municípios, onde os mesmos são pretendidos.

Desta forma, um dos principais desafios do desenvolvimento regional sustentável é lidar com esta diversidade sub-regional e local, nas diversas escalas e segundo múltiplos critérios. Assim sendo, constata-se que o IFAM é estratégico para o Amazonas, já que está inserido em áreas extremamente dinâmicas em termos de tecnologia, num ambiente de grande competitividade, o que implica investimentos nas pessoas, em tecnologia e infraestrutura, exigindo que as entidades promotoras de conhecimento também acompanhem essa evolução.

O processo de expansão da EPT (Educação Profissional e Tecnológica) tem, entre outras finalidades, o intuito de interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de qualificação profissional para localidades distantes dos grandes centros, onde, geralmente, há mais chances de ter acesso a essas oportunidades.

Entre as formas de organização de autorização de funcionamento os campi encontram-se com seus atos , conforme a seguir:

Campus	Autorização de Funcionamento
Manaus Centro	Decreto Lei nº 7566, de 23.09.1909 Alterada pela Portaria nº 505, de 7.10.2013
Manaus Distrito Industrial	Portaria nº 1.241, 27.8.1992 Alterada pela Portaria nº 505, de 7.10.2013
Manaus Zona Leste	Decreto Lei nº 2255, de 30.5.1940 Alterada pela Portaria nº 505, de 7.10.2013
Presidente Figueiredo	Portaria nº 101, de 29.1.2010 Alterada pela Portaria nº 505, de 7.10.2013
Coari	Portaria nº 1970, de 18.12.2006 Alterada pela Portaria nº 505, de 7.10.2013
Tabatinga	Portaria nº 688, de 27.5.2010 Alterada pela Portaria nº 505, de 7.10.2013
Parintins	Portaria nº 687, de 27.5.2010 Alterada pela Portaria nº 505, de 7.10.2013
Maués	Portaria nº 686, de 27.5.2010 Alterada pela Portaria nº 505, de 7.10.2013
Lábrea	Portaria nº 117, 29.1.2010 Alterada pela Portaria nº 505, de 7.10.2013

São Gabriel da Cachoeira	Lei nº 8670, de 30.6.1993 Alterada pela Portaria nº 505, de 7.10.2013
Humaitá	Portaria nº 505, de 7.10.2013
Avançado Manacapuru	Portaria nº 505, de 10.6.2014
Itacoatiara	Não há
Tefé	Não há
Eirunepé	Não há
Centro de Referência Iranduba	Não há

Fonte: Gabinete da Reitoria do IFAM (2014)

1.3 MISSÃO

Promover com excelência a educação, ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

1.4 VISÃO

Consolidar o IFAM como referência nacional em educação, ciência e tecnologia.

1.5 VALORES

- Acessibilidade e inclusão social
- Valorização das pessoas
- Cidadania e justiça social
- Ética e transparência
- Excelência na gestão educacional
- Gestão democrática participativa
- Inovação e empreendedorismo
- Respeito à diversidade
- Responsabilidade socioambiental
- Solidariedade

1.6 FINALIDADES

Em conformidade com o Art. 6º da Lei № 11.892, de 29/12/2008, o IFAM possui como finalidades e características:

I. Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
II. Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
III. Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional, e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
IV. Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificando com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
V. Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e das ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito critico, voltado à investigação empírica;
VI. Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino; desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
VII. Realizar e estimular a pesquisa básica e aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; além de promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente voltadas à preservação do meio ambiente.

1.7 ÁREA DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas oferta educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, ministrando cursos técnicos de nível médio, na forma de cursos integrados, subsequente e Educação de Jovens e Adultos; e em nível de educação superior, os cursos de tecnologia, de licenciatura, de bacharelados, além dos cursos de pós-graduação lato e strictu sensu.

Os cursos abrangem os seguintes Eixos Tecnológicos: Ambiente, Saúde e Segurança; Apoio Educacional; Controle e Processos Industriais, Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; Produção Industrial; Recursos Naturais; Infraestrutura; Hospitalidade e Lazer; Produção Cultural e Design.

Com o objetivo de capacitar, aperfeiçoar, especializar e atualizar profissionais em todos os níveis de escolaridade ministra, também, cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores.

1.8 OBJETIVOS E METAS

A busca por um Instituto Federal de excelência exigirá o desenvolvimento de ações inovadoras no tripé ensino, pesquisa e extensão. Essas ações envolvem objetivos e metas definidas com uma análise específica para cada uma dessas dimensões.

Dentre as estratégias prioritárias estabelecidas no novo PDI destacam-se a estruturante: otimizar a capacidade instalada da estrutura física e de servidores, ampliar a oferta de vagas, por meio da expansão e interiorização do IFAM, ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil, promover a articulação Nacional e Internacional, investimento em capacitação e educação continuada, promover ações de cidadania, diversidade e inovação, dentre outras.

Apresentamos o mapa Estratégico com as estratégias prioritárias, a seguir:

SOCIEDADE

MISSÃO: Promover com excelência educação, ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

VISÃO: Consolidar o IFAM como referência nacional em educação, ciência e tecnologia.

VALORES

Ética e Transparência; Cidadania e justiça social; Valorização das pessoas; Solidariedade;

Excelência na gestão educacional; Responsabilidade socioambiental; Respeito à diversidade;

Inclusão e Acessibilidade; Inovação e Empreendedorismo; Gestão democrática – participativa.

EFICIÊNCIA ACADÊMICA E INOVAÇÃO

Consolidar, fortalecer e ampliar a oferta dos cursos presenciais no IFAM.

Ampliar a oferta de cursos presencias com base na Lei N° 11.892/2008 (Criação dos Institutos Federais) e no Decreto N° 5.840/2006 (Instituição do PROEJA) e aprimoramentos nas atuações interação com os arranjos produtivos locais.

Reduzir a taxa de evasão e retenção de estudantes.

Ampliar as atividades integradas de ensino, pesquisa e extensão socialmente relevantes.

Aumentar a oferta e fortalecer a Educação a Distância.

Fortalecer, ampliar e apoiar a pesquisa cientifica e tecnológica.

Ampliar e consolidar os programas, projetos e atividades de extensão e apoio à inserção profissional dos estudantes.

Promover o intercâmbio de estudantes em nível nacional e internacional.

Consolidar e ampliar as atividades do Centro de Idiomas.

Promover e fortalecer a Assistência Estudantil.

Consolidar e ampliar os programas, projetos e ações de efetivação da educação inclusiva e acessibilidade.

Apoiar e ampliar a Pós-Graduação no IFAM.

Promover e incentivar a inovação e o empreendedorismo.

Aumentar a quantidade de eventos culturais, esportivos e socioambientais entre os Campi.

Construir novos Centros de Documentação e Informação nos Campi e consolidar os existentes.

PESSOAS E INFRAESTRUTURA

Desenvolver cultura voltada aos valores, planejamento e resultados.

Promover o bem estar, valorização e a qualidade de vida do servidor no ambiente de trabalho.

Propiciar condições de qualificação, habilidades, preparação e desenvolvimento de competências compatíveis com os objetivos institucionais.

Ampliar e consolidar o uso de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Promover o intercâmbio de servidores em nível nacional e internacional.

Promover a expansão, modernização e manutenção da infraestrutura física.

EFICIÊNCIA GERENCIAL

Nortear o desenvolvimento do IFAM por meio do Plano de Desenvolvimento Institucional e Planejamento Estratégico.

Mapear, especificar, padronizar e melhorar os processos administrativos, com enfoque nos controles internos, na gestão de riscos institucional e a estrutura integrada.

Atualizar os instrumentos normativos e regulatórios do IFAM, focado na simplificação, desburocratização, em processos e uniformizar procedimentos.

Aperfeiçoar os processos de avaliação Institucional.

Racionalização de processos administrativos com o alinhamento das políticas, programas, projetos e ações do Plano de Desenvolvimento Anual Institucional e Tecnologia da Informação.

Promover e fortalecer as relações internas e interinstitucionais.

ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Aprimorar o processo de planejamento e acompanhamento orçamentário e financeiro do IFAM.

Aperfeiçoar a politica de aplicação dos recursos orçamentários e financeiros Institucional, mensurados por indicadores estabelecidos.

Na Tabela 1 elencamos os objetivos e metas a serem alcançados no período de 2014 a 2018.

Tabela 1: Objetivos e Metas do Ensino

Objetivo estratégico 1	**Promover a Educação de Qualidade em todos os níveis e modalidades de ensino, objetivando a manutenção da excelência acadêmica.**				
Meta: Aumentar o índice de eficiência do ensino.					
Responsável: PROEN					
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Formular e avaliar políticas e ações relacionadas aos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, de graduação e pós-graduação de acordo com as diretrizes curriculares nacionais.	50%	50%			
Diversificar a oferta de cursos e vagas em todos os níveis e modalidades de ensino (Integrado, concomitante, subsequente, PROEJA, PRONATEC, EaD, Graduação e pós-graduação) em conformidade com as demandas regionais.	20%	20%	20%	20%	20%
Promover a interação Inter gerencial e a integração entre os diversos níveis e modalidades de ensino.	20%	20%	20%	20%	20%
Consolidar os cursos de formação de professores nos moldes do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) e do Programa de Licenciatura Indígena (PROLIND).	20%	20%	20%	20%	20%
Institucionalizar as atividades de ensino a distância nos diversos níveis e modalidades de Ensino, inclusive na Educação Profissional e continuada.	20%	20%	20%	20%	20%
Objetivo estratégico 2	**Promover a Educação de Qualidade em todos os níveis e modalidades de ensino, objetivando a manutenção da excelência acadêmica.**				
Institucionalizar ações inovadoras no ensino.					
Responsável: PROEN					
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Estimular a utilização de metodologias educacionais inovadoras, incentivando a promoção de eventos acadêmicos inovadores.	20%	20%	20%	20%	20%
Fortalecer a interdisciplinaridade, especialmente em cultura, artes, sociedade, ciência e pesquisa aplicada, estimulando o envolvimento acadêmico no fortalecendo o ensino, a extensão e pesquisa e inovação.	20%	20%	20%	20%	20%
Reformular os programas de estágios e os Projetos de Conclusão de Cursos, estimulando o exercício da atuação pré-profissional e da pesquisa aplicada.	20%	20%	20%	20%	20%

Fomentar iniciativas institucionais de mobilidade interinstitucional estudantil e docente em nível nacional e internacional.	20%	20%	20%	20%	20%
A instalação de Fóruns de discussão da Formação Profissional dos currículos dos cursos por Eixo Tecnológico numa perspectiva intercampi.	10%				
Institucionalização do Núcleo Docente Estruturante da Formação Geral do currículo integrado na perspectiva intercampi.	10%				
Objetivo estratégico 3	**Elaborar o novo Projeto Político Pedagógico Institucional do IFAM.**				
Meta: Apresentar o Projeto Político Pedagógico Institucional.					
Responsável: PROEN					
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Construir o novo Projeto Político Pedagógico Institucional com participação dos diversos segmentos do IFAM.	50%	50%			
Objetivo estratégico 4	**Reformular a Organização Didático-Acadêmica do IFAM.**				
Meta: Realizar a revisão da Organização Didático-Acadêmica do IFAM.					
Responsável: PROEN					
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Reformular a Organização Didático-Acadêmica com participação dos diversos segmentos institucionais.	50%	50%			
Objetivo estratégico 5	**Ampliar o acesso qualificado e a efetividade dos processos de formação.**				
Meta: Elevar gradualmente o número de matrículas em todos os níveis e modalidades de ensino.					
Responsável: PROEN					
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Diversificar a oferta de cursos e vagas em todos os níveis e modalidades de ensino em conformidade com as demandas regionais, reformulando os projetos pedagógicos dos cursos já ofertados.	20%	20%	20%	20%	20%
Utilizar Exame Nacional do Ensino Médio como critério de acesso à educação superior, fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do ensino médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam a comparabilidade dos resultados do exame.	20%	20%	20%	20%	20%
Fomentar a expansão das matrículas de ensino médio integrado à educação profissional e de graduação, observando-se as peculiaridades das populações do campo, ribeirinhas e dos povos indígenas.	20%	20%	20%	20%	20%
Aprimorar os mecanismos de acesso ao IFAM aos Portadores de Deficiências.	20%	20%	20%	20%	20%

Ocupar vagas ociosas, após o processo de matrícula, com alunos especiais e por transferências e retornos de alunos regulares tanto para o ensino presencial como a distância.	20%	20%	20%	20%	20%
Monitorar os índices e as causas de evasão em todos os cursos do IFAM, propondo ações inovadoras, visando a sua redução.	20%	20%	20%	20%	20%
Objetivo estratégico 6	**Consolidar o IFAM como referência em atividades desportivas no Amazonas.**				
Meta: Garantir a participação do IFAM nos Jogos Estudantis locais, estadual, regional, nacional e internacional.					
Responsável: PROEN					
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Diversificar a oferta de modalidades desportivas no IFAM.	50%	50%			
Implantar um Programa de Valorização das práticas Desportivas, visando a identificações de potenciais atletas.	50%	50%			
Promover atividades para garantir a participação do IFAM nos Jogos Estudantis locais, estadual, regional, nacional e internacional.	20%	20%	20%	20%	20%
Objetivo estratégico 7	**Ampliar e diversificar ações de Responsabilidade Social.**				
Meta: Apresentar um programa anual com ações socioassistencialistas.					
Responsável: PROEN					
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Promover a ampliação dos programas integrais e socioassistenciais de apoio ao educando.	20%	20%	20%	20%	20%
Objetivo estratégico 8	**Aperfeiçoar a Gestão das Atividades Docentes no IFAM.**				
Meta: Apresentar ações para eficiência acadêmica.					
Responsável: PROEN					
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Reformular a Resolução Nº 29 - CONSUP/IFAM, de 04/11/2011 que regulamenta Procedimentos e Critérios para a Distribuição de Carga Horária Docente.	50%	50%			

Na Tabela 2 elencamos os objetivos e metas a serem alcançados no período de 2014 a 2018.

Tabela 2 – Objetivos e Metas da Pesquisa

Objetivo estratégico 1	**Incrementar a difusão da produção técnico-científica do IFAM.**				
META 01: Aumentar em até 50% a produção técnico-científica.					
Indicador: Número de artigos, livros e revistas publicados.					
Responsável: PPGI					
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Orientar a participação em editais que incentive a publicação técnico-científica e/ou a participação de eventos.	20%	20%	20%	20%	20%
Capacitar professores e alunos à publicação técnico-científica.	20%	20%	20%	20%	20%
Lançar edital de apoio financeiro à publicação de artigos científicos em periódicos classificados pela CAPES de Qualis A e B.	20%	20%	20%	20%	20%
META 02: Consolidar em 2015 a Revista Igapó eletrônica					
Indicador: Publicar semestralmente uma edição da Revista Igapó- Periodicidade de publicação.					
Responsável: PPGI					
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Aumentar a infraestrutura administrativa para o gerenciamento efetivo da revista eletrônica.	20%	20%	20%	20%	20%
Fortalecer o grupo editorial.	20%	20%	20%	20%	20%
Publicar semestralmente uma edição da revista eletrônica.	20%	20%	20%	20%	20%
Organizar o banco de dados da revista.	20%	20%	20%	20%	20%
META 3: Produzir anualmente, no mínimo, quatro tipos de publicações: revistas de divulgação, revista eletrônica, livros, boletins técnicos e etc.					
Indicador: Realizar 4 tipos publicações.					
Responsável: PPGI					
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Prospectar aportes financeiros junto às agências de fomentos e afins (setores públicos e privado).	20%	20%	20%	20%	20%
Melhorar continuamente a infraestrutura da coordenação para editoração e impressão no âmbito do IFAM.	20%	20%	20%	20%	20%

Diagnosticar a produção técnico-científica no âmbito do IFAM.	20%	20%	20%	20%	20%
Lançar edital de apoio financeiro às publicações de revistas de divulgação, revista eletrônica, livros, boletins técnicos e etc.	20%	20%	20%	20%	20%

Objetivo estratégico 2	**Desenvolver pesquisa e extensão de forma articulada com o ensino.**

META 1: Aperfeiçoar 100% dos grupos de pesquisa cadastrados na Plataforma do CNPq.

Indicador: Melhorar o indicador de produção dos grupos de pesquisa.

Responsável: PPGI

Ações	**Execuções**				
	2014	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Realizar encontro dos grupos de pesquisas EGP anualmente.	20%	20%	20%	20%	20%
Reformular os Grupos de Pesquisa de acordo com as áreas de atuação dos seguintes eixos temáticos – CAPES e Arranjos Produtivos Locais (APL) dos Campi. Multidisciplinar: 1.1 Interdisciplinar – Meio ambiente e Agrárias 1.2 Sociais e Humanidades 1.3 Engenharias, Tecnologia e Gestão 1.4 Saúde e Biológica 1.5 Ensino de Ciências e Matemática 1.6 Materiais - Matérias 1.7 Biotecnologia - Biotecnologia 1.8 Ciências Ambientais	20%	20%	20%	20%	20%
Maximizar a produção científica do Grupo de pesquisa, junto à Plataforma do CNPq.	20%	20%	20%	20%	20%
Internalizar o processo de Inovação Tecnológica no meio do Grupo de Pesquisa.		25%	25%	25%	25%
Difundir a cultura da propriedade intelectual entre os Grupos de Pesquisas.	20%	20%	20%	20%	20%
Propagar a cultura empreendedora e a inter-relação academia & setor produtivo entre os Grupos de Pesquisas.	20%	20%	20%	20%	20%
Buscar financiamentos de projetos dos Grupos de Pesquisas por meio de editais internos e externos.	20%	20%	20%	20%	20%

META 2: Criar e/ou ampliar, no mínimo, 01 (um) laboratório de pesquisa no IFAM/ano.

Indicador: Número de laboratórios criados e/ou ampliados.

Responsável: PPGI

AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Prospectar potencial vocacional da região em cujo campus está instalado, a fim de subsidiar prioridades de instalação de laboratórios, compatível com a capacidade técnica do mesmo.	20%	20%	20%	20%	20%

Prospectar aportes financeiros junto às agências de fomentos e afins (setores público e privado).	20%	20%	20%	20%	20%
Criar um banco de dados com as informações dos laboratórios do IFAM: das atividades desenvolvidas, dos procedimentos realizados e equipamentos utilizados e existentes.	20%	20%	20%	20%	20%
Promover o compartilhamento do uso dos laboratórios intra e interinstitucional.	20%	20%	20%	20%	20%
Criar o Núcleo de Elaboração de Projetos (NEP) no âmbito do IFAM.	20%	20%	20%	20%	20%
Realizar parcerias públicas e privadas para captação de recursos financeiros.	20%	20%	20%	20%	20%
Melhorar a interação entre o agente financeiro interveniente e o IFAM e as agências de fomento e entidades afins.		25%	25%	25%	25%
Objetivo estratégico 3	**Consolidar a atuação dos Comitês de Ética em Pesquisa no âmbito do IFAM.**				
META 1: Implantar, até dezembro de 2015, os Comitês de Ética em Pesquisa do IFAM.					
Indicador: Implantar os Comitês de Ética em Pesquisa em Humanos e o de Uso de Animais.					
Responsável: PPGI					
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Viabilizar a infraestrutura adequada dos Comitês de Ética em pesquisa animal e de pesquisa humana.	20%	20%	20%	20%	20%
Viabilizar a infraestrutura administrativa do comitê para o cadastramento junto ao Ministério da Saúde e seu funcionamento.	20%	20%	20%	20%	20%
Viabilizar a infraestrutura adequada dos Comitês de Ética em pesquisa animal e de pesquisa humana.	20%	20%	20%	20%	20%
Objetivo estratégico 4	**Aumentar a quantidade de Bolsas de Iniciação Científica.**				
META 1: Ampliar, nos Programas de Iniciação Científica Institucional, o número de bolsas para os alunos.					
Indicador: Número de bolsas implementadas.					
Responsável: PPGI					
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Estimular os docentes Mestres e doutores para orientação de alunos do Ensino Técnico nos Projetos de Iniciação Científica (IC).	20%	20%	20%	20%	20%
Estimular os discentes para o desenvolvimento de pesquisa científica e/ou tecnológica.	20%	20%	20%	20%	20%
Melhorar a infraestrutura da pesquisa para atender a IC.	20%	20%	20%	20%	20%

Objetivo estratégico 5	Capacitar gerencialmente o quadro docente e funcional.				
META 1: Viabilizar o ingresso de, no mínimo, 45 docentes anualmente, para qualificação em nível de mestrado até 2017 em conformidade com o Plano de Capacitação de cada Campus.					
Indicador: Número de portaria de liberação do servidor.					
Responsável: PPGI					
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Ampliar as parcerias nacionais e internacionais entre as Instituições públicas e privadas de ensino visando à capacitação em nível de mestrado.	20%	20%	20%	20%	20%
Captar recursos financeiros junto às Agências de Fomento para bolsas de pós-graduação.	20%	20%	20%	20%	20%
Incentivar os campi do IFAM a promoverem cursos de capacitação em desenvolvimento de projetos de pesquisa.	20%	20%	20%	20%	20%
Buscar parcerias com Instituições de excelência para capacitação do corpo docente.	20%	20%	20%	20%	20%
META 2: Viabilizar o ingresso de, no mínimo, 30 docentes anualmente, para se qualificar em nível de doutorado até 2016 em conformidade ao Plano de Capacitação de cada Campus.					
Indicador: Número de portaria de liberação do servidor.					
Responsável: PPGI					
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Ampliar as parcerias nacionais e internacionais entre as Instituições públicas e privadas de ensino visando à capacitação em nível de doutorado.	20%	20%	20%	20%	20%
Captar recursos financeiros Institucional e de Agências de Fomento para bolsas de pós-graduação.	20%	20%	20%	20%	20%
Ampliar as parcerias nacionais e internacionais entre as Instituições públicas e privadas de ensino visando à capacitação em nível de doutorado.	20%	20%	20%	20%	20%
Captar recursos financeiros Institucional e de Agências de Fomento para bolsas de pós-graduação.	20%	20%	20%	20%	20%
META 3: Promover no IFAM, a criação, a cada dois anos, de um curso de mestrado nas diferentes áreas de conhecimento e modalidades.					
Indicador: Número de cursos implantados.					
Responsável: PPGI					
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Firmar parcerias entre campi para promover os cursos de mestrados; Submeter em parceria com o Campus, a proposta de criação de cursos novos em nível de mestrado (submissão de Aplicativos de Propostas de Cursos Novos – APCNs).	20%	20%	20%	20%	20%

META 4: Incentivar o ingresso de todos os técnicos administrativos anualmente, para se qualificar em nível de aperfeiçoamento, especialização e mestrado até 2017, em conformidade com o Plano de Capacitação de cada Campus.					
Indicador: Número de portaria de liberação do servidor					
Responsável: PPGI					
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Ampliar as parcerias nacionais e internacionais entre as Instituições públicas e privadas de ensino, visando à capacitação em nível de aperfeiçoamento, especialização e mestrado.	20%	20%	20%	20%	20%
Incentivar os Campi do IFAM a promoverem cursos de capacitação em desenvolvimento de projetos.	20%	20%	20%	20%	20%

Objetivo estratégico 6	**Ampliar e diversificar a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu;**

META 1: Promover nos Campi do IFAM, a criação, anualmente, de no mínimo, um curso de aperfeiçoamento/ especialização nas diferentes áreas de conhecimento e modalidades.					
Indicador: Número de cursos implantados.					
Responsável: PPGI					
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Implantar em parceria com o Campus, cursos de aperfeiçoamento/ especialização em diferentes modalidades.	20%	20%	20%	20%	20%
Criar infraestrutura adequada em parceria com o Campus para a realização de cursos de aperfeiçoamento/especializações.	20%	20%	20%	20%	20%
Firmar parcerias com instituições de ensino superior público e privado e agências de fomento, a fim de possibilitar a oferta de cursos de aperfeiçoamento/especializações.	20%	20%	20%	20%	20%
Implantar cursos de especialização em parcerias com secretarias de educação e/ou empresas privadas através de convênio via Fundação de Apoio.	20%	20%	20%	20%	20%

META 3: Promover no IFAM, a criação, a cada dois anos, de um curso de mestrado nas diferentes áreas de conhecimento e modalidades. Buscar a excelência nos cursos de mestrado visando: a avaliação da CAPES - conceito 4 até 2018.					
Indicador: Número de cursos implantados					
Responsável: PPGI					
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Captar recursos financeiros junto a Agências de Fomento para bolsas de pós-graduação.	20%	20%	20%	20%	20%
Priorizar por meio de edital de apoio financeiro à publicação de artigos científicos em periódicos classificados pela CAPES de Qualis A e B.	20%	20%	20%	20%	20%

Ampliar a infraestrutura do mestrado no IFAM.	20%	20%	20%	20%	20%
Firmar parcerias com Instituições de pesquisa para compartilhar o uso de infraestrutura.	20%	20%	20%	20%	20%
Firmar parcerias entre os campi para promover os cursos de mestrados.		25%	25%	25%	25%
Objetivo estratégico 7	**Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico no âmbito do IFAM.**				
META 1: Difundir a cultura de inovação tecnológica e da propriedade intelectual em todos os Campi do IFAM até 2018.					
Indicador: Número de eventos promovidos nos campi do IFAM sobre o Tema.					
Responsável: PPGI					
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Realizar eventos objetivando a difusão da cultura de inovação tecnológica e da propriedade intelectual.	20%	20%	20%	20%	20%
Consolidar o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) do IFAM.	20%	20%	20%	20%	20%
Criar a infraestrutura física necessária para consolidação do NIT.	20%	20%	20%	20%	20%
Pleitear junto à Reitoria o efetivo necessário para a composição da equipe gestora do NIT.	20%	20%	20%	20%	20%

1.8.3 EXTENSÃO

Na tabela abaixo apresentamos os objetivos e ações da Extensão:

Tabela 3 – Objetivos e Metas da Extensão

Objetivo estratégico 1	**Criar e ampliar programas institucionais de Extensão.**				
Responsável: PROEX					
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Identificar a demanda por ações/projetos de extensão.	20%	20%	20%	20%	20%
Fomentar a criação de novos programas/ projetos.	20%	20%	20%	20%	20%

Aperfeiçoar o programa institucional de bolsas de extensão.	33,3%	33,3%	33,3%		
Implantar e implementar o Centro de Idiomas.	20%	20%	20%	20%	20%
Promover programa de mobilidade de alunos e servidores em âmbito nacional e internacional.	20%	20%	20%	20%	20%
Capacitar servidores para execução e desenvolvimento de programas, projetos e demais ações de extensão.	20%	20%	20%	20%	20%
Promover a realização de eventos.	20%	20%	20%	20%	20%
Criar material gráfico e mídias digitais das ações de extensão do IFAM.	33,3%		33,3%		33,3%
Orientar, supervisionar e avaliar as ações extensionistas.	20%	20%	20%	20%	20%
Objetivo estratégico 2	**Fortalecer as ações do Comitê de Extensão (COEXT)**				
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Realizar reuniões sistemáticas do Comitê de Extensão.	20%	20%	20%	20%	20%
Submeter ao conhecimento superior às recomendações do COEXT.	20%	20%	20%	20%	20%
Criar mecanismos de agilidade para avaliação dos projetos.	20%	20%	20%	20%	20%
Objetivo estratégico 3	**Sistematizar e informatizar as ações de extensão.**				
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Implantar sistema informatizado para registro, cadastro, acompanhamento e avaliação das ações de extensão.	**50%**	**50%**			
Capacitar servidores para cadastramento das ações no SISTEC.	**33,3%**	**33,3%**	**33,3%**		
Criar indicadores de avaliação e de referência para matriz orçamentária.	**33,3%**	**33,3%**	**33,3%**		
Garantir a inserção das ações de extensão nos currículos dos cursos superiores.	**50%**	**50%**			
Objetivo estratégico 4	**Compartilhar práticas de extensão.**				
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Realizar Mostra Anual de Extensão e outros eventos.	20%	20%	20%	20%	20%
Criar uma revista de extensão indexada.		50%	50%		
Promover a participação do Instituto em eventos de extensão.	20%	20%	20%	20%	20%
Atualizar regulamentações de extensão em consonância com a política de extensão.	20%	20%	20%	20%	20%
Atualizar a regulamentação de extensão e de estágios em consonância com a Legislação vigente e os projetos de curso.	33,3%	33,3%	33,3%		

Objetivo estratégico 5	Incentivar a realização de projetos de extensão.				
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Ampliar o número de ações de extensão por meio de editais internos.	20%	20%	20%	20%	20%
Objetivo estratégico 6	**Consolidar o Programa de Bolsas de Extensão.**				
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Ampliar o quantitativo de Bolsa Extensão.	20%	20%	20%	20%	20%
Monitorar eficácia e efetividade do programa.	20%	20%	20%	20%	20%
Identificar e implantar melhorias no programa.	33,3%		33,3%		33,3%
Objetivo estratégico 7	**Prospectar editais externos voltados às atividades de extensão.**				
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Identificar e divulgar editais para financiamento de programas/ projetos de extensão de agências/instituições de fomento externas.	20%	20%	20%	20%	20%
Incentivar a participação da comunidade acadêmica nos editais públicos e privados.	20%	20%	20%	20%	20%
Objetivo estratégico 8	**Criar editais específicos para ações socioculturais e esportivas.**				
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Destinar recursos para editais que fomentem projetos socioculturais, inclusive esportivos.	20%	20%	20%	20%	20%
Promover eventos abertos à comunidade externa.	20%	20%	20%	20%	20%
Objetivo estratégico 9	**Consolidar a cultura empreendedora.**				
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Atualizar o regulamento da Incubadora AYTY.	50%	50%			
Promover iniciativas institucionais para a formação empreendedora.	20%	20%	20%	20%	20%
Criar regulamento de empresas juniores em parceria com o Ensino.	50%	50%			
Implantar junto aos Campi, novas unidades da incubadora AYTY.	20%	20%	20%	20%	20%
Objetivo estratégico 10	**Promover a extensão tecnológica e a pesquisa aplicada.**				
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Identificar, junto à Pró-Reitoria de Pesquisa, projetos com potencial para desenvolvimento tecnológico em articulação com o mundo do trabalho.	20%	20%	20%	20%	20%
Buscar parcerias para elaboração de projetos interdisciplinares.	20%	20%	20%	20%	20%

Articular ações junto ao NIT, visando ao desenvolvimento de projetos tecnológicos.	20%	20%	20%	20%	20%
Realizar visitas de prospecção de parcerias junto a empresas.	20%	20%	20%	20%	20%
Objetivo estratégico 11	**Intensificar o relacionamento com os setores de extensão nos Campi.**				
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Promover Anualmente Encontro dos Gestores de Extensão do IFAM.	20%	20%	20%	20%	20%
Realizar as visitas técnicas da extensão nos campi visando acompanhar o trabalho realizado pelas coordenações.	20%	20%	20%	20%	20%
Propor uma estrutura organizacional de recursos humanos para o funcionamento adequado do setor de extensão.	50%	50%			
Apoiar a realização de cursos e eventos de extensão dos campi.	20%	20%	20%	20%	20%
Realizar treinamento para os gestores de extensão.	20%	20%	20%	20%	20%
Objetivo estratégico 12	**Implantar programa de acompanhamento de egressos.**				
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Levantamento de egressos.	20%	20%	20%	20%	20%
Criar um sistema de egressos para cadastro no site institucional.	50%	50%			
Criar e lançar grupo em redes sociais para promoção de interatividade entre os egressos.	33,3%	33,3%	33,3%		
Promover encontros anuais de egressos.	20%	20%	20%	20%	20%
Desenvolver pesquisas de avaliação e acompanhamento de egresso, relativo à trajetória social, profissional e educacional.	20%	20%	20%	20%	20%
Objetivo estratégico 13	**Realizar parcerias com os setores produtivos e demais instituições da sociedade civil organizada.**				
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Articular com os sistemas públicos de educação básica e superior na definição de ofertas educacionais, estágios e para ações de ensino, pesquisa aplicada e extensão tecnológica.	20%	20%	20%	20%	20%
Objetivo estratégico 14	**Promover mecanismos de fortalecimento da oferta de estágios e desenvolvimento de projetos de conclusão de curso técnico.**				
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Prospectar novas empresas, visando parcerias para realização de estágios e visitas técnicas.	20%	20%	20%	20%	20%
Ampliar o número de oferta de estágios e visitas técnicas.	20%	20%	20%	20%	20%
Estimular a Intensificação das visitas de supervisão de estágio.	20%	20%	20%	20%	20%
Atualizar normas e regulamentos de estágios e de desenvolvimento de projetos de conclusão de cursos técnicos.	50%	50%			

Estimular a realização de seminários de orientação para desenvolvimento de estágios e projetos.	20%	20%	20%	20%	20%
Divulgar a oferta de estágios.	20%	20%	20%	20%	20%
Objetivo estratégico 15	**Consolidar os cursos de extensão articulados com ensino, promovendo a verticalização.**				
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Diversificar as modalidades de oferta de cursos de extensão.	20%	20%	20%	20%	20%
Promover cursos com temáticas ligadas às áreas de expertise dos Campi e especificidades locais.	20%	20%	20%	20%	20%
Ofertar, em parceria com os Campi, cursos de extensão que enriqueçam o processo de formação dos alunos.	20%	20%	20%	20%	20%
Incluir componentes curriculares de extensão em 10% da carga horária dos cursos regulares.	20%	20%	20%	20%	20%
Intensificar o tema empreendedorismo: Inserções de temáticas relativas ao empreendedorismo, desenvolvimento sustentável, ciência e tecnologia e inovação tecnológica nos projetos pedagógicos dos cursos.	20%	20%	20%	20%	20%
Objetivo estratégico 16	**Fortalecer e ampliar a cooperação e as relações internacionais.**				
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Realizar prospecção para parcerias com instituições de ensino superior.	20%	20%	20%	20%	20%
Realizar prospecção para parcerias com agências de intercâmbio.	20%	20%	20%	20%	20%
Criar regulamentos e diretrizes para normatização de intercâmbios.	20%	20%	20%	20%	20%
Criar metodologia de acompanhamento dos alunos em intercâmbio.	20%	20%	20%	20%	20%
Objetivo estratégico 17	**Fomentar ações culturais.**				
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Estimular a criação de corais e conjuntos musicais.	20%	20%	20%	20%	20%
Apoiar a criação de Cineclubes.	20%	20%	20%	20%	20%
Criar edital de fomento para Eventos Culturais.	20%	20%	20%	20%	20%
Estimular a criação de Grupos de Teatro.	20%	20%	20%	20%	20%
Objetivo estratégico 18	**Fomentar eventos esportivos.**				
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Criar editais de fomento para ações esportivas nos Campi.	20%	20%	20%	20%	20%
Estimular a criação de competições esportivas intercampi.	20%	20%	20%	20%	20%

Objetivo estratégico 19	Revitalizar o funcionamento do Museu do IFAM.				
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Fomentar a criação de grupo de estudos do patrimônio histórico institucional.	20%	20%	20%	20%	20%
Prospectar parcerias para reforma e implantação do novo museu.	20%	20%	20%	20%	20%
Objetivo estratégico 20	**Estimular o debate visando à implantação de grupos de estudos sobre políticas inclusivas e ações afirmativas.**				
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Implantar Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabis).		33,3%	33,3%	33,3%	
Implantar Núcleos de Estudos de questões de gênero.		33.3%	33,3%	33,3%	
Objetivo estratégico 21	**Fortalecer as ações do NAPNE.**				
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Estimular a participação em editais para fomento de projetos.	20%	20%	20%	20%	20%
Promover o apoio ao NAPNE para o desenvolvimento de ações inclusivas.	20%	20%	20%	20%	20%
Objetivo estratégico 22	**Fortalecer as ações do NUPA.**				
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Estimular a participação em editais para fomento de projetos.	20%	20%	20%	20%	20%
Promover o apoio ao NUPA para o desenvolvimento de ações inclusivas para pescadores e familiares.	20%	20%	20%	20%	20%
Objetivo estratégico 23	**Articular a oferta dos Cursos Técnicos e de Formação Inicial e Continuada - FIC com a expertise de cada campus e a demanda.**				
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Ampliar oportunidades de profissionalização para estudantes do Ensino Médio e trabalhadores.	20%	20%	20%	20%	20%
Objetivo estratégico 24	**Incentivar a adesão a programas governamentais.**				
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Ampliar a oferta dos cursos do programa Pronatec e Mulheres Mil.	20%	20%	20%	20%	20%
Apoiar ações do Ensino com relação à certificação profissional.		33,3%	33,3%	33,3%	

Objetivo estratégico 25	Fortalecer e ampliar a mobilidade estudantil e de servidores.				
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Criar procedimentos e regulamentos para normatização de mobilidade discente e de servidores.	20%	40%	20%	20%	
Aumentar para 40 o número de estudantes de instituições parceiras nos campi do IFAM.	20%	20%	20%	20%	20%
Aumentar para 50 o número de estudantes do IFAM em instituições de ensino no exterior.	20%	20%	20%	20%	20%
Realizar prospecção para parcerias com universidades e agências de intercambio.	20%	20%	20%	20%	20%
Efetuar atividades prévias com orientações complementares a alunos e servidores em processo de mobilidade.	20%	20%	20%	20%	20%
Promover mobilidade de 20 servidores do IFAM.	20%	20%	20%	20%	20%
Efetuar atividades prévias com orientações complementares a alunos e servidores em processo de mobilidade.	20%	20%	20%	20%	20%
Objetivo estratégico 26	**Fortalecer e ampliar o número de acordos para cooperação internacional.**				
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Promover acordos de cooperação técnico – científica e de mobilidade para alunos e servidores do IFAM.	20%	20%	20%	20%	20%
Atualizar procedimentos e regulamentos para normatização de acordos e convênios internacionais.	33,3%	33,3%	33,3%		
Participar de 6 missões Institucionais de prospecção para futuras parcerias.	20%	20%	20%	20%	20%
Objetivo estratégico 27	**Apoiar e fortalecer as ações do Centro de Idiomas IFAM.**				
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Prospectar fomento à prática de idiomas e intercâmbio cultural.	20%	20%	20%	20%	20%
Apoiar as ações do Centro de Idiomas para o desenvolvimento do processo de internacionalização do IFAM.	20%	20%	20%	20%	20%
Ofertar 600 vagas nos centros de Idiomas do IFAM da capital e do interior.	20%	20%	20%	20%	20%

Na tabela 4 apresentamos os objetivos e metas da Gestão:

Objetivo estratégico 1	**Promover a integração, desenvolvimento e qualidade de vida dos servidores.**				
META 1: Realizar ações para o desenvolvimento, interação dos servidores e comunicação.					
Indicador: Quantidade de atividades e informações.					
Responsável: DGP/PROAD					
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Implantar programas de ambientação de servidores. Buscar melhorias.	40%	40%	20%		
Instruir servidores sobre benefícios e suas concessões.	100%				
Elaborar documentos de orientação sobre benefícios (manuais, tira-dúvidas, etc.).	20%	20%	20%	20%	20%
Programa de acolhimento de novos servidores.	40%	20%	20%	20%	
Propor atividades de lazer/interação que contemplem os aniversariantes do mês.	20%	20%	20%	20%	20%
META 2: Implantar / Desenvolver programas de Qualidade de Vida.					
Indicador: Quantidade de atividades dos programas de Qualidade de Vida.					
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Capacitar o setor de gestão de pessoas para a implantação de programas de qualidade de vida.	20%	20%	20%	20%	20%
Criação de comissão para realização de questionários, visando ao levantamento de dados para criação de programas de qualidade de vida.		100%			
Projeto espaço do servidor IFAM.	50%	50%			
Projeto campanha de imunização IFAM.	20%	20%	20%	20%	20%
Projeto ginástica laboral IFAM.	50%	50%			
Estabelecer convênios com profissionais de saúde e bem estar.	20%	20%	20%	20%	20%
Estabelecer convênios com Academias de Ginástica.	20%	20%	20%	20%	20%

META 3: Realizar exames periódicos com os servidores.					
Indicador: Quantitativo de exames periódicos.					
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Realizar conscientização da importância da realização de exames periódicos.	20%	20%	20%	20%	20%
Registro de preços para contratação de empresa - exames periódicos.	33,3%		33,3%		33,3%
Disponibilizar a realização de exames periódicos a todos os servidores.	33,3%		33,3%		33,3%
Realização de exames periódicos por, no mínimo, 70% dos servidores da capital.	33,3%		33,3%		33,3%
Realizar estudos sobre a possibilidade de disponibilizar os exames periódicos aos servidores do Interior do Amazonas.	50%	50%			
Realizar os exames periódicos, quando possível, em 50% dos servidores de cada Unidade do interior do Amazonas.	33,3%		33,3%		33,3%
Criar recursos de divulgação dos exames periódicos.	20%	20%	20%	20%	20%
META 4: Promover atividades desportivas, culturais e educativas.					
Indicador: Quantidade de atividades culturais educativas e desportivas.					
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Promover atividades desportivas frequentes.	20%	20%	20%	20%	20%
Realizar competições desportivas, anualmente, para servidores.		25%	25%	25%	25%
Premiação das melhores equipes.		25%	25%	25%	25%
Projetar áreas de lazer em cada Unidade do IFAM.		50%	50%		
Designar um representante para atuar nas atividades de Qualidade de Vida em cada Unidade do IFAM.		50%	50%		
Realizar o levantamento das atividades desportivas, culturais e educativas que interessem à comunidade do Campus.	20%	20%	20%	20%	20%
Semana do Servidor.	20%	20%	20%	20%	20%
Promover a Semana da Mulher, disponibilizando produtos/serviços de interesse feminino.	20%	20%	20%	20%	20%

Objetivo estratégico 2	Elaborar o Plano de Capacitação dos Servidores.				
Indicador: Quantidade de capacitações realizadas.					
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Capacitar os servidores do IFAM.	20%	20%	20%	20%	20%
Objetivo estratégico 3	**Aprimorar o processo de planejamento orçamentário do IFAM até 2018.**				
Responsável: PROAD					
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Integrar o planejamento com a administração em todos os campi do IFAM.	10%	50%	70%	90%	100%
Provisionar corretamente as despesas fixas e de custeio em geral.	50%	70%	80%	100%	100%
Elaborar o planejamento para as despesas de investimento.	5%	50%	80%	100%	100%
Traçar plano de desenvolvimento do IFAM de acordo com o crescimento dos recursos orçamentários, que é diretamente ligado ao aumento do número de alunos matriculados e alunos RIP.	5%	20%	50%	70%	100%
Objetivo estratégico 4	**Otimizar a aplicação dos recursos orçamentários do IFAM até 2018.**				
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Incentivar o planejamento e a execução de compras compartilhadas.	5%	50%	80%	100%	100%
Desenvolver ações em conjunto com a Coordenação de Materiais e Patrimônio e os setores solicitantes, quanto à entrega de materiais e à prestação de serviços, das despesas previamente empenhadas, para que não se transformem em RAP.	5%	50%	80%	100%	100%
Objetivo estratégico 5	**Aperfeiçoar o controle orçamentário e financeiro do IFAM até 2018.**				
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Dar publicidade à execução orçamentária do IFAM em seu site oficial.	10%	70%	100%	100%	100%
Conscientizar a respeito da escassez dos recursos e gerir os seus limites em consonância com a LOA.	30%	70%	100%	100%	100%
Objetivo estratégico 6	**Disponibilizar comunicações wireless em todo o IFAM.**				
Responsável: DGTI/PRODIN					
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Melhorar o desempenho da rede IFAM.	70%	80%	85%	90%	99%
Implantar a rede para visitantes Implantar mecanismos de controle de autenticação e acesso.	70%	80%	85%	90%	99%

Objetivo estratégico 7	Estudar, no âmbito do Comitê de TI os requisitos para a criação do repositório.				
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Discutir e apresentar as características técnicas.	100%				
Realizar a divisão do trabalho a ser executado pela equipe de TI da Reitoria.		100%			
Criar o repositório de projetos, planos e documentos.		30%	60%	70%	90%
Disponibilizar o repositório para consulta dos servidores do IFAM.		30%	60%	70%	90%
Objetivo estratégico 8	**Criação de repositório de outros documentos institucionais.**				
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Discutir e apresentar as características técnicas.	100%				
Realizar a divisão do trabalho a ser executado pela equipe de TI da Reitoria.		100%			
Criar o repositório de projetos, planos e documentos.		30%	60%	70%	90%
Disponibilizar o repositório para consulta dos servidores do IFAM.		30%	60%	70%	90%
Objetivo estratégico 9	**Criar políticas de Sustentabilidade de Recursos de TI**				
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Definir política de atualizações de hardware e software.	10%	50%	70%	90%	100%
Criar política de descarte.	10%	50%	70%	95%	100%
Criar política de reciclagem.	10%	50%	70%	100%	100%
Criar política de obsolescência.	10%	50%	70%	90%	100%
Objetivo estratégico 10	**Promover a automatização dos processos administrativos e acadêmicos, visando à eficiência e eficácia na tomada de decisões, bem como, a agilidade, publicidade e confiabilidade das informações.**				
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Modelar e disponibilizar sistema intranet que integre serviços de comunicação interna, compartilhamento de arquivos e demais bases de dados institucionais.		35%	50%		
Consolidar, atualizar e aperfeiçoar o sistema de gestão acadêmica do IFAM.		30%	100%		
Consolidar, atualizar e aperfeiçoar os módulos do sistema de gestão administrativa do IFAM.		30%	60%	90%	100%
Consolidar, atualizar e aperfeiçoar o sistema de gestão biblioteca do IFAM.			40%	60%	100%
Desenvolver sistemas/aplicações específicas para atendimento de demandas da reitoria.			30%	60%	98%
Documentar os sistemas e serviços disponibilizados para o IFAM.	20%	40%	60%	80%	100%

Objetivo estratégico 11	Promover a modernização tecnológica para serviços e sistemas de apoio aos processos acadêmicos, administrativos e gerenciais através de soluções de infraestrutura modernas.				
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Atualizar os servidores de autenticação no IFAM, a fim de garantir o controle e a segurança das informações institucionais.	10%	70%	100%		
Criar e padronizar as soluções de segurança na infraestrutura de rede.	10%	50%	80%	90%	99%
Atualizar o parque de equipamentos de informática.	10%	40%	60%	80%	90%
Prover equipamentos e sistemas para atendimento às áreas de desenvolvimento de sistemas, virtualização, projetos estruturais, arquitetônicos e edição de vídeo.	10%	70%	100%		
Disponibilizar o serviço de videoconferência do IFAM aos Campi da Expansão da Rede Federal de Educação – Fase	10%	80%	100%		

Objetivo estratégico 12	Racionalizar e otimizar a aplicação dos recursos, de forma a aprimorar a qualidade e a eficácia dos serviços de tecnologia da informação.				
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Gerenciar contratos vigentes com vistas ao planejamento de redução dos custos relativos dos serviços contratados pelo IFAM.	10%	100%			
Contratar serviço de manutenção.		100%			
Apresentar uma solução para o serviço de impressão para os campi e reitoria.	10%	20%	40%	60%	80%

Objetivo estratégico 13	Garantir a integridade dos dados institucionais e prover segurança da informação conforme legislação vigente.				
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Aprovar, publicar e divulgar políticas de segurança da informação no âmbito do IFAM.	10%	80%	100%		
Adquirir antivírus corporativo para proteção das estações de trabalho e servidores da reitoria.	10%	80%	100%		
Prover capacitação constante da equipe técnica em relação à segurança da informação.	10%	100%			

Objetivo estratégico 14	Aprimorar a governança de Tecnologia da Informação conforme regulamentações e orientações emanadas da Secretaria de Logística de Tecnologia da Informação (SLTI/MPOG).				
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Revisar Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) anualmente e apresentar Relatório do diagnóstico.			100%		
Incentivar as contratações conjuntas, com intuito de diminuir o número de processos de compra para o mesmo objeto.		80%	100%		
Criar e atualizar o portfólio de serviços e atividades da DGTI.		50%	100%		
Atender aos padrões de governança exigidos nas normativas de tecnologia da informação.	20%	80%	90%	100%	

Revisar e atualizar o processo de contratação de solução de TI com vistas ao atendimento integral da legislação vigente.		100%			
Realizar capacitação sobre os novos procedimentos.	20%	40%	60%	80%	90%

Objetivo estratégico 15	**Aprimorar a governança de Tecnologia da Informação conforme regulamentações e orientações emanadas da Secretaria de Logística de Tecnologia da Informação (SLTI/MPOG).**				
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Revisar Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) anualmente e apresentar Relatório do diagnóstico.	20%	20%	20%	20%	20%
Incentivar as contratações conjuntas, com intuito de diminuir o número de processos de compra para o mesmo objeto.		50%		50%	
Criar e atualizar o portfólio de serviços e atividades da DGTI.	33,3%		33,3%		33,3%
Consolidar o sistema de gestão de projetos.		50%	50%		
Atender aos padrões de governança exigidos nas normativas de tecnologia da informação.	20%	20%	20%	20%	20%
Revisar e atualizar o processo de contratação de solução de TI com vistas ao atendimento integral da legislação vigente.	33,3%		33,3%		33,3%
Realizar capacitação sobre os novos procedimentos.	20%	20%	20%	20%	20%

Objetivo Estratégico 16	**Aprimorar a gestão orçamentária de TI.**				
Descrição do Objetivo:	**Buscar uma eficiente gestão orçamentária para garantir os recursos orçamentários necessários ao cumprimento das metas institucionais.**				
Meta:	**Atender 98% do PDTI até 2018.**				
Indicador:	**Numero executado/planejado considerando valores e quantidades.**				
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Planejar a contratação de bens e serviços de TI, conforme a demanda do IFAM.	40%	68 %	75%	90%	98%

Objetivo Estratégico 17	**Aprimorar a Gestão de pessoas de TI.**				
Descrição do Objetivo:	**Qualificar servidores e gestores para melhor desempenho de suas atribuições e aprimorar as competências para novos desafios profissionais, seja no aspecto técnico ou gerencial.**				
Meta 1:	**Participação de 100% dos cursos oferecidos pelo Contrato de Gestão e do Plano anual de Capacitação do Fórum de Gestores de Tecnologia da Informação financiados pelo MEC até 2018.**				
Indicador:	**Número Planejado x Executado**				
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Promover capacitação permanente dos servidores de TI.	30%	20%	20%	20%	10%

Meta 2:	**Executar o Plano de Capacitação de TI em até 80% até 2018.**				
Indicador:	**Número Planejado x Executado.**				
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Realizar e/ou encaminhar servidores para capacitação.	20%	20%	20%	20%	20%
Objetivo Estratégico 18	**Promover a integração entre os servidores de TI proporcionando troca de experiências.**				
Meta:	**Utilizar o Sistema SIG como base de conhecimento que possibilite a solução de problemas comuns entre os campi objetivando diminuir o número de pedidos de informatização de processos a 10% até 2018.**				
Indicador:	**Quantidade de Solicitações de Informatização de Processos dentro das solicitações enviados à DGTI.**				
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Informatização de processos.	20%	20%	20%	20%	20%
Objetivo Estratégico 19	**Aperfeiçoar a governança de TI no IFAM.**				
Descrição do Objetivo:	**Buscar implantar um modelo de governança, com base em modelos já consagrados no mercado, visando alinhar os processos de TI às atividades do IFAM, assim como aperfeiçoar a comunicação, comprometimento e o trabalho conjunto entre reitoria e os campi.**				
Meta 1:	**Modelo adotado**				
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Adotar modelo de gestão baseado no modelo de referência em Planejamento e Organização.	20%	20%	20%	20%	20%
Meta 2:	**Informatizar 90% dos processos administrativos e acadêmicos do IFAM até 2018.**				
Indicador:	**Número de processos informatizados.**				
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Informatizar os processos administrativos e acadêmicos.	20%	20%	20%	20%	20%

Objetivo Estratégico 20	Adotar modelo de gestão baseado no modelo de referência COBIT – Domínio Aquisição e implementação.
Meta 3:	**Realizar 100% dos processos do domínio COBIT de Aquisição e implantação até 2018.**
Indicador:	**Número de processos realizados.**

AÇÕES	2014	2015	2016	2017	2018
Implantação do COBIT no IFAM.	20%	20%	20%	20%	20%

Objetivo Estratégico 21	Adotar modelo de gestão baseado no modelo de referência COBIT – Domínio Entrega e suporte.
Meta:	**Realizar 100% dos processos do domínio COBIT de Entrega e suporte até 2018.**
Indicador:	**Número de processos realizados.**

AÇÕES	2014	2015	2016	2017	2018
Integrar as ações da Coordenação de Manutenção de TI com o modelo do COBIT.	20%	20%	20%	20%	20%

Objetivo Estratégico 22	Adotar modelo de gestão baseado no modelo de referência COBIT – Domínio Monitoração e avaliação.
Meta:	**Realizar 100% dos processos do domínio COBIT de Monitoração e avaliação até 2018.**
Indicador:	**Número de processos realizados.**

AÇÕES	2014	2015	2016	2017	2018
Adotar normas de monitoria das requisições realizadas para a DGTI.	20%	20%	20%	20%	20%

Objetivo Estratégico 23	Implantar o Sistema Integrado de Gestão visando informatizar os processos administrativos e acadêmicos.
Meta:	**Implantar 100% dos módulos do Sistema Integrado de Gestão.**
Indicador:	**Número de módulos em produção.**

AÇÕES	2014	2015	2016	2017	2018
Implantação do Sistema Informatizado.	20%	20%	20%	20%	20%

Objetivo Estratégico 24	Prover o uso eficiente dos recursos de TI.
Descrição do Objetivo:	**Ampliar as responsabilidades pelos recursos de TI, atuando para garantir a sua gestão.**

AÇÕES	2014	2015	2016	2017	2018
Aderir ao Padrão do SISP na aquisição de soluções de Tecnologia da Informação.	20%	20%	20%	20%	20%

Meta:	**Adquirir soluções de TI que estejam 100% alinhadas com as especificações técnicas do SISP até 2018.**				
Indicador:	**Valor anual empenhado em conformidade pela quantidade empenhada no ano.**				
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Aquisições de soluções de TI estejam 100% alinhadas com as especificações técnicas do SISP até 2018.	20%	20%	20%	20%	20%
Objetivo estratégico 25	**Melhorar o serviço de atendimento as demandas.**				
Responsável: DIPLAN/PRODIN					
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Melhorar o suporte a atividade da Direção Geral dos Campi.	33,3%		33,3%		20%
Melhorar o tempo e a qualidade do atendimento nos Campi e Reitoria.	20%	20%	20%	20%	20%
Publicar as atividades rotineiras, serviços e sistemas.	20%	20%	20%	20%	20%
Objetivo estratégico 26	**Ampliar o quadro de servidores do Departamento de Engenharia do IFAM.**				
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Definir perfil das áreas de engenharia.	100%				
Discutir no Colégio de Dirigentes o edital.	100%				
Encaminhar a DGP mapa do perfil e as respectivas necessidades de capacitação.	100%				
Objetivo estratégico 27	**Simplificar as rotinas de trabalho.**				
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Criar e atualizar (em meio eletrônico) de um manual da Instituição com as instruções e a operacionalização dos procedimentos administrativos e acadêmicos.	20%	20%	20%	20%	20%
Dinamizar das gestões acadêmica e administrativa.	20%	20%	20%	20%	20%
Implementar a gestão participativa, desenvolvendo a administração em parceria com as unidades, elaborando agenda de reuniões executivas.	20%	20%	20%	20%	20%
Elaborar o fluxo das rotinas.	20%	20%	20%	20%	20%

Objetivo estratégico 28	Estabelecer critérios organizacionais, através de modelos pré-definidos, que possibilitem uma maior integração entre as Pró-Reitorias, Diretorias Sistêmicas e Gestores dos Campi, facilitando a troca de informações intra instituto e com a sociedade.				
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Realizar estudos dos fluxos de procedimentos e elaborar o FLUXO.	50%	50%			
Comunicar de forma permanente e eficiente entre a Reitoria e os Campi.		25%	25%	25%	25%
Analisar a real necessidade de cada Campus, para que exista um fluxo de informações que viabilizem a agilidade de processos e informações para a tomada de decisões, além de capacitar os servidores a alimentar o sistema adequadamente.		50%		50%	
Objetivo estratégico 29	**Aperfeiçoar as práticas das Coordenações.**				
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Criar condições para as Coordenações funcionarem, tanto de pessoal, quando de instalações.		50%	50%		
Criar e aprimorar práticas que fortaleçam a gestão em rede.		20%	50%	30%	
Objetivo estratégico 30	**Atuar no planejamento estratégico, mediante ações de gestão estratégica.**				
AÇÕES	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Elaborar e modernizar instrumentos capazes de promover um acompanhamento e controle da execução do planejamento de modo a assegurar o cumprimento da estratégia constante no PDI.		20%	50%	30%	
Fornecer, tempestivamente, retorno aos órgãos responsáveis pelos indicadores, e o atendimento das metas institucionais.		50%	50%		
Implantar sistema de gestão estratégica.		50%	50%		
Realizar a revisão do Planejamento Estratégico do IFAM.			50%	50%	
Realizar a revisão do PDI 2019-2022.				50%	50%

1.9 RESPONSABILIDADE SOCIAL

A responsabilidade social vincula o exercício de nossa condição de agente público da educação, associada ao corpo discente, legítimo e fundamental destinatário de nossa missão educativa, à exigência de respondermos pelas habilidades que desenvolvemos e praticamos, orientados pelos valores da atenção respeitosa à dignidade humana daqueles que esperam e dependem dos serviços que ofertamos, da solidariedade, do comprometimento e da justiça frente aos nossos alunos e aos desafios próprios do ambiente sociocultural e político-econômico no qual estamos inseridos.

No tocante à inclusão social, devemos considerar o que diz José de Souza Martins (1997), ao abordar a negação desse princípio norteador de nossas ações. Esse sociólogo, tratando da existência da exclusão social no Brasil, afirma que na sociedade brasileira, efetivamente, não pode ter havido exclusão social, e sim um tipo de "inclusão precária, instável e marginal", pois para alguém ser excluído pressupõe-se que esteja numa condição de incluído, o que no Brasil, esta condição, em geral, não se deu, de fato (MARTINS, 1997, p. 20).

Frente a essa percepção, no nosso caso, ao nos balizarmos pelo princípio humanitário da inclusão social, importa-nos mantermos nosso foco, primeiramente, nos não-incluídos, e num momento seguinte, naqueles que foram e continuam excluídos dos serviços públicos que devemos ofertar, institucionalmente. Nessa perspectiva, nossos servidores deverão ser motivados e mobilizados para contribuírem com a formação discente, sendo estes orientados para o compromisso responsável e solidário frente às demandas sociais que exigem soluções concretas de garantia de cidadania para todos, atuando como agentes de transformação da sociedade, fazendo uso dos conhecimentos adquiridos nas unidades de ensino para enfrentamento permanente dos desafios presentes no contexto social, político, econômico e cultural da comunidade onde estão inseridos.

1.10 GESTÃO DO PLANEJAMENTO DO IFAM

O modelo de estrutura multicampi e funções diferenciadas dos Institutos Federais como instituição de ensino, de acordo com a Lei Nº 11.892/2008, exige a adoção do planejamento estratégico e de novos procedimentos de gestão. Desta forma, o planejamento como instrumento de desenvolvimento institucional recomenda a prática da cultura de avaliação do processo e busca por resultados sociais efetivos e eficazes.

A Gestão do planejamento do IFAM é feita conforme documento elaborado intitulado "Orientações para o Planejamento do IFAM". Este documento orienta todos os gestores, servidores docentes e técnicos-administrativos das unidades do IFAM quanto aos procedimentos adotados para a construção participativa do Planejamento.

Todos os passos do planejamento são apresentados neste documento de forma simples, porém, contundente quanto ao alcance de seus objetivos estratégicos finais que é a maximização dos resultados e a excelência nos serviços prestados ao cidadão.

O documento apresenta no seu bojo a fundamentação legal e técnica sobre o planejamento de gestão, devendo aplicar as principais ferramentas de planejamento e de controle na execução dos objetivos e metas institucionais e estratégicas constantes no Planejamento Estratégico Institucional (Planejamento Estratégico do IFAM).

O documento preserva a sustentação do planejamento como instrumento de desenvolvimento institucional, recomendando a interação de todos os setores administrativos entre si e com o Planejamento Estratégico Institucional para consolidar a eficiência, a eficácia e a efetividade do mesmo, garantindo a economicidade na execução dos programas, projetos e atividades da instituição, confirmando-se os termos de sua missão e visão de futuro.

A alavancagem do planejamento estratégico ocorrerá no momento em que a comunidade acadêmica tomar consciência da importância de sua participação na construção coletiva do processo de desenvolvimento institucional, transformando a estratégia em planos operacionais contínuos com possibilidade de criar a cultura do planejamento e acompanhamento, à medida que estabelece instrumentos de avaliação e controles voltados para resultados em processo cíclico, ou seja, o replanejamento evolutivo.

Assim sendo, os gestores e os servidores participantes do processo de gestão das unidades administrativas do IFAM serão capazes de adotar medidas estratégicas para cada ação que esteja sob sua responsabilidade, contribuindo desta forma para o fortalecimento do planejamento estratégico e institucional como um todo.

A PRODIN adotou algumas ferramentas de planejamento que foram aplicadas por diversos órgãos públicos, com experiências administrativas exitosas. A matriz SWOT e o método Balanced Scorecard (BSC) foram adaptados e aprimorados ao planejamento estratégico do IFAM, aplicando-se no aprimoramento do Plano de Desenvolvimento Institucional e nos demais instrumentos de planejamento. Com relação à automação do registro de dados, temos:

- SIG – Sistema de Informações Gerenciais (fase de implantação)
- SISTEC – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
- e-MEC – Sistema do Ministério da Educação
- SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle
- SGD – Sistema de Gestão de Demandas

Com esse procedimento, a PRODIN acredita construir um modelo de gestão democrática que favoreça a descentralização do processo decisório, a transparência, a delegação e divisão de responsabilidade a partir de uma visão sistêmica de planejamento da instituição educacional. Porém, o desenvolvimento da instituição depende da participação e do trabalho de todos os segmentos da comunidade acadêmica (estudantes, docentes, servidores técnicos e gestores) e a comunidade em geral.

1.10.1.1 DIRECIONAMENTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento está voltado para todos os setores da administração. É importante ter em mente que existem vários níveis de planejamento, tanto no macro ambiente que envolve toda a gestão e a comunidade acadêmica (ex: construção do PDI) quanto ao microambiente que envolve as atividades das Pró-Reitorias até as Coordenações (ex: construção do Plano de Desenvolvimento Anual).

1.10.1.2 FUNDAMENTOS LEGAIS PARA O PLANEJAMENTO

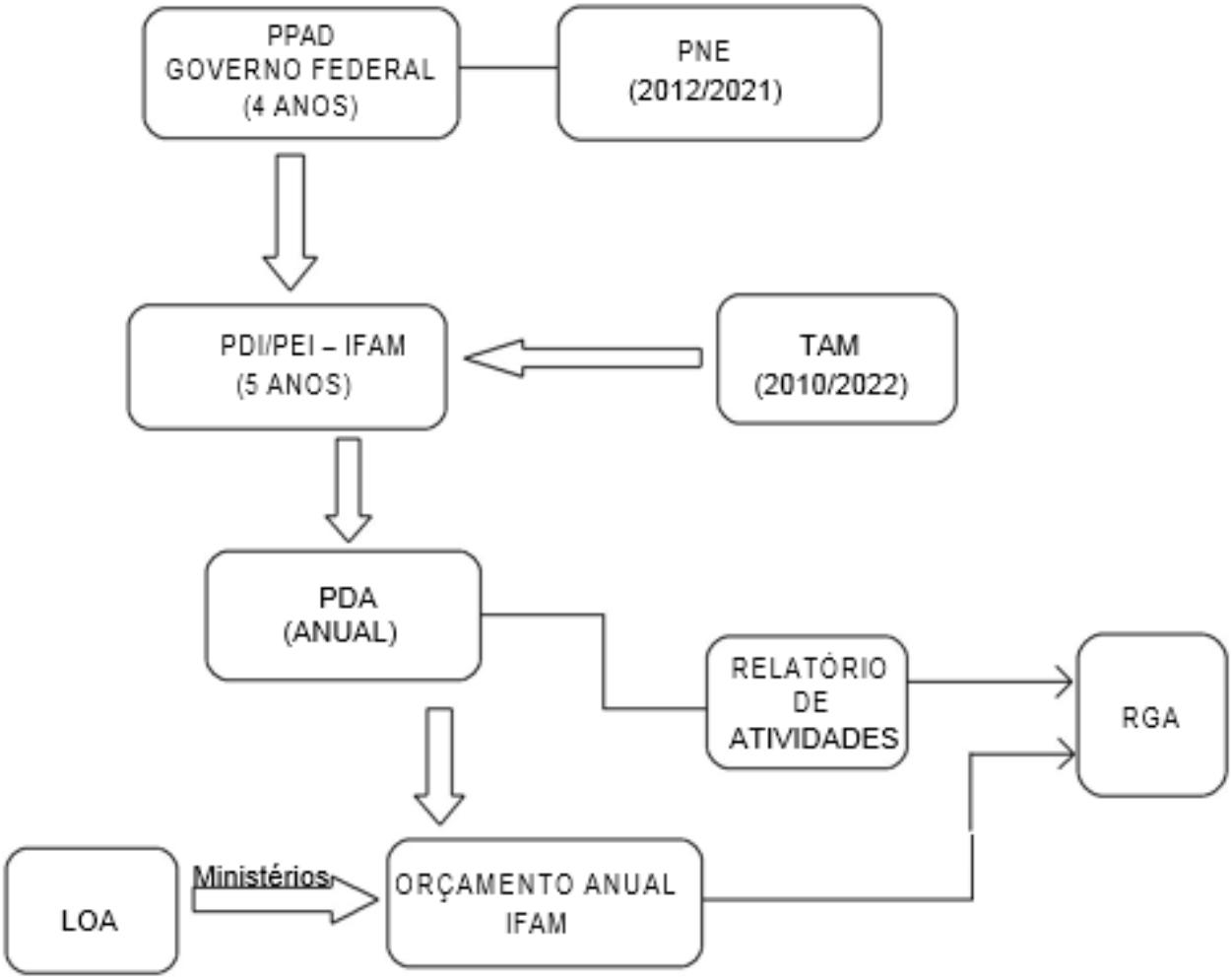
A construção do planejamento do IFAM está baseado em diversos fundamentos legais, neste documento é apresentada as principais normativas.

A Lei Nº 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

Nessa Lei, existem três artigos que definem, na sequência, as linhas do planejamento que o IFAM deva adotar, seja quanto à sua finalidade, aos objetivos Institucionais e às metas que deve alcançar que são: Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características; Art. 7º Observadas às finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais; e o Art. 8º No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei, e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea b do inciso VI do caput do citado art. 7º.

A obrigatoriedade de utilização do PDI, como instrumento de planejamento, é dado às instituições de ensino superior, no entanto, com a criação dos institutos federais foi inferida a sua equiparação com as universidades federais, naquilo que diz respeito à incidência das disposições que regem a regulação, a avaliação e a supervisão das instituições e dos cursos da educação superior, como assegura o art. 2º e o § 1º.

1.10.1.3 CICLO DE CONSTRUÇÃO DO PLANEJAMENTO



Legenda:

LOA – Lei Orçamentária Anual
PAD – Plano de Ação
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PNE – Plano Nacional de Educação
PPAD – Plano Plurianual
RGA – Relatório de Gestão Anual
TAM – Termos e Acordos de Metas

1.10.2 CONSTRUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A construção do orçamento do IFAM obedece à base da estrutura organizacional dos Institutos Federais, conforme dispositivo da Lei Nº 11.892/2008.

O orçamento do IFAM é estabelecido anualmente em Lei Federal (LOA) oriundos da fonte da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e com recursos próprios proveniente, normalmente, de taxas administrativas, tarifas de inscrições em concursos, processos seletivos e outras fontes (emendas Parlamentares).

O Decreto Nº 7.313/2010 dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia dos Institutos Federais. Dessa forma, a matriz orçamentária do IFAM é definida de acordo com o que estabelece os dispositivos do referido Decreto.

O tratamento dos recursos do IFAM está regido pela Lei Nº 4.320/64 que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços em todos os entes da Federação. Essa Lei permite ainda identificar a aplicação dos recursos de forma consolidada e isolada.

Para efeito da construção do Relatório de Gestão e/ou Prestação de Contas, devem ser contemplados todos os recursos orçamentários e extra orçamentários utilizados, arrecadados, guardados ou geridos pelas unidades jurisdicionadas, ou pelos quais elas respondam, incluídos os oriundos de fundos de natureza contábil recebidos de entes da administração pública federal ou descentralizados para execução indireta, conforme preconiza o art. 12, da IN Nº 63/2010 do TCU.

1.10.2.1 INDICADORES

Os indicadores são os instrumentos que verificam o desempenho de uma gestão quanto à execução dos objetivos e metas estratégicas de uma organização alinhada com a sua Missão e Visão de Futuro.

Buscando atendimento a:

- PNE
- TAM
- Acórdão 2267/2005
- Acórdão 104/2011
- Acórdão 2508/2011
- Acórdão 480/2005

O subitem 9.3.2 do Acórdão n.º 2.267/2005 – TCU / Plenário estabelece:

> "9.3. Recomendar à Secretaria de Educação Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) que:
>
> (...)
>
> 9.3.2. inclua, no relatório de gestão das contas anuais, apreciação crítica sobre a evolução dos dados (indicadores e componentes) constantes do subitem 9.1.1 deste Acórdão, com base em análise consolidada das informações apresentadas pelos Ifets, destacando aspectos positivos e oportunidades de melhoria do sistema de rede de instituições federais de ensino tecnológico;"

Os Métodos de Cálculo para os Indicadores de Gestão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) são determinados: TCU; Ministério da Educação; PNUD; dentre outros.

O Comitê de Basiléia (2003) define o risco como de perda resultante de uma falha ou de um inadequado processo interno de controle, podendo ser gerado pelo homem, pelo sistema, ou por eventos externos.

Apresentamos algumas definições de riscos, a seguir:

a) risco de funções: risco referente a determinada função dentro de um processo;

b) risco de processo: risco de execução de um determinado processo desde sua origem até o seu termino, passando por todas as rotinas e funções;

c) risco de planejamento: risco de avaliações imprecisas no planejamento dos trabalhos;

d) risco estratégico: expressa a natureza mutável de riscos que, no horizonte de tempo, podem converter-se em oportunidades;

e) risco onipresente: relacionado ao ambiente em que as atividades se desenvolvem, como exemplo, a "cultura da empresa";

f) risco absoluto: máximo risco sem os efeitos mitigantes dos controles internos;

g) risco residual: risco que resta quando fatores de mitigação dos riscos foram aplicados;

h) risco de detecção: probabilidade de se ter conclusões incorretas sobre os resultados de um exame de auditoria;

i) risco de controle: tendência do sistema de controle interno de perder a eficácia com o passar do tempo.

As melhores práticas para a gestão de risco recomendam o comprometimento da alta administração e da alta gerência da instituição. Este comprometimento se faz necessário para assegurar que a ação seja priorizada, já que o alcance e o impacto das perdas são amplos e afetam todas as partes da instituição.

A estrutura da gestão de risco é composta de políticas, princípios, ações, procedimentos e responsabilidades. Na execução desta estrutura se faz necessário:

- Transformar as recomendações do Comitê de Basiléia em políticas, processos, procedimentos e ações passíveis de serem realizadas pelas Unidades de Ensino;
- Elaborar uma Política de gestão e avaliação de riscos nas Unidades de Ensino;
- Definir políticas de incentivo à adoção de estratégias de gestão risco;
- Prover recursos adequados que assegurem todas as realizações necessárias para a execução da gestão de risco;
- Assegurar a documentação adequada de todas as implementações que compõem a estrutura de gestão de risco;
- Definir claramente as funções e responsabilidades inerentes à estrutura de gestão de risco;
- Estabelecer mecanismos adequados de reportes internos e externos. Criar canais de comunicação efetivos para divulgar a estratégia de gerenciamento e disseminar cultura de gestão de risco em toda a instituição;
- Prover treinamento e qualificação adequados aos funcionários de toda a instituição em relação a gestão de risco;

- Implementar e manter a estrutura de gestão de risco em conformidade com normas internas e externas;

- Promover treinamentos periódicos internos e externos apropriados para os diversos níveis hierárquicos voltados a gestão de risco;

- Monitorar os principais riscos associados a produtos, atividades, processos e sistemas da instituição por meio de ferramentas adequadas (in loco ou remota);

- Definir, padronizar e formalizar a linguagem de gestão de risco para a instituição.

DA AVALIAÇÃO DE RISCOS

A avaliação de riscos é processo de identificação e análise de riscos relevantes para o alcance dos objetivos da entidade e para determinar respostas apropriadas ao problema.

É um essencial componente do controle interno e exerce um papel importante na seleção dos procedimentos apropriados de controle que devem ser realizados.

Para que se proceda com uma adequada avaliação de riscos é necessário estabelecer os objetivos institucionais como pré-requisito. Os objetivos devem ser definidos antes que a gerência identifique os riscos que poderiam afetar a sua consecução e realize as ações necessárias para administrar esses riscos. Isso significa manter um processo permanente de avaliação e gestão de impactos de risco, de forma que o custo seja razoável, e possuir pessoal com as habilidades necessárias para identificar e mensurar os riscos potenciais.

Os passos importantes para que seja concretizada uma adequada avaliação de riscos são: identificação do risco, mensuração de riscos, tolerância de risco e desenvolvimento de respostas.

Quanto a identificação do risco a Administração deverá adotar ferramentas para realizar a filtragem daqueles riscos que ameaçam os objetivos-chave da instituição. Duas ferramentas mais comumente utilizadas são a promoção de uma revisão de riscos e auto-avaliação de riscos.

a) Revisão de riscos: é um procedimento de cima para baixo, a partir do estabelecimento de uma equipe para considerar todas as operações e atividades da organização em relação aos seus objetivos e a identificação dos riscos associados. A equipe conduz uma séria de entrevistas com membros-chave em todos os níveis da organização para delinear um perfil de risco para a totalidade de atividades nas quais se identificam as áreas das políticas, ações e funções que podem ser especialmente vulneráveis ao risco (incluindo o risco de fraude e corrupção).

b) Auto-avaliação de risco: é um enfoque de baixo para cima, de modo que cada nível e setor da instituição é convidado a revisar suas atividades e alimentar um diagnóstico de riscos enfrentado pelos níveis superiores. Tal ferramenta pode ser executada mediante a solicitação de documentação (com um quadro diagnóstico estabelecido através de questionários) ou através de oficinas.

Quanto à mensuração de riscos a Administração deverá utilizar critérios de enquadramento para estabelecer categorias para todos os riscos, e por fim definir

prioridades de ações, tal etapa pode também ser considerada como definição de métricas de riscos, a serem efetivadas por moldes quantitativos e qualitativos.

Em seguida, temos a etapa de avaliação da tolerância do risco que define a quantidade de riscos que uma entidade está preparada para assumir, antes de deliberar sobre a necessidade de implementar uma ação.

Tantos os riscos inerentes como os riscos residuais devem ser considerados para determinar a tolerância ao risco. O risco inerente é o risco para uma entidade na ausência de ações que a direção poderia adotar para alterar a probabilidade ao risco ou seu impacto. O risco residual é o risco que permanece mesmo após a resposta da administração ao risco.

Por fim, depois de identificar, mensurar e avaliar o risco, o administrador deverá desenvolver mecanismos eficazes de respostas apropriadas para tais riscos. As respostas ao risco podem ser divididas em quatro categorias, de modo que o risco poderá ser tratado, transferido, tolerado ou eliminado.

Apresentadas as etapas para a realização de avaliação de riscos, é fundamental a existência de um processo permanente para identificar a mudança de condições e adotar as medidas necessárias, ou seja, a entidade deve estar preparada para as mudanças e nuances interna e externa e uma das ferramentas que deve utilizar é o ciclo de avaliação de riscos.

DA RELAÇÃO ENTRE CONTROLE INTERNO E AVALIAÇÃO DE RISCOS

É válido ressaltar o importante papel do exercício contínuo da avaliação de riscos a ser executado pela a Administração, visto que as informações obtidas através de tal avaliação serão subsídios de revisão e atualização para os procedimentos de controle interno, assim como, sua atuação dentro do Instituto. Nesse sentido citamos:

> O controle interno busca atingir os objetivos da entidade, para tanto, deve-se identificar os riscos que possam ameaçar o seu cumprimento e tomar as ações necessárias para gerenciar os riscos identificados. Assim, a avaliação dos riscos é uma atividade proativa que tem por objetivo evitar surpresas desagradáveis (DIAS, 2006).

A alta Administração deve manter seu foco em atingir os objetivos da entidade, de modo que é sua função precípua oferecer condições de trabalho aos servidores, disseminar a importância da consolidação do controle interno atuante, tendo como base a prática periódica de identificar e tratar os riscos que possam prejudicar a eficiência do serviço público a ser prestado.

1.10.3 PAINEL DE INDICADORES

Os indicadores que são utilizados para o diagnóstico da efetividade do IFAM, foram agrupados por perspectiva de classificação, estão apresentados a seguir:

1.10.3.1 EVASÃO

Para diagnosticar a evasão no ensino, utiliza-se uma fórmula difundida internacional e nacionalmente, que mensura a evolução do problema (Eq.1) (LOBO, 2012).

$P = [M(n) - Ig(n)] / [M(n - 1) - Eg(n -1)]$

O índice de evasão, ou abandono anual é dado por:

$Ev = 1- P$ (multiplicar por 100 para obter %)

Índice	Conceito
P	Total de alunos que não permaneceram na Instituição
M(n)	Total de matrículas em certo ano
Ig (n)	Total de novos ingressantes (no ano n)
M (n-1)	Total de matrículas do período anterior a n
Eg (n-1)	Total de egressos no ano anterior (ou seja, concluintes)

1. PERSPECTIVAS DO ALUNO					
INDICADORES	METAS				
	2014	2015	2016	2017	2018
Índice Geral de Cursos (IGC)	Nota 04	Nota 04	Nota 04	Nota 04	Nota 05
Reconhecimento de Cursos de EaD	-	04	02	01	-
Recredenciamento da Modalidade EaD	-	01	-	-	-
Vagas Ofertadas em EaD	1.000	2.000	2.400	2.800	3.000
Índice de Evasão em EaD	37%	35%	33%	30%	25%
Cursos Técnicos Presenciais	08	20	24	-	20
Turmas dos Cursos de Licenciaturas Presenciais	04	15	07	10	08
Turmas dos Cursos de Licenciaturas Presenciais	04	05	07	10	12
Índice de Evasão Escolar	25%	20%	10%	10%	10%
Índice de Retenção Escolar	25%	20%	20%	25%	10%
Relação dos Alunos Participantes de Projetos	8%	12%	16%	21%	25%
Realização de Campanhas Educativas	20	30	40	50	50
Implantação de Restaurantes Acadêmicos	-	02	02	-	01
Alunos Atendidos pela Assistência Estudantil	61%	66%	77%	88%	100%
Alunos Enviados ao Exterior	08	08	08	08	10
Alunos Recebidos do Exterior	03	05	05	07	08
Nível de Satisfação do Aluno	30%	43%	58%	73%	87%
Relação de Alunos Ingressantes e Concludentes	-	45%	60%	75%	84%
Cursos e Serviços Prestados pela Extensão	50	60	70	75	80
Alunos Formados nos Cursos Técnicos, Superiores e de Pós-graduação.	600	1.000	1.502	2.000	2.578
Alunos que Trabalham na Área de Formação	20%	30%	40%	45%	50%
Total de cursos Lato Sensu & Stricto Sensu	04	03	06	03	04
Cursos de mestrado de nível 04	-	-	02	-	-
Captação de recursos para Programas de Pós-Graduação (em milhões)	1,5	1,5	02	2,5	2,5
Programas e Projetos Realizados pela Extensão	33	34	35	37	37
Realização de Eventos Institucionais	31	24	33	38	37
Implantação de Incubadoras	02	03	03	02	02
Empresas Incubadas	10	15	18	20	20
Grêmios	01	03		04	
Centros Acadêmicos	40%	50%	60%	80%	100%

Quadro 1 Indicadores para perspectiva do aluno

2. PERSPECTIVAS DOS PROCESSOS INTERNOS					
INDICADORES	METAS				
	2014	2015	2016	2017	2018
Ouvidorias em funcionamento.	03	09	10	12	-
Realização de Eventos.	04	03	04	04	02
Novas Parcerias Internacionais.	05	06	03	02	03
Parcerias Internacionais em Vigor.	06	10	12	14	15
Convênios, Programas e Projetos de Extensão.	20	25	30	35	40
Relação de Pessoas Atendidas por Tecnologias Educacionais Assistivas.	18%	40%	60%	70%	90%
Ferramentas de acesso às informações das Pró-reitorias.	02	02	01	-	-
Páginas Eletrônicas.	04	06	-	06	-
Disciplinas atendidas pela Portaria 4.059/2004.	10	15	20	25	30
Rotinas Padronizadas no Gabinete do Reitor.	02	02	06	08	-
Rotinas Padronizadas na Pró-reitoria de Pesquisa.	10	15	10	05	05
Edição da Prestação de Contas.	01	01	01	01	01
Boletins Eletrônicos.	05	05	05	05	05
Processos Licitatórios Compartilhados.	12	15	15	20	25
Implantação de novas infraestruturas.	05	05	05	10	15
Construção de novos Campi.	04	-	-	03	-
Percentual de Execução do PDI	20%	40%	60%	80%	100%
Total de centros de idiomas criados.	01	05	06	07	08

Quadro 2 Indicadores para a perspectiva dos processos internos

1.10.3.2 INDICADORES PARA A PERSPECTIVA DA APRENDIZAGEM

3 - PERSPECTIVAS DA APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO					
INDICADORES	METAS				
	2014	2015	2016	2017	2018
Docentes e/ou pesquisadores enviados ao exterior.	05	08	10	15	20
Docentes e/ou pesquisadores recebidos do exterior.	02	04	05	08	10
Técnicos administrativos enviados ao exterior.	02	03	05	07	08
Técnicos administrativos recebidos do exterior.	03	04	05	06	08
Servidores qualificados em curso de nível superior.	10	5	4	8	15
Participação de servidores em congressos e seminários de sua área de atuação.	80	170	175	180	200
Servidores capacitados e/ou aperfeiçoados.	110	120	140	266	260
Realização de Exames Médicos.	100	200	250	270	300
Implantação do Programa Qualidade de Vida nos Campi.	03	04	05	03	-
Realização de Atividades Desportivas e Educativas.	33	34	38	38	41
Quantidade de qualificações para Técnicos Administrativos em nível de Especialização.	40	50	60	70	75
Quantidade de qualificações para Técnicos Administrativos em nível de Mestrado/Doutorado.	05	08	10	10	20
Quantidade de qualificações para professores em nível de Mestrado.	30	40	55	60	70
Quantidade de Professores com Doutorado.	05	06	07	08	10
Quantidade de Professores com Pós-Doutorado.	03	04	05	05	06
Admissão de Servidores.	114	90	80	50	-

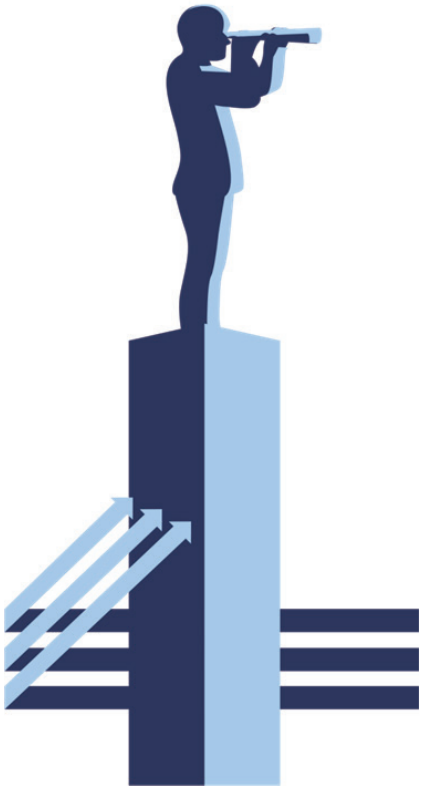
Quadro 3 Perspectivas da aprendizagem

1.10.3.3 PERSPECTIVAS DA RESPONSABILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

INDICADORES	METAS				
	2014	2015	2016	2017	2018
Nível de aprovação dos instrumentos elaborados.	70%	80%	85%	90%	100%
Matriz IFAM de Distribuição Orçamentária.	-	01%	01%	01%	01%
Criação de novas Unidades Gestoras.	04	-	-	03	-
Custo corrente por aluno (equivalente)	20%	20%	20%	20%	20%
Índice de despesas diretas com custeio	20%	20%	20%	20%	20%
Índice de despesas diretas com investimento	20%	20%	20%	20%	20%
Índice de utilização orçamentária	20%	20%	20%	20%	20%
Índice de despesas com pessoal	20%	20%	20%	20%	20%

Quadro 4 Perspectivas da responsabilidade orçamentária e financeira

2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI)



2.1 CONCEPÇÕES NORTEADORAS

Nos diversos espaços sociais possíveis, a instituição escolar ganha notoriedade como lugar privilegiado para a condução do processo de ensino e de aprendizagem do patrimônio cultural. Por isso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu art. 1.º, defende que "a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais" (BRASIL, 1996).

Assim, torna-se fundamental a compreensão de que o processo educacional de ensino e de aprendizagem no ambiente escolar deve ocorrer sob os seguintes princípios, elencados no artigo 3.º da citada Lei:

I. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III. Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV. Respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V. Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI. Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII Valorização do profissional da educação escolar;

VIII Gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX. Garantia de padrão de qualidade;

X. Valorização da experiência extraescolar;

XI. Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;

XII. Consideração com a diversidade étnico-racial. (BRASIL, 1996).

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) constitui-se em uma instituição de educação superior, básica e profissional, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, conjugando conhecimentos científicos, técnicos e tecnológicos.

Sua compreensão de educação tecnológica está baseada numa concepção ampla e universal de educação, que transcende os conceitos fragmentados, pontuais ou direcionados do ensino, aprendizado e formação, substituindo-os pela integração renovada do saber, do fazer, do saber fazer e do pensar e, repensar no saber e no fazer, como objetos permanentes da ação e reflexão crítica sobre a ação.

Entendemos a formação de um indivíduo, na sua qualidade de pessoa humana, mais crítico e consciente para fazer a história do seu tempo com possibilidade de construir novas tecnologias, fazer uso da crítica e da reflexão e ter condições de conviver, participar e transformar a sociedade de forma mais humana e justa.

Nesta perspectiva, é admissível confirmar a concepção de que o entendimento epistemológico do termo educação tecnológica não se relaciona a nenhum nível específico de formação, mas refere-se a uma formação ampla, preocupada com a formação do trabalhador cidadão. Ressaltando que, no contexto atual, os processos de educação não devem estar apenas comprometidos com a diversidade de conteúdos, com o aprendizado das diferentes linguagens, mas, sobretudo, com a formação de competências sociais.

Dessa forma, a natureza dessa educação tecnológica terá as seguintes características:

- ✓ deve promover o despertar para a interpretação do contexto atual à luz de seus condicionantes e fundamentos;
- ✓ pretende levantar questões relativas a valores, sobretudo à dimensão ética;
- ✓ exige um interação da teoria e prática;
- ✓ busca integrar ensino, pesquisa e extensão, fazendo com que se entendam as questões vivenciados pelos estudantes;
- ✓ procura identificar, a partir do trabalho, as novas exigências impostas pelas relações sociais.

2.2 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TÉCNICO-METODOLÓGICOS GERAIS QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS DA INSTITUIÇÃO

2.2.1 FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS

Discorrer sobre epistemologia é falar da forma como se constrói o conhecimento, pois etimologicamente "ephísteme" significa conhecimento; "logos", das diferentes correntes epistemológicas. O IFAM fez sua opção, apoiando-se na Teoria de que o Conhecimento é construído a partir da interação professor-aluno e objeto de conhecimento.

O IFAM acredita que o conhecimento só tem sentido quando possibilita o compreender, o usufruir e o transformar a realidade. Para tanto é importante perceber que o conhecimento tem sentido para o indivíduo quando ele satisfaz a sua curiosidade, sua necessidade de compreender o mundo em que vive. Neste sentido, consideramos alguns objetivos ao trabalhar o conhecimento na Escola: a criticidade, a criatividade, autonomia e a durabilidade.

A Instituição de Ensino tem como função, entre outras, possibilitar o desenvolvimento das habilidades cognitivas e a aquisição dos conhecimentos postos na tradição cultural. Neste sentido busca-se a consolidação de uma concepção crítico,progressista e social baseada nos fundamentos da psicologia humanista-sócio-interacionista.

Segundo a concepção mencionada, o conhecimento é resultado da relação sujeito-objeto-realidade, com a mediação do Professor (não apenas pela simples transmissão). O conhecimento se dá pela ação do educando sobre o objeto de estudo (não pela ação do Professor). O aluno traz uma bagagem cultural (o novo conhecimento não se dá senão a partir do anterior). Dessa forma, o aluno vai construir o seu conhecimento a partir do seu contato, de sua interação com a realidade.

O conhecimento é construído a partir das experiências sociais culturalmente organizadas dos alunos, fundamentando-se teoricamente ao relacionarem-se com conceitos, sistemas explicativos, habilidades e técnicas proporcionadas no ambiente escolar, visando ao crescimento pessoal resultante da aprendizagem, entendida como um processo em constante construção.

Nesse processo, o aluno é sujeito-cidadão que construirá seu conhecimento após reinterpretar e desconstruir o conhecimento antigo, considerando os princípios de integridade inerente ao cidadão que percebe a si e ao outro enquanto humano.

Ao Professor, cabe assessorar o aluno na construção do conhecimento, apresentando o conhecimento escolar/científico para que o aluno assimile-os, retornando-os à estrutura cognitiva já estabelecida. Mas para isso, deve fundamentar continuamente seus conhecimentos sistematizados, a fim de problematizar situações capazes de desmistificarem os conceitos científicos tidos enquanto verdades absolutas, sempre a partir de uma perspectiva holística.

2.2.2 DIRETRIZES PEDAGÓGICAS

As transformações sociais, culturais e tecnológicas, verificadas nos dias atuais, exigem da escola uma redefinição de seus objetivos e a criação de alternativas que busquem atender às solicitações do mundo contemporâneo.

Os novos paradigmas da educação profissional reclamam um espaço de ação e desenvolvimento, o que para os institutos federais, tornou-se um grande desafio, na medida em que deixaram de ser um único espaço, em face de necessidade de adequá-los reciprocamente, à ordem vigente. O IFAM deve ser um espaço dentro da estrutura social onde se equacionam esses paradigmas numa reflexão e ação dialética, com vistas a promover o tripé ação-reação-transformação.

Isto posto, o IFAM, sabedor de que a educação está intimamente relacionada com esses avanços, sente a necessidade premente de impulsionar uma ação transformadora. Para tanto, encampa uma luta em favor do delineamento de sua proposta Pedagógica, cujas concepções nela contidas são fruto de um trabalho coletivo que contou com a participação de representantes das diversas Áreas de Conhecimento e dos Campi que constituem esta Instituição Federal de Ensino Profissional.

Dessa forma, tem-se como objetivo preparar os professores do IFAM acerca dos princípios norteadores de seu trabalho, possibilitando-os embasamento teórico-metodológicos de uma sociedade que busca acompanhar o dinamismo das transformações ocorridas nos tempos atuais.

Neste caminho, toda e qualquer ação a ser desencadeada, quer seja pedagógica ou administrativa, deverá pautar-se nos princípios da liberdade, sensibilidade, igualdade e identidade. Por meio das análises dos aspectos sociais, filosóficos, éticos, políticos e metodológicos, esses princípios deverão ser garantidos, pois acreditamos que somente homens livres e comprometidos com o bem comum poderão colaborar para a formação de pessoas engajadas politicamente na perspectiva de uma sociedade mais justa e solidária.

As diretrizes pedagógicas perpassam por duas vertentes. A primeira vertente constitui o conteúdo da política pedagógica da instituição, que traça as linhas mais gerais, os fundamentos que embasarão as atividades pedagógicas do IFAM, a saber: fundamentos estéticos, políticos, epistemológicos e didático-pedagógicos; a visão que traçamos; nossos objetivos institucionais; e metas priorizadas para legitimar nossa política pedagógica.

Na segunda vertente, constituiu nossa proposta curricular, bem como o modelo da estrutura pedagógica a ser adotado pelo instituto.

Convém destacar ainda, que, por acreditarmos que uma política dessa relevância deva ser desencadeada dialogicamente para se configurar de forma madura, as ideias contempladas não se esgotam nesse documento, igualmente, são passíveis de modificações ao longo de todo um processo de implementação, desde que elas se façam necessárias.

Espera-se que as diretrizes pedagógicas sejam de grande valia, pois:

> "quando a escola se abre à participação e criticidade de todos e, com todos constrói a sua proposta pedagógica, ela se rejuvenesce, se transforma numa agência de desenvolvimento e tem fortes motivos para acreditar no amanhã de seus educandos, pois consegue, pelo menos, alimentar em cada um deles o sonho de viver uma vida melhor, nutridos ainda pela esperança de poder ajudar na construção de um mundo melhor para todos". (NETO, Augusto Ferreira).

Desde a sua implantação, o IFAM vem cumprindo com as finalidades e objetivos para os quais foi criado. Neste sentido, em atendimento às orientações legais contidas na Lei N° 5.692/71, alterada pela Lei N° 7.044/82 e nos termos da Lei № 11.892, de 29 de dezembro de 2008, têm oferecido Cursos Técnicos de Nível Médio, Tecnológicos, Licenciaturas e Pós-Graduações, expressando, assim, a sua identidade institucional.

Atualmente, com o advento da LDB, Lei N° 9394/96, o IFAM, procura estruturar seus mapas curriculares de forma a organizá-lo por área de conhecimento, procurando atender competências e habilidades em cada curso profissional, bem como reorganizá-los ao novo catálogo dos cursos técnicos e tecnológicos.

Nesse sentido, o processo educativo exigirá o desencadeamento de ações capazes de redimensionarem a prática educativa como a instrumentalização teórica do indivíduo (o aprender a conhecer), centrada na apropriação de conceitos e fundamentos que desenvolvam a capacidade de compreensão do mundo e, consequentemente, sua inserção no mundo do trabalho, enquanto sujeito produtivo historicamente situado, com uma postura crítica, criativa e autônoma.

Todo o exposto, no entanto, será possível com o subsídio de uma instrumentalização técnica (o aprender a fazer) capaz de vencer os desafios impostos pelo avanço tecnológico que ocorre no mundo do trabalho, que requer dinamismo nas relações interpessoais e disposição para efetuar mudanças consistentes, visando ao interesse da coletividade.

E que, também será reforçado pelo estímulo à interdependência desse indivíduo com seus pares (o aprender a viver juntos), suscitando sua valorização pessoal, no convívio com as diversidades culturais a partir dos interesses comuns e do respeito com as diferenças. Tudo sendo conduzido para a meta principal: o desenvolvimento integral do indivíduo (o aprender a ser) enquanto pessoa, a partir da prática de sua cidadania, com vistas ao contínuo conhecimento de si mesmo, a fim de que possa aprender a aprender.

O IFAM, que prima pela formação de cidadãos capazes de construírem suas histórias de vida, considerando o desencadeamento de ações mencionadas no parágrafo anterior, assume a importância da Educação Profissional como locus de produção e disseminação de conhecimentos e cultura a partir de um grande desafio: o pleno exercício da cidadania e preparação para o trabalho, numa conjunção que articule base científica e tecnológica, que possa ser desencadeada através do efetivo desempenho de suas atividades cotidianas.

Enfim, o IFAM prima pela formação de profissionais capazes de construírem suas histórias de vida, de maneira que todos os seus integrantes direcionarão sua ações, especialmente nas relações com os alunos, tendo em vista os seguintes valores:

I. Sensibilidade: para perceber a si e ao outro enquanto humanos que possuem sentimentos, respeito e ideias diferentes. O espaço escolar não pode ser apenas de construção de conhecimentos técnicos pautados no mecanismo. As relações interpessoais precisam nortear os mecanismos de toda e qualquer construção. Os alunos, principais sujeitos-agentes no ambiente escolar, não serão capazes de estruturarem uma carreira profissional digna e competente, sem o constante exercício de valores éticos alicerçados em sentimentos humanos, no respeito às diferenças e na busca constante da realização de sonhos e na pluralidade de ideias;

II. Autenticidade: para inter-relacionar teoria e prática na construção do momento histórico dos alunos e dos professores, sempre visando ao novo. É importante que toda e qualquer ação de nossos alunos seja respaldada no aprender a aprender a se posicionar e a defender seus posicionamentos, criando conceitos de verdade que possam contribuir para a construção de suas histórias de vida pessoal e profissional, sempre visando à transformação social;

III. Autonomia: construída a partir da necessidade de se formar sujeitos autônomos, que pensem por si mesmo, refletindo acerca das decisões que irão tomar e responsabilizar-se por elas;

IV. Criatividade: como fator resultante do constante exercício do conhecimento, enquanto conjunto de verdades relativas socialmente construídas. Enquanto seres humanos, os alunos devem manter uma relação de interação com o mundo, assim como com o objeto, enquanto sujeitos. O que é imprescindível para que se desenvolva tornando-se sujeito de sua práxis, de maneira que não exista nesse processo, senão homens completos, situados no tempo e no espaço, inseridos no contexto sócio-econômico-ambiental-cultural-político, enfim, num contexto histórico;

V. Solidariedade: princípio básico de todas as relações interpessoais entre todos os membros que fazem parte do processo educativo do IFAM, por ser postulado da sociedade democrática.

Convém ressaltar ainda que o IFAM tem como função, entre outras, possibilitar o desenvolvimento das habilidades cognitivas e a aquisição de conhecimentos específicos,

optando por uma concepção crítico-progressistas, baseada nos fundamentos da psicologia humanista-sócio-interacionista.

2.2.3 FUNDAMENTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

Os fundamentos didático-pedagógicos devem direcionar o trabalho pedagógico em toda a sua dimensão.

O processo de apropriação e construção do conhecimento, a organização coletiva do trabalho em sala de aula e o relacionamento interpessoal, são elementos fundamentais que se constituem na unidade de um trabalho pedagógico.

De acordo com a concepção que defendemos enquanto essência da nossa proposta, os campi que integram o IFAM são espaços significativos de aprendizagem a partir de uma Pedagogia Dinâmica e Inovadora, tendo como pressuposto fundamental: aprender é construir significados e ensinar é oportunizar essa construção.

Em vista disso, na relação entre professor e aluno consideram-se os seguintes princípios norteadores:

- A prática consiste no aprender a partir da construção de significados, em que o Ensino é o elemento fundamental que oportuniza essa construção. Mas não somente a partir de uma metodologia expositiva, em que o aluno recebe tudo pronto, sem problematizar, por não ser solicitado a fazer relações com o que já conhece, muito menos a questionar a lógica interna do que está recebendo, chegando a acomodar-se;

- Conhecimento antecipado que o aluno traz é o ponto de partida que será desconstruído no decorrer do processo ensino-aprendizagem. É importante valorizar toda e qualquer bagagem cultural que o aluno traz para a Escola, procurando intercambiá-la com os conhecimentos científicos que a Escola oferece nos componentes curriculares;

- Todo esse processo de reconstrução é intercambiado por uma linguagem que evidencia sempre o conhecimento como resultado de problematizações criadas a partir do diálogo entre professor e aluno, que culminem em projetos operacionais.

Para efetivar esse processo de construção, considera-se:

- O aluno enquanto sujeito-agente que constrói os conhecimentos tanto ao que adquiriu previamente, quanto os que a Escola oferece sistematicamente, através de relações interpessoais e do exercício de operações mentais exigidas nessas relações. O que é contemplado no aprender significativamente, explicitados nos instrumentos de avaliação;

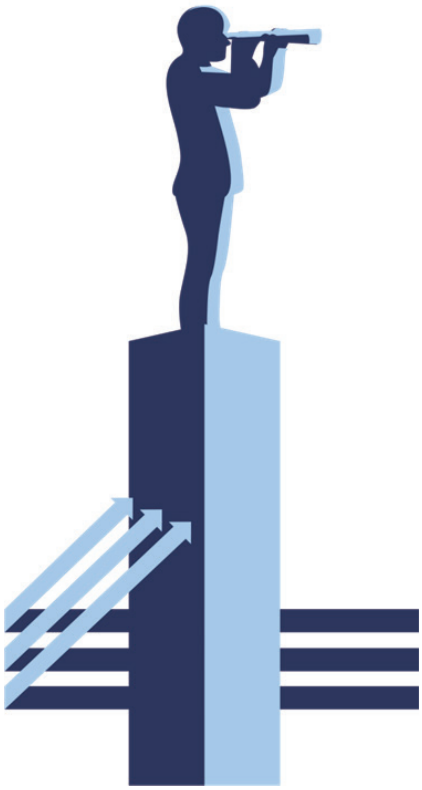
- A avaliação, como um processo contínuo e concomitante às atividades do cotidiano do aluno, é um recurso metodológico de reorientação do processo ensino-aprendizagem, conquanto sirva para diagnosticar as facilidades e as dificuldades dos alunos, como também servir de instrumento para o educador aperfeiçoar seu trabalho pedagógico, objetivando garantir a qualidade de ensino. Deve permitir ao professor oportunizar ao aluno a reelaboração e ressignificação de um conhecimento com vistas à construção de outros, ajudando-o a identificarem suas falhas, seus pontos fortes e fracos, transformando-se num diagnóstico da aprendizagem por ele realizada, cuja função

precípua não é a atribuição de nota, mas apontar para progressos e auxiliar na superação dessas dificuldades. Nessa perspectiva, a avaliação significa encaminhar-se para um processo dialógico, cooperativo, interativo, onde professor e aluno aprendam junto, o que possibilitará a formação de indivíduos críticos, criativos e participativos;

O Professor, enquanto educador com uma visão holística do homem, vendo-o como um ser bio-psico-social-transcendental que tem sempre ideia de que o conhecimento não é algo pronto e acabado, é o responsável pelo intercâmbio entre o conhecimento e o aluno. A partir do planejamento do seu fazer pedagógico com objetivos precisos e claros do que e como pretende ensinar, assim como, aonde quer chegar com o que quer ensinar, considerando sempre os conhecimentos prévios dos alunos, o educador contribuirá positivamente no processo ensino-aprendizagem.

A implementação desta Política Pedagógica só surtirá efeito a partir do momento em que houver um real investimento na Capacitação Permanente dos Profissionais que trabalham na Escola, especialmente os Professores, visando inseri-los nas diferentes mudanças que ocorrem constantemente nas políticas educacionais, sociais, econômicas e culturais, verificadas no mundo do trabalho e na sociedade de modo geral, assegurando as condições necessárias para que aprendam a aprender e continuem aprendendo, condição Sine qua non para viabilização do novo Projeto Político Pedagógico Institucional.

3. POLÍTICAS DE ENSINO



A política de ensino no âmbito do IFAM fundamenta-se na preparação do ser humano para entender e intervir adequadamente no meio em que vive, objetivando a formação sob uma visão inter e multidisciplinar de sua área de atuação, com pensamento holístico em suas ações e elevados padrões de criticidade e ética.

Nossas políticas educacionais levam em conta a inclusão e o respeito à diversidade e às especificidades dos indivíduos e comunidades destinatários dos serviços prestados. E as ofertas educacionais serão desenvolvidas por meio da formação inicial e continuada de trabalhadores na Educação Básica, na Educação Profissional e no Ensino de Graduação e de Pós-Graduação. Nas formas: presencial; semipresencial; e à distância.

Os Currículos dos cursos desenvolvidos e estruturados pelo IFAM obedecem aos seguintes princípios e finalidades: a integração de diferentes formas de educação para o trabalho, a cultura, a ciência e a tecnologia, devendo conduzir ao permanente desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos para a vida produtiva e social; a organização dá-se por Eixos Tecnológicos e Áreas de Conhecimento, conforme as respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais, o estudo do perfil profissional e os conhecimentos necessários ao exercício da profissão, em consonância com as demandas da sociedade e do mundo do trabalho; a construção de conhecimentos em todos os níveis, modalidades, procedimentos didático-metodológicos e práticas profissionalizantes; e a avaliação dos programas e conteúdos dos cursos ofertados, visando à maior sintonia entre o IFAM e o ambiente socioeconômico em que está inserido, por meio do acompanhamento de egressos, do diagnósticos da Comissão Avaliadora dos Cursos, da pesquisa no mundo do trabalho.

Os Planos de Cursos de Educação Profissional e os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação são elaborados em consonância às prescrições da legislação educacional vigente e são submetidos à aprovação pelo Conselho Superior, e procuram conter como itens de desenvolvimento: a identificação do curso; as justificativas e objetivos; os requisitos de acesso; o perfil profissional de conclusão; a organização curricular; critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores; os critérios de avaliação; demonstrativo de instalações e equipamentos; demonstrativo de pessoal docente e técnico; condições de certificação ou diplomação.

Os cursos e programas de Formação Inicial e Continuada de trabalhadores no IFAM incluem a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização, em todos os níveis de escolaridade, serão ofertados segundo itinerários formativos, com o objetivo de promover o desenvolvimento para a vida social e produtiva e em atendimento à demanda do mundo do trabalho. Articulam-se preferencialmente com os cursos de Educação de Jovens e Adultos, objetivando a qualificação para o trabalho e a elevação do nível de escolaridade do trabalhador. E seguem regulamentação específica sobre a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada.

Os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio são desenvolvidos em articulação com o Ensino Médio, nos termos da legislação em vigor, sendo organizados nas seguintes formas: integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o discente à habilitação profissional técnica de nível médio, com matrícula única para cada discente; concomitante, oferecida paralelamente ao Ensino Médio cursado em outra instituição de ensino pelo

mesmo discente, com matrícula distinta daquela realizada no Ensino Médio; subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o Ensino Médio.

O IFAM, no âmbito do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica, na Modalidade de Educação Jovens e Adultos, oferta as seguintes modalidades de formação: Formação Inicial e Continuada de forma articulada com o Ensino Fundamental, destinada aos jovens e adultos, objetivando a qualificação para o mundo do trabalho e a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, destinada aos jovens e adultos que não iniciaram ou concluíram seus estudos na idade própria, objetivando a habilitação profissional técnica.

A Educação Profissional do Campo é destinada à população rural localizada nas mesorregiões dos campi do IFAM, e visam ao princípio da sustentabilidade para assegurar a preservação da vida no campo, possuindo regulamentação própria.

A Educação Escolar e Intercultural Indígena é destinada às comunidades indígenas localizadas nos territórios etnoeducacionais das mesorregiões dos campi do IFAM, respeita as especificidades etnoculturais e visa à valorização plena das diferentes culturas e à afirmação das diversidades étnicas, possuindo regulamentação própria.

A Educação a Distância caracteriza-se como uma modalidade de atendimento na qual a mediação didático-pedagógica, nos processos de ensino e aprendizagem, ocorre com a utilização de tecnologias da informação e comunicação, em que discentes e docentes desenvolvem atividades educativas em lugares ou tempos diversos entre si, podendo ser ofertada nos seguintes níveis e modalidades educacionais: Educação Básica - entendendo-se como Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial, respeitadas as especificidades legais pertinentes; Educação Profissional - de Nível Médio e Superior; Educação Superior - de Graduação e Pós-Graduação.

Todos seus cursos e programas são organizados mediante metodologias, gestão e avaliação peculiares, com previsão obrigatória de momentos presenciais para: avaliação de discentes; estágios obrigatórios, quando previstos nos Planos de Cursos ou Projetos Pedagógicos de Curso; defesa de trabalho de conclusão de curso, quando prevista nos Planos de Curso ou Projetos Pedagógicos de Curso; atividades complementares relacionadas a laboratórios de ensino ou visitas técnicas, quando for o caso.

Na modalidade EaD, a avaliação da aprendizagem do discente para fins de promoção, conclusão de estudos e obtenção de diplomas ou certificados dar-se-á ao longo de todo o processo de ensino e aprendizagem, mediante: cumprimento das atividades programadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA); realização de exames presenciais. Sendo os mesmos condicionados à mesma forma de certificação que seus equivalentes na modalidade presencial, devendo igualmente seguir os critérios de matrícula adotados pelo IFAM. Também possuem regulamentação própria.

A Educação Superior envolve cursos de Graduação e Pós-Graduação, em níveis e modalidades adequadas aos perfis de atendimento dos campi e segundo os princípios de verticalização e horizontalização do ensino.

A Educação Superior de Graduação consolida e aprofunda conhecimentos da Educação Básica, insere conteúdos específicos da formação em curso, prepara e aprimora o egresso para estudos avançados em nível de pós-graduação, visando a sua inserção no mundo do trabalho. Seus cursos são abertos a candidatos que tenham concluído a última

etapa da Educação Básica e classificados em processo seletivo, serão ofertados na forma de Cursos Superiores de Tecnologias, de Licenciaturas e Bacharelados.

Já os Cursos Superiores de Tecnologia possuem graduações de menor duração, de abrangência específica das grandes áreas de formação, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais dos Cursos Tecnológicos. Os de Licenciatura formam profissionais para atuação na Educação Básica — especificamente para o atendimento nas disciplinas que integram o currículo dos anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional, envolvendo, além do exercício da docência, a pesquisa e a extensão.

Os de Bacharelado formam profissionais fundamentados na competência teórico-prática, de acordo com o perfil do formando em diferentes áreas de conhecimento e aptos para inserção e atuação em setores profissionais, atendendo às demandas da sociedade. O IFAM também oferece programas especiais de formação pedagógica visando suprir a demanda das escolas com professores não licenciados em determinadas disciplinas e em diferentes localidades.

A Pós-Graduação no IFAM tem por objetivo a formação de profissionais especializados nas diferentes áreas do saber, com vistas ao processo de produção do conhecimento, inovação tecnológica, difusão do conhecimento e exercício da docência na educação superior. Assim sendo, está organizada em programas Lato Sensu de Aperfeiçoamento e Especialização e em programas Stricto Sensu de Mestrado Acadêmico, Mestrado Profissional e Doutorado, estruturados por área(s) de concentração e com linhas de pesquisa. É submetida à regulamentação específica, definida pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.

3.1 PERFIL DO EGRESSO

O perfil do egresso é importante para atender os objetivos do curso, deve ser constituído de um conjunto de habilidades que ao serem colocadas em práticas, permitirão o desenvolvimento de competências intrinsecamente relacionadas com as funções que os egressos poderão exercer no mundo do trabalho.

Essas habilidades e competências constituem um perfil projetado para o egresso do Curso, como a seguir:

a) formação de cunho humanístico, interdisciplinar e crítico, unindo ao conhecimento de cunho generalista o conhecimento científico e técnico com o aprofundamento necessário à boa formação geral e à potencialização para o exercício futuro de atividades acadêmicas ou da carreira;

b) atitude de compreensão dos fatos sociais, dos contextos e das conjunturas, em decorrência de uma pedagogia que se estrutura a partir da visão universalizada dos fenômenos e da atualização de informações, bem como a convicção de que, na sua hierarquia, domina o referencial da dignidade humana; ou seja, alia o senso ético-profissional à responsabilidade social;

c) preparação técnica que capacite o aluno a conhecer os fundamentos históricos e a evolução do conhecimento sócio-político e cultural; capacidade de selecionar, com

coerência e efetividade, os meios, os processos e recursos inerentes à sua habilitação profissional, para aplicar solução eficaz e justa aos casos que lhe sejam submetidos;

d) capacidade de atuar com desenvoltura na comunicação com profissionais de áreas conexas e afins, contribuindo para a solução de problemas, comportamentos participativos na vida social, que contribuam à melhoria da vida em geral;

e) a criatividade na busca de alternativas para situações problemáticas, de forma preventiva ou quando os problemas demandam interveniência, conquistando espaços nos quais possa concorrer à melhoria das condições vigentes na vida social;

f) saber buscar as mais modernas tecnologias de informação e de comunicação e do uso de ferramentas de alta tecnologia para acesso e disseminação de informações de última geração e exercício ágil da profissão;

g) compreensão do caráter interdisciplinar e/ou transdisciplinar que integra as diversas atividades do Curso e do exercício multiprofissional, cada vez mais presente no encaminhamento de soluções de problemas concretos, especialmente aquela voltada para a gestão do desenvolvimento sustentável urbano e rural;

h) abertura para a promoção de investigações permanentes em todas as suas aplicações no âmbito das políticas sociais, ambientais, tecnológicas e inovação dos conceitos em geral, capacidade de dar encaminhamento prático e de permanentemente ser capaz de teorizar essa prática, dando-lhe um conteúdo crítico e transformador;

i) disposição para a capacitação e qualificação continuada, com a consciência de que uma carreira profissional é sempre uma trajetória social e, por isso, deverá acompanhar as constantes transformações das sociedades global, regional e local.

3.2 SELEÇÃO DE CONTEÚDOS

No IFAM, o processo de ensino e aprendizagem deve possibilitar ao educando uma formação integral, em que sejam desenvolvidas potencialidades focadas no mundo do trabalho e no exercício da cidadania, que está normatizado pela Organização Acadêmica do IFAM, conforme os princípios e orientações contidos na Lei Nº 9.394, de 20/12/1996, no Decreto Nº 5.154, de 23/7/2004, e na Lei Nº 11.892, de 29/12/2008.

O processo educativo-escolar no IFAM, estruturado por meio de seus currículos e programas, fundamenta-se em bases filosóficas, epistemológicas, socioculturais, legais e metodológicas, definidas no seu Projeto Político Institucional. E tem como objetivo formar profissionais para o domínio teórico-prático, em conformidade com a legislação educacional, de modo a oportunizar a construção de saberes e tecnologias necessários à sociedade, integrando trabalho, ciência, cultura e tecnologia.

A Extensão é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa, viabilizando ações transformadoras entre o Instituto e a sociedade e tem como objetivos a integração de práticas de mediação entre o ensino e a pesquisa; promover a relação teórico-prática, constituindo-se em um processo de interação entre a pesquisa e a realidade social; colaborar na transformação da sociedade, por intermédio de formas diretas de atuação; estabelecer mecanismos que viabilizem a relação interinstitucional.

Os cursos de extensão serão oferecidos com o propósito de construir e difundir conhecimentos tecnológicos, pedagógicos, culturais e técnico-científicos nas comunidades com as quais o IFAM se relaciona. As atividades de extensão poderão ocorrer na forma de serviços, programas, projetos, atividades culturais, consultorias, cursos, treinamentos, assessorias, transferência de tecnologias, estágios e empregos, visitas técnicas e gerenciais, acompanhamento de egressos, produção e publicação científica ou acadêmica, entre outras ações similares, visando à integração do IFAM com os diversos segmentos da sociedade. Sendo as mesmas objeto de regulamentação específica a ser definida pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) em consonância com as decisões do Fórum de Pró-Reitores de Extensão e depois de ouvidos os setores competentes dos campi.

As atividades de pesquisa e inovação são objeto de regulamentação específica definida pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PPGI) em consonância com as decisões dos colegiados envolvidos. A pesquisa no IFAM tem como finalidade a produção, o aprofundamento, a ampliação e a aplicação do conhecimento, devendo ser desenvolvida como atividade indissociável do ensino e da extensão e necessariamente vinculada à produção científica ou tecnológica e à inovação.

Sendo consideradas atividades de pesquisa as ações executadas com o objetivo assimilar conhecimento do estado da arte de determinada área científica e de produzir conhecimento que contribua para o avanço de área científica. Poderá ser desenvolvida nas seguintes categorias de pesquisa básica ou como pesquisa aplicada. A primeira é constituída pelo estudo teórico e/ou experimental que visa contribuir de forma original e incremental para a compreensão dos fatos, fenômenos observáveis ou teorias, com clara indicação de sua aplicabilidade futura. A segunda é constituída pela atividade de prática, ou seja, procura determinar os possíveis usos para as descobertas da pesquisa básica ou para definir novos métodos ou maneiras de alcançar objetivo específico.

3.3 PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS

Ao definirmos os princípios filosóficos e teórico-metodológicos a serem adotados como componentes balizadores de nossa prática educativa, é preciso termos em conta que somos uma instituição de educação, focada na promoção de processos geradores de ciência e tecnologias.

Neste sentido, importa-nos considerar a concepção sistêmica de educação mencionada e acolhida no Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE) (MEC, 2007), articulando-a uma concepção mais rica e transformada da ciência que propicie o imprescindível diálogo entre objeto e sujeito, entre antropossociologia e ciências naturais. Com essa articulação, à luz do documento do PDE, podemos chegar a uma virtuosa e indissociável combinação entre o ensino de ciências naturais, humanidades (incluindo Filosofia e Sociologia) e a educação profissional e tecnológica, viabilizando-se a reposição o debate da politécnica em novas bases, na perspectiva "da superação da oposição entre o propedêutico e o profissionalizante", possibilitando o rompimento com o ensino de viés mecanicista e objetivante (MEC, 2007, p. 33).

Da compreensão da perspectiva teórico-metodológica, surge a possibilidade de um corolário ordenador que se vincula à educação enquanto face de um processo que se desenvolve dialeticamente, visando à construção da autonomia implicada na "formação de indivíduos capazes de assumir uma postura crítica e criativa frente ao mundo" (MEC, op. cit. p. 5), incluindo-se aí a abrangência das formas como as relações sociais são produzidas e as condições concretas de existência são construídas, a partir destas relações.

E, neste plano de contextualização teórico-metodológica, pretende-se que nossa opção de tendência mais viável e aproximada de uma coerência com os pressupostos estabelecidos numa perspectiva promotora de processos tecnológicos voltados para a transformação da sociedade, bem como para a emancipação dos seres humanos, seja baseada na Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos ou Pedagogia Histórico-Crítica.

A escolha desta proposta de abordagem, enquanto orientadora de nossas práticas educativas, implica no empenho focado na compreensão da questão educacional, baseada no desenvolvimento histórico objetivo, de forma a contribuir para a formação da cidadania, sob as condições da criticidade que leva ao comprometimento político, em condições histórico-sociais determinadas.

3.4 AVALIAÇÃO

Neste contexto, a avaliação do rendimento acadêmico será contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, e será feita por componente curricular/disciplina, abrangendo, simultaneamente, os aspectos de frequência e de aproveitamento de conhecimentos.

A avaliação dos aspectos qualitativos compreende o diagnóstico e a orientação e reorientação do processo ensino e aprendizagem, visando ao aprofundamento dos conhecimentos, à aquisição e desenvolvimento de habilidades e atitudes pelos discentes e à ressignificação do trabalho pedagógico.

A sistemática avaliativa do IFAM compreende avaliação diagnóstica, formativa e somativa, estabelecida previamente nos Planos e Projetos Pedagógicos de Curso e nos Planos de Ensino. A diagnóstica ocorre no início e no decorrer de cada série/módulo/período letivo e estabelecida previamente nos Planos de Ensino e as demais no decorrer do processo educativo.

A avaliação da aprendizagem deve ocorrer de modo a possibilitar ao discente o desenvolvimento da pesquisa, da atitude reflexiva, da criatividade e de sua plena formação. E possui como parâmetros os princípios e finalidades do Projeto Político-Pedagógico Institucional, dos Planos e Projetos Pedagógicos de Curso e dos Planos de Ensino.

Os critérios de avaliação da aprendizagem serão estabelecidos pelos professores nos Planos de Ensino e deverão ser discutidos com os discentes no início do semestre letivo, destacando-se o desenvolvimento: do raciocínio; do senso crítico; da capacidade de relacionar conceitos e fatos; de associar causa e efeito; de analisar e tomar decisões; de inferir e de síntese.

A Avaliação da Aprendizagem é diversificada, podendo ser realizada, dentre outros instrumentos, por meio de: provas escritas; trabalhos individuais ou em equipe; exercícios orais ou escritos; artigos técnico-científicos; produtos e processos; pesquisa de campo, elaboração e execução de projetos; oficinas pedagógicas; aulas práticas laboratoriais; seminários e auto avaliação.

Permanecendo sua natureza também poderá variar, pois pode ser teórica, prática ou a combinação das duas formas, utilizando-se quantos instrumentos forem necessários ao processo ensino e aprendizagem, estabelecidos nos Planos de Ensino, respeitando-se por disciplina a aplicação mínima de: 02 (dois) instrumentos avaliativos, sendo 01 (um) escrito por etapa para o Ensino Médio, nas Formas Integrada e Concomitante; 03 (três) instrumentos avaliativos, sendo 01 (um) escrito por módulo letivo, para o Ensino Médio na Forma Subsequente; 02 (dois) instrumentos avaliativos, sendo 01 (um) escrito por período letivo, para o Ensino de Graduação.

Na modalidade EaD, o processo de avaliação da aprendizagem é contínuo, numa dinâmica interativa, envolvendo todas as atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem e nos encontros presenciais. Cabendo ao professor deverá informar o resultado de cada avaliação, postando no Ambiente Virtual de Aprendizagem o instrumento de avaliação presencial com seu respectivo gabarito.

3.5 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS

Ao longo do período de 2014-2018, verifica-se a necessidade de ruptura de práticas pedagógicas que, ainda, são utilizadas no IFAM e que já não dão conta de manter os currículos dos cursos atualizados frente às novas demandas dos discentes, assim como da própria sociedade. Pensando nisso, pretendemos colocar em práticas algumas ações que possam contribuir para mudar essa realidade, tais como:

- A instalação e consolidação de Fóruns de discussão da Formação Profissional dos currículos dos cursos por Eixo Tecnológico numa perspectiva intercampi, ou seja, com a participação dos campi envolvidos no respectivo Eixo;

- Institucionalização do Núcleo Docente Estruturante da Formação Geral do currículo integrado na perspectiva intercampi em contínua interlocução com os Fóruns de discussão dos cursos por Eixo Tecnológico;

- Nuclear os conhecimentos do currículo integrado (Formação Geral e Formação Profissional) numa base não disciplinar, mas por projetos interdisciplinares.

3.6 POLÍTICAS DE ESTÁGIO

A política de estágio do IFAM é composta por um conjunto de atividades de aprendizagem profissional, social e cultural, proporcionadas aos estudantes pela participação em situações reais de vida e de trabalho, direcionadas à consolidação dos desempenhos profissionais desejados inerentes ao perfil profissional, sob responsabilidade

e coordenação de cada Campus do IFAM, com regulamentação própria, respeitada a legislação vigente.

Assim, a prática profissional passa a ser desenvolvida nos cursos do IFAM por meio das seguintes atividades, conforme determinarem os Planos e Projetos Pedagógicos de Curso: estágio supervisionado obrigatório; projeto de conclusão de curso técnico (PCCT); trabalho de conclusão de curso (TCC) ou atividades complementares.

O discente dos Cursos Técnicos de Nível Médio nas Formas Integrada, Concomitante e Subsequente, inclusive nas Modalidades de Educação de Jovens e Adultos e na Educação a Distância, conforme previsto nos Planos de Curso, cumprem carga horária do Estágio Supervisionado Obrigatório ou do Projeto de Conclusão de Curso Técnico para o cumprimento de sua prática profissional mínima. Já para os discentes dos cursos da educação superior, a prática profissional será cumprida conforme se estabelece nas legislações específicas e nos Projetos Pedagógicos de Curso correspondentes.

3.7 PRÁTICA PROFISSIONAL – ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

O Estágio é o ato educativo escolar supervisionado obrigatório, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional e nas modalidades profissionais de educação de Jovens e Adultos e Educação a Distância. Ele integra o itinerário formativo do educando e visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e a contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e o mundo do trabalho.

O Estágio Supervisionado Obrigatório é regido por regulamento aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) do IFAM, atendidas as disposições das Pró-Reitorias de Ensino, Pesquisa e Extensão. Quanto a sua obrigatoriedade, carga-horária e atividades a serem desenvolvidas no Estágio, estes são determinadas de acordo com a natureza da formação profissional e o estabelecido nos Planos de Curso, Projetos Pedagógicos de Curso e nas disposições legais, sendo a diplomação realizada somente após a conclusão e aprovação no Estágio Supervisionado Obrigatório, quando este estiver previsto.

O Projeto de Conclusão de Curso Técnico (PCCT) envolve a construção de um projeto, seu desenvolvimento e sistematização dos resultados sob a forma de um relatório científico de acordo com as normas da ABNT. Sua elaboração constitui-se numa atividade acadêmica que objetiva a aplicação e a ampliação do conhecimento sobre um objeto de estudo relacionado à profissão, a ser realizada mediante orientação, acompanhamento e avaliação docente.

Com isso, visa proporcionar experiências práticas específicas aos discentes, tendo em vista a integração com o mundo do trabalho e o convívio sócio profissional. Envolve a execução e o desenvolvimento de práticas pelo discente na própria Instituição e/ou em instituições parceiras. Possui suas normas de desenvolvimento estabelecidas em regulamento próprio, aprovado pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) consiste na sistematização dos resultados do Projeto correspondente, desenvolvido mediante orientação, acompanhamento e avaliação docente, conforme estabelecido no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação. Podendo ser de produção acadêmica, resultante de pesquisa científica sobre um determinado objeto, ato, fato ou fenômeno da realidade ou da produção técnica ou tecnológica, visando à aplicabilidade nos diversos campos do saber, com atendimento aos padrões técnicos de intervenção. São regidos por regulamento próprio, aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

3.8 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares constituem-se de experiências educativas que visam à ampliação do universo cultural dos discentes e ao desenvolvimento da sua capacidade de produzir significados e interpretações sobre as questões sociais, de modo a potencializar a qualidade da ação educativa. Sendo consideradas como atividades complementares as experiências adquiridas pelos discentes, durante o curso, em espaços educacionais diversos, pelas diferentes tecnologias, no espaço da produção, no campo científico e no campo da vivência social. Elas integram o currículo dos Cursos de Graduação, como requisitos curriculares suplementares de livre escolha, com carga horária mínima estabelecida no Projeto Pedagógico do Curso.

3.9 OFERTAS DE CURSOS E PROGRAMAS

O IFAM apresenta a seguir relação dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio nas modalidades integrada, concomitante e subsequente. Cursos de Graduação envolvendo as tecnologias, licenciaturas e bacharelados e Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu que serão ofertados no horizonte de 05 (cinco) anos. Observa-se um significativo incremento de cursos e vagas necessários à ampliação de vagas no IFAM no período em cumprimento ao estabelecido quando da sua institucionalidade, incluindo o cronograma de expansão na vigência do PDI, conforme detalhamento a seguir:

- EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

CAMPUS	NOME DO CURSO	HABILITAÇÃO / MODALIDADE	MATRÍCULAS	TURNO	PERÍODO				
					2014	2015	2016	2017	2018
MANAUS CENTRO	Informática	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Edificações	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Química	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Eletrotécnica	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Mecânica	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Informática	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Edificações	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Química	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Eletrotécnica	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Mecânica	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Meio Ambiente	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Segurança do Trabalho	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Edificações	Integrado / PROEJA	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Mecânica	Integrado / PROEJA	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Informática para Internet	Subsequente	40	Diurno		X			
	Programação de Aplicativos Móveis	Subsequente	40	Noturno			X		
	Guia de Turismo	Subsequente	40	Noturno			X		
	Florestas	Subsequente	40	Diurno				X	
	Refrigeração e Climatização	Subsequente	40	Diurno			X		
	Plástico	Subsequente	40	Noturno		X			
	Manutenção Automotiva	Subsequente	40	Diurno				X	
	Metrologia	Subsequente	40	Noturno			X		
	Desenho de Construção Civil	Subsequente	40	Noturno		X			
	Agrimensura	Subsequente	40	Diurno				X	
	Biotecnologia	Subsequente	40	Diurno				X	
	Biocombustíveis Petróleo e Gás Natural	Subsequente	40	Noturno			X		

MANAUS DISTRITO INDUSTRIAL	Eletrônica	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Mecatrônica	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Eletrônica	Integrado/ PROEJA	40	Noturno	X				
	Logística	Integrado/ PROEJA	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Eletrônica	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Automação Industrial	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Logística	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Mecatrônica	Concomitante	40	Diurno	X				
	Eletrônica	Concomitante	40	Diurno	X				
	Logística	Concomitante	40	Diurno	X				
MANAUS ZONA LESTE	Agropecuária	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Informática	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Administração	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Mecatrônica	Integrado	40	Noturno				X	
	Zootecnia	Integrado	40	Diurno				X	
	Contabilidade	Integrado	40	Diurno				X	
	Logística	Integrado	40	Diurno				X	
	Informática para Internet	Subsequente	40	Noturno	X		X		X
	Administração	Subsequente	40	Noturno	X		X		X
	Secretariado	Subsequente	40	Noturno	X		X		X
	Recursos Pesqueiros	Subsequente	40	Noturno	X		X		X
	Florestas	Subsequente	40	Noturno	X		X		X
	Manutenção e Suporte em Informática	Subsequente	40	Noturno			X		X
	Vendas	Subsequente	40	Noturno		X		X	
	Logística	Subsequente	40	Noturno		X		X	
	Agroecologia	Subsequente	40	Noturno		X		X	
	Fruticultura	Subsequente	40	Noturno		X		X	
	Segurança do Trabalho	Subsequente	40	Noturno				X	
	Topografia	Subsequente	40	Noturno		X		X	
	Edificações	Subsequente	40	Noturno					X
	Laboratório de Biologia e Química	Subsequente	40	Noturno					X
	Jurídico	Subsequente	40	Noturno			X		
	Biotecnologia	Subsequente	40	Noturno			X		

PRESIDENTE FIGUEIREDO	Mecânica	Integrado	40	Diurno	X		X		X
	Eletrotécnica	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Agroecologia	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Eletrotécnica	Subsequente	80	Noturno	X	X	X	X	X
	Administração	Subsequente	80	Noturno	X	X	X	X	X
	Recursos Pesqueiros	Subsequente	80	Noturno	X	X	X	X	X
	Meio Ambiente	Integrado / PROEJA	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Comércio	Integrado / PROEJA	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Eventos	Integrado / PROEJA	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Guia de Turismo	Integrado / PROEJA	40	Noturno	X	X	X	X	X
SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	Administração	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Agropecuária	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Meio Ambiente	Integrado	30	Diurno	X	X	X	X	X
	Informática	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Administração	Subsequente	80	Noturno	X	X	X	X	X
	Informática	Subsequente	80	Noturno	X	X	X	X	X
	Enfermagem	Subsequente	80	Noturno	X	X	X	X	X
	Agente Comunitário de Saúde	Subsequente	80	Noturno	X	X	X	X	X
	Secretaria Escolar.	Subsequente	80	Noturno	X	X	X	X	X
	Administração	Integrado / PROEJA	40	Noturno	X	X	X	X	X
LÁBREA	Administração	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Agropecuária	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Informática	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Secretariado	Integrado / PROEJA	25	Noturno	X	X	X	X	X
	Informática	Integrado / PROEJA	25	Noturno	X	X	X	X	X
	Administração	Subsequente	80	Noturno	X	X	X	X	X
	Manutenção e Suporte em Informática	Subsequente	80	Noturno	X	X	X	X	X
	Secretariado	Subsequente	80	Noturno	X	X	X	X	X
	Florestas	Subsequente	160	Noturno	X	X	X	X	X
	Recursos pesqueiros	Subsequente	160	Noturno	X	X	X	X	X
	Agroindústria	Subsequente	80	Diurno	X	X	X	X	X

COARI	Informática	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Manutenção e Suporte em Informática	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Edificações	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Administração	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Administração	Integrado/ PROEJA	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Manutenção e Suporte em Informática	Integrado/ PROEJA	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Secretaria Escolar	Integrado/ PROEJA	40	Noturno		X	X	X	X
	Meio Ambiente	Integrado/ PROEJA	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Manutenção e suporte em Informática	Subsequente	40	Diurno/ Noturno	X	X	X	X	X
	Informática	Subsequente	40	Diurno / Noturno	X	X	X	X	X
	Administração	Subsequente	40	Diurno / Noturno	X	X	X	X	X
	Meio Ambiente	Subsequente	40	Diurno / Noturno	X	X	X	X	X
	Edificações	Subsequente	40	Diurno / Noturno	X	X	X	X	X
	Recursos Pesqueiros	Subsequente	40	Diurno / Noturno	X	X	X	X	X
	Agente Comunitário de Saúde	Subsequente	40	Diurno/ Noturno	X	X	X	X	X

MAUÉS	Agropecuária	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	
	Rede de computadores.	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	
	Agroecologia	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	
	Secretariado	Integrado	40	Diurno		X	X	X	X
	Recursos Pesqueiros	Integrado	40	Diurno		X	X	X	X
	Administração	Integrado	40	Diurno		X	X	X	X
	Administração	Integrado / PROEJA	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Informática	Integrado / PROEJA	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Recursos Pesqueiros	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	
	Meio Ambiente	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	
	Segurança no Trabalho	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	
	Agroecologia	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	
	Enfermagem	Subsequente	40	Noturno			X	X	X
	Administração	Subsequente	40	Noturno			X	X	X
	Informática	Subsequente	40	Noturno			X	X	X
PARINTINS	Informática	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Informática para Internet	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Administração	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Agropecuária	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Meio Ambiente	Subsequente	40	Noturno	X	X	X		
	Informática	Subsequente	40	Noturno	X	X			
	Recursos Pesqueiros	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Informática para Internet	Subsequente	40	Noturno			X	X	X
	Administração	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Serviço Público	Subsequente	40	Noturno				X	X
	Florestas	Subsequente	40	Noturno			X	X	X
	Agroecologia	Subsequente	40	Noturno		X			
	Redes de Computadores	Subsequente / EaD	40	Diurno		X			
	Agente Comunitário de Saúde	Subsequente / EaD	40	Noturno			X		
	Secretaria escolar	Subsequente / EaD	40	Noturno		X		X	
	Processamento do Pescado	Subsequente / EaD	40	Diurno			X	X	

TABATINGA	Meio Ambiente	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Agropecuária	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Administração	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Informática	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Agropecuária	Integrado/ PROEJA Indígena	40	Noturno		X	X	X	X
	Meio Ambiente Subsequente	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Agropecuária Subsequente	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Administração Subsequente	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Informática Subsequente	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Recursos Pesqueiros	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Redes de computadores	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Agente comunitário de saúde	Subsequente	40	Noturno		X	X	X	X
	Hospedagem	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Contabilidade	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Eventos	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
HUMAITÁ	Agropecuária	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Informática	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Administração	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Mecatrônica	Integrado	40	Noturno				X	
	Zootecnia	Integrado	40	Diurno				X	
	Contabilidade	Integrado	40	Diurno		X	X	X	
	Informática para Internet	Subsequente	40	Noturno	X		X		X
	Administração	Subsequente	40	Noturno	X		X		X
	Secretariado	Subsequente	40	Noturno	X		X		X
	Recursos Pesqueiros	Subsequente	40	Noturno	X		X		X
	Florestas	Subsequente	40	Noturno	X		X		X
	Manutenção e Suporte em Informática	Subsequente	40	Noturno			X		X
	Vendas	Subsequente	40	Noturno			X	X	
	Logística	Subsequente	40	Noturno			X	X	
	Agroecologia	Subsequente	40	Noturno		X		X	
	Fruticultura	Subsequente	40	Noturno		X		X	
	Segurança do Trabalho	Subsequente	40	Noturno				X	
	Topografia	Subsequente	40	Noturno		X		X	
	Edificações	Subsequente	40	Noturno					X
	Laboratório de Biologia e Química	Subsequente	40	Noturno					X
	Jurídico	Subsequente	40	Noturno			X		
	Biotecnologia	Subsequente	40	Noturno			X		

ITACOATIARA	Agronegócio	Integrado	40	Diurno			X	X	X
	Informática	Integrado	40	Diurno			X	X	X
	Administração	Integrado	40	Diurno			X	X	X
	Administração	Integrado/ PROEJA	40	Noturno		X		X	
	Administração	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Informática	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Contabilidade	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Agronegócio	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Meio Ambiente	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
TEFÉ	Informática	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Administração	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Agropecuária	Integrado	40	Diurno			X	X	X
	Recursos Pesqueiros	Integrado	40	Diurno			X	X	X
	Contabilidade	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Informática	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Administração	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
EIRUNEPÉ	Informática	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Administração	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Agronegócio	Integrado	40	Diurno			X	X	X
	Contabilidade	Integrado	40	Diurno			X	X	X
	Administração	Integrado/ PROEJA	40	Noturno			X	X	X
	Informática	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Administração	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Agronegócio	Subsequente	40	Noturno			X	X	X
	Contabilidade	Subsequente	40	Noturno			X	X	X
MANACAPURU	Informática	Integrado/Sub.	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Administração	Integrado/Sub.	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Agropecuária	Subsequente	40	Noturno		X	X	X	X
	Recursos Pesqueiros	Subsequente	40	Noturno		X	X	X	X

Quadro 3 Evolução de oferta de Cursos de Educação Profissional de Nível Médio

- GRADUAÇÃO

Pensar a visão de futuro no que diz respeito à Graduação no IFAM, passa pela implementação de ações no horizonte 2014-2018, cujas previsões encontram-se listadas no Quadro 05, a seguir:

CAMPUS	NOME DO CURSO	HABILITAÇÃO / MODALIDADE	MATRÍCULAS	TURNO	PERÍODO				
					2014	2015	2016	2017	2018
MANAUS CENTRO	Comunicação	Bacharelado	40	Diurno			X	X	X
	Engenharia de Alimentos	Bacharelado	40	Diurno			X	X	X
	Engenharia Química	Bacharelado	40	Diurno			X	X	X
	Engenharia Civil	Bacharelado	40	Noturno			X	X	X
	Engenharia Mecânica	Bacharelado	40	Noturno			X	X	X
	Química	Bacharelado	40	Noturno			X	X	X
	Arquitetura	Bacharelado	40	Noturno			X	X	X
	Física	Licenciatura	40	Noturno			X	X	X
	Matemática	Licenciatura	40	Noturno			X	X	X
	Química	Licenciatura	40	Noturno			X	X	X
	Biologia	Licenciatura	40	Noturno			X	X	X
	Geoprocessamento	Tecnologia	40	Diurno			X	X	X
	Redes de Computadores	Tecnologia	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Gestão Ambiental	Tecnologia	40	Diurno				X	X
	Clima e Meio Ambiente	Tecnologia	40	Diurno			X	X	X
	Construção de Edifícios	Tecnologia	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Produção Publicitaria	Tecnologia	40	Diurno/ Noturno.	X	X	X	X	X
MANAUS DISTRITO INDUSTRIAL	Eletrônica Industrial	Tecnologia	40	Noturno		X	X	X	X
	Mecatrônica Industrial	Tecnologia	40	Noturno		X	X	X	X
	Sistema de Telecomunicações	Tecnologia	40	Noturno		X	X	X	X
	Engenharia de Controle e Automação	Bacharelado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Logística	Tecnologia	40	Noturno		X	X	X	X
	Engenharia Elétrica	Bacharelado	40	Diurno		X	X	X	X
	Engenharia da Produção	Bacharelado	40	Diurno		X	X	X	X

MANAUS ZONA LESTE	Medicina Veterinária	Bacharelado	40	Integral	X	X	X	X	X
	Engenharia Florestal	Bacharelado	40	Integral		X	X	X	X
	Aquicultura	Tecnologia	40	Diurno		X	X	X	X
	Agroecologia	Tecnologia	40	Integral	X	X	X	X	X
	Ciências Agrárias	Licenciatura	40	Diurno		X	X	X	X
	Agronomia	Bacharelado	40	Diurno				X	X
PRESIDENTE FIGUEIREDO	Ciências da Informação	Bacharelado	40	Diurno				X	X
	Biologia	Licenciatura	30	Noturno			X	X	X
	Engenharia de Pesca	Bacharelado	30	Diurno				X	X
SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	Informática	Bacharelado	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Enfermagem	Bacharelado	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Administração	Bacharelado	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Licenciatura Intercultural Indígena em Ensino de Física	Licenciatura	40	Noturno	X	X	X	X	X
LÁBREA	Medicina Veterinária	Bacharelado	40	Diurno					X
	Geografia	Licenciatura	40	Diurno			X	X	X
	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Tecnologia	40	Noturno			X	X	X
	Agronomia	Bacharelado	40	Noturno				X	X
	Administração	Bacharelado	40	Noturno			X	X	X
	Pedagogia	Licenciatura	40	Noturno			X	X	X
	Química	Licenciatura	40	Noturno			X	X	X
	Física	Licenciatura	40	Noturno			X	X	X

COARI	Informática	Licenciatura	40	Noturno			X	X	X
	Aquicultura	Tecnologia	40	Noturno			X	X	X
	Administração	Bacharelado	40	Noturno			X	X	X
MAUÉS	Gestão de Tecnologia da Informação	Tecnologia	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Agroecologia	Tecnologia	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Administração	Bacharelado – EaD	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Ciências Biológicas	Licenciatura	40	Noturno		X	X	X	
	Agronegócio	Tecnologia – EaD	40	Noturno		X	X	X	
	Recurso Pesqueiro	Tecnologia	40	Noturno			X	X	
	Turismo	Tecnologia – EaD	40	Noturno			X	X	
PARINTINS	Segurança da Informação	Tecnologia	40	Noturno					X
	Gestão Comercial	Bacharelado	40	Noturno				X	X
	Agronegócio	Tecnologia	40	Noturno			X	X	X
	Informática	Licenciatura – EaD	40	Noturno		X		X	
	Ciências Naturais	Licenciatura – EaD	40	Diurno		X		X	X
TABATINGA	Aquicultura	Tecnologia	40	Noturno		X	X	X	X
	Licenciatura Intercultural Indígena – PROLIND	Licenciatura	40	Diurno			X	X	X
	Administração	Bacharelado	40	Noturno			X	X	X
HUMAITÁ	Biologia	Licenciatura	30	Noturno			X		
	História	Licenciatura	30	Noturno			X		
	Engenharia de Pesca	Bacharelado	30	Diurno				X	
	Medicina Veterinária	Bacharelado	30	Diurno					X
	Geoprocessamento	Tecnologia	30	Noturno				X	
	Engenharia Florestal	Bacharel	30	Diurno				X	
	Informática	Licenciatura	30	Noturno				X	

ITACOATIARA	Agronegócio	Tecnologia	40	Diurno		X			X
	Contabilidade	Bacharelado	40	Diurno			X		X
TEFÉ	Licenciatura Intercultural Indígena – PROLIND	Licenciatura	40	Diurno		X	X	X	X
	Aquicultura	Tecnologia	40	Noturno				X	X
	Agronomia	Bacharelado	40	Noturno					X
EIRUNEPÉ	Licenciatura Intercultural Indígena – PROLIND	Licenciatura	40	Diurno		X	X	X	X
	Aquicultura	Tecnologia	40	Noturno				X	X
MANACAPURU	Aquicultura	Tecnologia	40	Noturno				X	X
	Agronomia	Bacharelado	40	Noturno					X
	Agroindústria	Tecnologia	40	Noturno					X

Quadro 5 Evolução de oferta de Cursos de Graduação (tecnologias, licenciaturas e bacharelados).

3.10 PROGRAMAS ESPECIAIS DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA

3.10.1 PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O PARFOR, na modalidade presencial é um Programa emergencial instituído para atender o disposto no artigo 11, inciso III do Decreto Nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009 e implantado em regime de colaboração entre a Capes, os estados, municípios o Distrito Federal e as Instituições de Educação Superior.

O Programa fomenta a oferta de turmas especiais em cursos de:

I. Licenciatura – para docentes ou tradutores intérpretes de Libras em exercício na rede pública da educação básica que não tenham formação superior ou que mesmo tendo essa formação se disponham a realizar curso de licenciatura na etapa/disciplina em que atua em sala de aula;

II. Segunda licenciatura – para professores licenciados que estejam em exercício há pelo menos três anos na rede pública de educação básica e que atuem em área distinta da sua formação inicial, ou para profissionais licenciados que atuam como tradutor intérprete de Libras na rede pública de Educação Básica; e

III. Formação pedagógica – para docentes ou tradutores intérpretes de Libras graduados não licenciados que se encontram no exercício da docência na rede pública da educação básica.

O objetivo do PARFOR é induzir e fomentar a oferta de educação superior, gratuita e de qualidade, para professores em exercício na rede pública de educação básica, para que estes profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e contribuam para a melhoria da qualidade da educação básica no País.

Desta forma, o IFAM apresenta um plano de oferta de Cursos de Formação de Professores, obedecendo às seguintes orientações:

- Oferecer os cursos de Complementação Pedagógica nas Licenciaturas em Física, Química, Ciências Biológicas e Matemática para o CMC e todas as unidades do interior;

- Oferecer a 1ª. Licenciatura em Libras e também o Ensino de Informática no CMC;

- Continuar oferecendo a 2ª. Licenciatura em Física, Química, Ciências Biológicas e Matemática no Campus Manaus Centro.

3.11 PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS

O PROLIND é um programa de apoio à formação superior de professores que atuam em escolas indígenas de educação básica. O objetivo é formar professores para a docência no ensino médio e nos anos finais do ensino fundamental das comunidades indígenas.

O programa estimula o desenvolvimento de projetos de curso na área das Licenciaturas Interculturais em instituições de ensino superior públicas, federais e estaduais.

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) em articulação com os sistemas de ensino implementam políticas educacionais nas áreas de alfabetização e educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação especial, do campo, escolar indígena, quilombola e educação para as relações étnico-raciais.

O objetivo da SECADI é contribuir para o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino, voltado à valorização das diferenças e da diversidade, à promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental, visando à efetivação de políticas públicas transversais e Inter setoriais.

Para tanto, foi planejada pelo IFAM um Plano de oferta de Cursos de Formação de Professores (PARFOR e PROLIND), conforme o quadro 5 :

CAMPUS	NOME DO CURSO	HABILITAÇÃO/ MODALIDADE	MATRÍCULAS	TURNO	PERÍODO				
					2014	2015	2016	2017	2018
MANAUS CENTRO	2ª.Licenciatura em Física – PARFOR	Licenciatura PARFOR	40	Integral		X	X	X	X
	2ª.Licenciatura em Ciências Biológicas – PARFOR	Licenciatura PARFOR	40	Integral		X	X	X	X
	2ª Licenciatura em Química – PARFOR	Licenciatura PARFOR	40	Integral		X	X	X	X
	2ª.Licenciatura em Matemática – PARFOR	Licenciatura PARFOR	40	Integral		X	X	X	X
	1ª.Licenciatura em Libras – PARFOR	Licenciatura PARFOR	40	Integral		X	X	X	X
	1ª.Licenciatura em Ensino de Informática – PARFOR	Licenciatura PARFOR	40	Integral		X	X	X	X
	Complementação pedagógica no Ensino de Física – PARFOR	Licenciatura PARFOR	40	Integral		X	X	X	X
	Complementação Pedagógica no Ensino de Ciências Biológicas – PARFOR	Licenciatura PARFOR	40	Integral		X	X	X	X
	Complementação Pedagógica no Ensino de Química – PARFOR	Licenciatura PARFOR	40	Integral		X	X	X	X
	Complementação Pedagógica no Ensino de Matemática – PARFOR	Licenciatura PARFOR	40	Integral		X	X	X	X
SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	Licenciatura Intercultural Indígena	Licenciatura	40	Noturno	X	X	X	X	X
LÁBREA	Licenciatura Intercultural Indígena	Licenciatura	40	Diurno			X	X	X
	Libras	Licenciatura PARFOR	40	Noturno			X	X	X
COARI	Libras	Licenciatura PARFOR	40	Noturno			X	X	X
MAUÉS	Libras	Licenciatura PARFOR	40	Noturno			X	X	X
	2ª.Licenciatura em Matemática – PARFOR	Licenciatura PARFOR	40	Integral			X	X	X

TABATINGA	Libras	Licenciatura PARFOR	40	Noturno			X	X	X
	2ª.Licenciatura em Matemática – PARFOR	Licenciatura PARFOR	40	Integral		X	X	X	X
HUMAITÁ	Libras	Licenciatura PARFOR	40	Noturno			X	X	X
	Licenciatura Intercultural Indígena	Licenciatura	40	Diurno			X	X	X
ITACOATIARA	Libras	Licenciatura PARFOR	40	Noturno			X	X	X
TEFÉ	Licenciatura Intercultural Indígena	Licenciatura	40	Diurno			X	X	X
EIRUNEPÉ	Licenciatura Intercultural Indígena	Licenciatura	40	Diurno			X	X	X

Quadro 4 Evolução de oferta de Cursos de Graduação – (Formação de Professores PARFOR, PROLIND).

3.12 POLÍTICAS E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A Educação a Distância (EaD) vem contribuindo para construção de novos paradigmas educacionais no sentido de conceber um sistema aberto de Educação, implicando processos transformadores que decorrem da experiência de cada um dos sujeitos da ação educativa.

A EaD em ambientes virtuais de ensino e aprendizagem permite romper com as distâncias espaço-temporais e viabiliza a interatividade, a recursividade, as múltiplas interferências, as conexões e as trajetórias, não se restringindo à disseminação de informações e tarefas inteiramente definidas a priori.

As inovações tecnológicas em um mundo globalizado em que a velocidade das transformações culturais, sociais, econômicas, políticas e científicas se processam dinamicamente quase em tempos reais, trouxeram novas perspectivas para a EaD, devido às facilidades de design e produção sofisticados, rápida emissão e distribuição de conteúdos, interação com informações, recursos e pessoas.

Com o avanço das tecnologias de informação e comunicação (TICs), os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia passam a oferecer cursos a distância por intermédio de recursos telemáticos os quais podem assumir distintas abordagens.

No IFAM, foi instituída no âmbito da sua estrutura organizacional a Diretoria Sistêmica de Educação a Distância a qual está vinculada diretamente a Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), cuja prerrogativa regimental preconiza a condução da politica

macrossistêmica e das diretrizes voltadas para a implantação, fortalecimento, expansão e institucionalização das ofertas de cursos nos diferentes níveis de ensino e de programas de capacitação, qualificação e atualização profissional de servidores, na modalidade a distância e/ou semi-presencial, criando condições de acessibilidade às diversas plataformas virtuais, bem como de estabelecer critérios e parâmetros para validação, monitoramento e avaliação dos diversos cursos ofertados, seus ambientes virtuais e físico-presenciais, dos sistemas e instrumentos de ensino e aprendizagem e dos seus diversos sujeitos que atuam nessa modalidade de ensino.

Os sistemas computacionais que permitem apresentar as informações de maneira organizada e no momento apropriado, desenvolver interações e elaborar produções são denominados ambientes virtuais de ensino e aprendizagem, constituídos a partir de um grupo de pessoas que utilizam softwares específicos para a comunicação a distância mediada pelas tecnologias do conhecimento.

As interações entre pessoas e objetos de conhecimento são propiciadas pela mediação das tecnologias e de uma equipe multidisciplinar composta por coordenadores, pedagogos, designers instrucionais, técnicos em tecnologia da informação, técnicos em áudio e vídeo, comunicólogos, professores, tutores etc. As atividades se desenvolvem no tempo, ritmo de trabalho e espaço em que cada participante se localiza, de acordo com uma intencionalidade explícita e um planejamento que constitui a espinha dorsal das atividades a realizar, revisto e reelaborado continuamente no andamento das interações.

Os recursos dos ambientes virtuais de ensino e aprendizagem são basicamente os mesmos existentes nas diversas Redes de Comunicação Mundiais - Internet (correios eletrônicos, fóruns, chats, web conferência, banco de recursos etc.). Esses ambientes têm a vantagem de propiciar a gestão da informação segundo critérios pré-estabelecidos de organização definidos de acordo com as características de cada software e possuem bancos de informações representadas em diferentes mídias e interligadas por meio de conexões (links internos ou externos ao sistema).

O gerenciamento desses ambientes diz respeito a diferentes aspectos, destacando-se a gestão das estratégias de comunicação e mobilização dos participantes, a gestão da participação dos estudantes ou cursistas por intermédio do registro das produções, interações e caminhos percorridos, a gestão do apoio e orientação dos formadores aos estudantes ou cursistas e a gestão da avaliação.

As informações são selecionadas, organizadas e contextualizadas segundo as expectativas do grupo, permitindo estabelecer múltiplas e mútuas relações e recursões, atribuindo-lhes um novo sentido que ultrapassa a compreensão individual.

A Educação a Distância nessa abordagem relaciona-se diretamente com o desenvolvimento de uma cultura tecnológica que promova a atuação dos diversos sujeitos envolvidos em ambientes virtuais.

O grande desafio não se materializa em uma política etéria, mas concreta que passa desde a adequação e o aperfeiçoamento contínuo e permanente dos instrumentos de monitoramento e de avaliação do processo de ensino e aprendizagem na EaD, mas ainda na constituição, ampliação e capacitação das equipes multidisciplinares com competências no gerenciamento e uso desses ambientes.

No IFAM, a EaD se desenvolve por intermédio de um Sistema que congrega diversos outros sistemas que são provenientes de Programas Governamentais de Fomento e de Fortalecimento da Educação a Distância na Rede Pública de Ensino em seus diversos níveis e modalidades, tais como: a Escola Técnica Aberta do Brasil (Rede e-Tec Brasil), o Programa de Formação dos Funcionários da Escola, em efetivo exercício (ProFuncionário), a Universidade Aberta do Brasil (UAB), de ações vinculadas à Secretaria de Educação Básica – SEB, à Secretaria de Educação, Cidadania, Alfabetização e Inclusão (SECADI), à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), todas vinculadas ao Ministério da Educação, além de outras instâncias governamentais.

É de competência exclusiva da Diretoria Sistêmica de Educação a Distância e da Pró-Reitoria de Ensino a articulação com os diversos agentes e programas governamentais destinados ao fomento das ações e das ofertas de cursos em EaD, a qual atuará na co-gestão do processo de implantação, expansão, monitoramento e avaliação dos cursos juntamente com os Campi, estes enquanto unidades certificadoras e cuja anuência para tal dar-se-á por intermédio de procedimentos e instrumentos específicos.

Em termos de prática pedagógica, o planejamento, a atuação e a avaliação do trabalho na modalidade da Educação a Distancia estão vinculados a esta dimensão conexa, orgânica e sistemática do trabalho da EaD na Diretoria Sistêmica de Educação a Distância, suas Coordenações Sistêmicas e suas Coordenações Institucionais dos Programas supramencionados, frente às demandas advindas dos Polos de Apoio Presencial de Educação a Distância, ou simplesmente Polos de EaD, quando estes estejam legalmente constituídos para essa finalidade, seja pela validação infra ou interinstitucional, quando essa validação é realizada por ação de instâncias supragovernamentais. Concluído o processo de validação, esses Polos de EaD poderão ou não estar atrelados aos Campi do IFAM.

Já os Núcleos de Tecnologias Educacionais e Educação a Distância (NUTEaDs) são órgãos suplementares e de extensão orgânica da EaD no âmbito dos Campi com a finalidade de estabelecer diretrizes e coordenar ações relativas à Educação a Distância. Os NUTEaDs dos Campi tem por finalidade democratizar o acesso a Educação em todas as formas de ingresso, níveis e modalidades de ensino, incentivando a comunidade acadêmica a criar e implementar projetos, programas e cursos ministrados na modalidade a distância, utilizando-se das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs), inclusive para as ofertas de disciplinas dos cursos da modalidade presencial cuja Matriz Curricular e/ou Plano ou Projeto Pedagógico de Curso permita a oferta de um percentual de disciplinas, fixado por Regulamentação própria, seja ofertado na modalidade a distância (cursos híbridos).

Na perspectiva deste Plano de Desenvolvimento Institucional, entende-se que a Diretoria Sistêmica de Educação a Distancia deva se materializar na estrutura de Campus Avançado em EaD a partir do ano de 2016, a fim de institucionalizar as práticas desta modalidade de ensino em caráter definitivo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

Apresentamos os Quadros das Ofertas atuais e suas Projeções de Ofertas dos Cursos pelo Sistema EaD, para o período de 2014 a 2018, conforme a seguir:

Quadro de Projeção das Ofertas dos Cursos na EaD

Nome do Curso	Nível de Ensino	Programa de Fomento	Ofertas				
			2014	2015	2016	2017	2018
ESPANHOL	Livre	e-Tec Idiomas	-	X	X	X	X
INGLÊS	Livre	e-Tec Idiomas	-	X	X	X	X
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE	Técnico – Subsequente	e-Tec	-	X	-	X	-
AGROPECUÁRIA	Técnico – Subsequente	e-Tec	-	X	-	X	-
COMÉRCIO	Técnico – Subsequente	e-Tec	-	X	-	X	-
EVENTOS	Técnico – Subsequente	e-Tec	-	X	-	X	-
HOSPEDAGEM	Técnico – Subsequente	e-Tec	-	X	-	X	-
MEIO AMBIENTE	Técnico – Subsequente	e-Tec	-	X	-	X	-
RECURSOS PESQUEIROS	Técnico – Subsequente	e-Tec	-	X	-	X	-
REDES DE COMPUTADORES	Técnico – Subsequente	e-Tec	-	X	-	X	-
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	Técnico – Subsequente	ProFuncionário	-	X	-	X	-
INFRAESTRUTURA ESCOLAR	Técnico – Subsequente	ProFuncionário	-	X	-	X	-
MULTIMEIOS DIDÁTICOS	Técnico – Subsequente	ProFuncionário	-	X	-	X	-
SECRETARIA ESCOLAR	Técnico – Subsequente	ProFuncionário	-	X	-	X	-
FORMAÇÃO PEDAGÓGICA	Graduação ou Equivalente	UAB	X	X	X	X	X
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS NATURAIS	Graduação	UAB	-	-	X	X	X
LICENCIATURA EM INFORMÁTICA	Graduação	UAB	-	-	X	X	X
LICENCIATURA EM FISICA	Graduação	UAB	X	X	X	X	X
LICENCIATURA EM LETRAS	Graduação	UAB	-	-	-	X	X
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA	Graduação	UAB	-	-	X	X	X
EDUCAÇÃO MUSICAL	Pós-Graduação Lato Sensu	UAB	X	X	X	X	X

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	Pós-Graduação Lato Sensu	UAB	-	-	X	X	X
FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	Pós-Graduação Lato Sensu	UAB	X	X	X	X	X
GESTÃO PÚBLICA	Pós-Graduação Lato Sensu	UAB	X	X	X	X	X
HISTÓRIA, CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA	Pós-Graduação Lato Sensu	UAB	X	X	X	X	X
INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO	Pós-Graduação Lato Sensu	UAB	X	X	X	X	X
GESTÃO EM SAÚDE	Pós-Graduação Lato Sensu	UAB	-	-	X	X	X
PROEJA EM EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA	Pós-Graduação Lato Sensu	SETEC	-	-	X	X	X
PROEJA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO	Pós-Graduação Lato Sensu	SETEC	-	-	X	-	X
PROEJA EM FORMAÇÃO PARA INDÚSTRIA	Pós-Graduação Lato Sensu	SETEC	-	-	X	-	X
FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DE DOCENTES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	Pós-Graduação Lato Sensu	SETEC	-	X	-	X	-
CULTURA E HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS	Pós-Graduação Lato Sensu	SISFOR SEB/SECADI	-	X	X	X	X
EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM ÊNFASE EM ESPAÇOS EDUCADORES SUSTENTÁVEIS	Pós-Graduação Lato Sensu	SISFOR SEB/SECADI	-	X	X	X	X
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA DIVERSIDADE DA INCLUSÃO SOCIAL	Pós-Graduação Lato Sensu	SISFOR SEB/SECADI	-	X	X	X	X
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA A JUVENTUDE	Pós-Graduação Lato Sensu	SISFOR SEB/SECADI	-	X	X	X	X
EDUCAÇÃO DO CAMPO	Pós-Graduação Lato Sensu	SISFOR SEB/SECADI	X	X	X	X	X
GESTÃO PEDAGÓGICA PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA	Pós-Graduação Lato Sensu	SISFOR SEB/SECADI	-	X	X	X	X
INICIAÇÃO À GESTÃO PÚBLICA NAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	Livre	Oferta Institucional	-	X	-	X	-
GESTÃO PÚBLICA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	Pós-Graduação Lato Sensu	Oferta Institucional	-	X	-	X	-

Observação: por se tratar de um quadro de projeções, a oferta de novos cursos na modalidade a distância, distintos dos que estão relacionados acima, estará condicionada quando ocorrer adesão à programas e/ou editais especiais demandados pelas diversas secretarias do MEC e/ou pelas agências de fomento em EaD.

3.12.1 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A partir de 2012, tomando por base a necessidade de instituirmos uma política de atendimento aos estudantes de forma institucionalizada, e na percepção de que estava posto ao IFAM um grande desafio, ou seja, intervir na realidade educacional brasileira de forma inclusiva, o que implica impreterivelmente em mudanças de preceitos estratégicos e educacionais, e sobremaneira na consolidação de uma identidade institucional firmada em um novo modelo de gestão baseado, em essência, no respeito, no diálogo e na construção de consensos possíveis almejando a emancipação da comunidade e não apenas no enaltecimento singular das instituições.

Nessa perspectiva, a Política de Assistência Estudantil do IFAM (PAES-IFAM) constitui-se em um dos pilares que vem atender o processo de consolidação dessa nova relação entre estrutura organizacional e gestão com bases inclusivas, tendo como um de seus instrumentos legais o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados na Rede Pública Federal de Educação ao dispor sobre a democratização das condições de acesso, permanência e êxito; a redução das taxas de retenção e evasão.

A PAES/IFAM tem como objetivo proporcionar aos estudantes matriculados no IFAM em vulnerabilidade social, mecanismos que garantam o seu desenvolvimento educacional, através da concessão de benefício social mensal, com vistas a minimizar os efeitos das desigualdades sociais e territoriais sobre as condições de acesso, permanência e êxito dos estudantes, bem como, reduzir as taxas de retenção e evasão.

Desde o ano letivo de 2013 parte da política de atendimento dos alunos nos Campi do IFAM, também a inclusão de todos os alunos em um programa de seguro de vida, o que representou um grande avanço em relação à política de segurança dos mesmos. Assim, é proposta deste instituto manter este benefício ao longo dos próximos cinco anos.

3.13 POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

3.13.1 FORMAS DE ACESSO, PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO

A forma de acesso dos discentes aos programas de apoio pedagógico e financeiro tem sido por meio de editais seletivos para os programas integrais e financeiros, e de forma direta, conforme a demanda de cada Campus.

A PAES é composta prioritariamente pelo Programa Socioassistencial e pelos Programas Integrais. Entende-se por Programa Socioassistencial Estudantil, aquele que dispõe de ações voltadas para o suprimento básico das necessidades socioeconômicas dos estudantes em vulnerabilidade social, os benefícios são os seguintes: Alimentação; Transporte; Moradia; Alojamento; Creche; Material Didático-Pedagógico e Escolar.

É garantido também por meio da PAES/IFAM o benefício complementar que é composto pelo: Benefício de Emergencial - benefício básico a oferta de concessão de

benefícios (em espécie ou em benefícios materiais) para auxiliar no atendimento das necessidades dos estudantes do IFAM, prioritariamente, em situação de vulnerabilidade social, em dificuldade de prover as condições necessárias para o acesso, permanência e êxito de seu desenvolvimento educacional na instituição, considerando o atendimento básico como direito à educação; Benefício complementar - concessão de benefícios (em espécie ou em benefícios materiais) para auxiliar no atendimento das necessidades dos estudantes que mesmo recebendo o benefício básico, continuam em situação de vulnerabilidade social ou em eminência de agravo da situação social demandada. Deste modo, caracterizam-se como benefícios cumulativos.

Os Programas Integrais visam ações para o atendimento integral dos estudantes dando suporte às ações prioritárias voltadas para o suprimento das necessidades sociais dos alunos em vulnerabilidade social através dos seguintes Programas: Programa de Atenção à Saúde; Programa de Apoio Psicológico; Programa de Apoio Pedagógico; Programa de Apoio a Cultura e Esporte; Programa de Inclusão Digital; Programa de Apoio aos Estudantes e Superdotação; e Programa de Apoio Acadêmico à Monitoria.

3.14 ESTÍMULO A PERMANÊNCIA

As ações que visam ao estímulo à permanência dos discentes no IFAM são compostas por um conjunto articulado de ações a cargo das coordenações de ensino, pesquisa e extensão, além do incentivo à representação estudantil dos discentes.

Temos a convicção de que a perfeita e constante articulação com a sociedade é fundamental para que se desenvolva nesta instituição de ensino, o espírito do empreendedorismo. Neste contexto, as políticas de integração, também relacionadas com a pesquisa envolvendo alunos permitem despertar não somente para o empreendedorismo, mas para a própria inovação tecnológica, tudo isso, articulado no Projeto Pedagógico de cada curso junto aos Campi do IFAM.

Para isso, o Instituto Federal do Amazonas buscará incentivar para que o empreendedorismo seja um objetivo a ser perseguido em todos os níveis de ensino, fortalecendo ações das cooperativas-escola, das agências articuladoras, das incubadoras tecnológicas e ampliando o acesso dos discentes aos órgãos de fomento ao ensino e à pesquisa.

Todas estas ações constituem-se como complemento de formação dos discentes e ao mesmo tempo despertando para o ofício da pesquisa e iniciação científica, pré-requisito para a práxis dentro de qualquer profissão, seja ela dentro do nível técnico ou tecnológico.

Um programa que incentive a representação estudantil junto aos Campi do IFAM ainda não é uma realidade no instituto. O que temos são iniciativas dos próprios discentes em relação à criação do Grêmio Estudantil em alguns poucos campi, mas até o momento, nenhum foi legalmente criado.

Neste contexto, o IFAM tem como um dos grandes desafios para 2014 o desenvolvimento de um programa que incentive a criação dos Grêmios Estudantil dentro

do Instituto, como forma de contribuir tanto para a gestão democrática de cada Campus, como também para o exercício da cidadania dos discentes.

Ressaltamos que é papel do IFAM, perante a sua comunidade escolar, considerar em seu planejamento anual a participação discente como forma de "estimular no meio estudantil, políticas de lideranças garantindo a ampla representação estudantil a partir da constituição e fortalecimento de Grêmios Estudantis e de Diretórios Acadêmicos, Centros Cívicos, dentre outras entidades, organizados de forma autônoma através de iniciativas do corpo discente", garantindo também a participação destas representações nos processos decisórios em cada campus.

3.15 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS

O Instituto Federal do Amazonas ainda não é uma referência nacional no que se refere às políticas de atendimento aos Portadores de Deficiências, especialmente pela estrutura humana e física que ainda apresenta uma série de limitações, se pensada em nível de acessibilidade e recursos humanos especializados para atender a este público específico. Pois, na realidade, observava-se que sempre houve o despreparo dos profissionais, a falta de adaptação de sua estrutura física ou mesmo pelo desestímulo que os candidatos Portadores de Deficiências sentiam quando participantes do processo seletivo para os cursos oferecidos.

O processo de inclusão de Portadores de Deficiências no Instituto Federal do Amazonas até o ano de 2013 deu-se de modo desarticulado, sem que houvesse uma discussão em torno da questão. Os discentes inseridos nos Campi, principalmente os deficientes auditivos, caminhavam por meios próprios, sofrendo o mesmo processo de orientação dos demais discentes.

A realidade vivida pelos discentes e docentes, no entanto, mostrou-nos que a inclusão das Portadores de Deficiências não é uma preocupação somente de um grupo isolado, mas da sociedade como um todo, assim como do próprio sistema educacional brasileiro, que estabelece como prioridade o atendimento a essa demanda específica. Esta necessidade parece estar, em muitos casos, tanto relacionada às próprias dificuldades da comunidade escolar em lidar com essa problemática, como da própria convivência que os profissionais têm tido com estas pessoas ou com programas específicos quanto por uma modificação social do conceito de inclusão dos Portadores de Deficiências e a forma pela qual este vem acentuando-se ao longo dos anos.

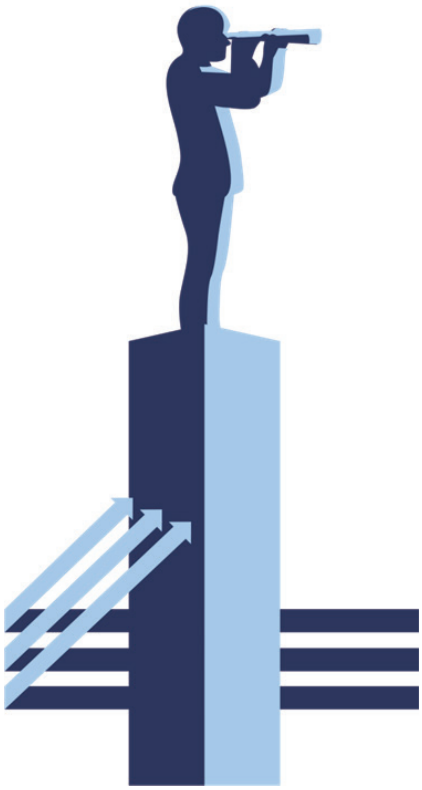
É importante ressaltar que o Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado através da Lei Nº. 8.069/90, em seu artigo 53, afirma que "a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho." O estatuto ainda faz referência a temas de relevância, tais como a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, o direito de ser respeitado por seus educadores e o direito de acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

No fim de 2013, por conta da preparação do processo seletivo para discentes para 2014, foram destinadas vagas específicas para Portadores de Deficiências num montante de 5%, atendendo orientações da legislação específica. Sabemos que somente essa ação não dará conta de promover a inclusão deste segmento da população junto ao IFAM, mas entende-se que era necessário iniciar este processo, e pensar na forma de como os Campi do IFAM poderão atender na íntegra os direitos dos Portadores de Deficiências, tomando por base a legislação que faz referência à Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e compreendê-la enquanto um conjunto de orientações normativas que objetivavam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais destas pessoas.

O Instituto Federal do Amazonas entende como sendo de extrema relevância sua responsabilização diante deste segmento de alunos que hoje já faz parte de seus respectivos Campi, assim como da urgência de ações específicas que contribuam de forma decisiva para a permanência e êxito escolar dos discentes.

Daí concretamente devam fazer parte destas ações de atendimento e inclusão das Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, a criação e/ou manutenção do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE), em cada campus.

4. POLÍTICAS DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO



As políticas de pesquisas do IFAM constituem um processo educativo para a investigação, objetivando a produção, a inovação e a difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos, envolvendo todos os níveis e modalidades de ensino, ao longo de toda a formação profissional, com vistas ao desenvolvimento social, tendo como objetivo incentivar e promover o desenvolvimento de programas e projetos de pesquisa, articulando-se com órgãos de fomento e consignando em seu orçamento recursos para esse fim.

A pesquisa científica e tecnológica realizada por seu quadro profissional composto por servidores graduados, especialistas, mestres e doutores, bem como por estudantes do ensino profissional, técnico e tecnológico é um dos meios de geração de conhecimento e de soluções tecnológicas. Para isso, leva em conta o avanço tecnológico e as necessidades da sociedade e do setor produtivo. A consequente difusão desse conhecimento, por meio dos cursos de nível técnico, tecnológico e pós-graduação, resultam em forte interação entre ensino, pesquisa e extensão.

Em sua missão, o Instituto se compromete com a geração e a difusão do conhecimento técnico, tecnológico, cientifico e cultural enquanto dinâmica para a promoção da cidadania e do desenvolvimento regional, tendo como meta a valorização da pesquisa científica e tecnológica de qualidade e implementando mecanismos para difusão de conhecimentos.

A pesquisa na instituição tem sido impulsionada com a organização dos fluxos dos projetos, criação de coordenações específicas de pesquisa e pós-graduação, incentivo à criação de grupos de pesquisa. Organiza-se a partir de: Linhas de pesquisa e Grupos de pesquisa. As Linhas de pesquisa são recortes de ordem teórica, filosófica e epistemológica que se processam em áreas de conhecimento eleitas pela Instituição como prioritárias e estratégicas para o desenvolvimento da pesquisa, em torno das quais se agregam docentes e discentes e vinculam-se projetos e programas. As linhas de pesquisa têm origem em uma ou mais áreas de conhecimento, são formalizadas nos campi, aprovadas, homologadas pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

Os grupos de pesquisa constituem a base estrutural e institucional a partir da qual professores, estudantes e colaboradores organizam-se e engajam-se profissionalmente e permanentemente em atividades de pesquisa em torno de uma ou mais linhas de pesquisa, sob a liderança de docente doutor, buscando potencializar os recursos humanos, os laboratórios, as instalações e os equipamentos disponíveis na Instituição, habilitando a Instituição para a alocação de recursos financeiros junto às empresas e às agências de fomento, intercambiando com redes, com instituições e grupos externos de pesquisa, criando competência para a atuação indissociada da pesquisa com a graduação e a pós-graduação.

É importante ressaltar, que as possibilidades de alavancar a pesquisa, pós-graduação e a inovação tecnológica passam pela capacidade de articulação do IFAM com outras organizações, instituições de ensino e empresas, para que, em parceria, somem-se esforços e sejam reveladas novas potencialidades. Dessa maneira torna-se imperativo:

1. Consolidar a pesquisa e a inovação tecnológica como prática permanente e fonte de retroalimentação curricular;

2. Atrelar as atividades de pesquisa, pós-graduação e inovação às necessidades da comunidade em todos os domínios sociais para os quais o IFAM tenha potencial de atuação, nos âmbitos: tecnológico, cultural, político e educacional;

3. Valer-se da pesquisa, pós-graduação e inovação como mecanismos de consecução da função social do IFAM;

4. Realizar atividades de pesquisa, pós-graduação demandadas pela cadeia social e produtiva, bem como a pesquisa em educação e no plano das inovações tecnológicas;

5. Ampliar o leque de ações do instituto visando, especialmente, atender carências em termos de qualificação profissional no oferecimento de cursos lato e stricto sensu;

6. Incentivar ações permanentes voltadas à pós-graduação considerando os aspectos socioeconômicos da região, em parceria com instituições municipais e estaduais, bem como no âmbito da iniciativa privada.

4.1 DIRETRIZES PARA PESQUISA E INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

4.1.1 PESQUISA

1. Institucionalizar políticas para atuação indissociada da pesquisa com o ensino técnico, graduação, pós- graduação e extensão;

2. Buscar incentivos junto aos órgãos de fomento (editais, convênios e cooperações) visando à obtenção de recursos para implantação e/ou ampliação dos ambientes de pesquisa no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas;

3. Mobilizar a comunidade interna de todos os campi, visando ao permanente debate sobre pesquisa científica e tecnológica para o melhor entendimento, conscientização e mobilização em relação a sua importância;

4. Institucionalizar as ações pesquisa e de desenvolvimento de inovação tecnológica efetivando-se a pesquisa articulada com as ações de Ensino no intuito de atender as demandas da sociedade;

5. Regulamentar os trâmites relativos à ação de pesquisa da instituição, estabelecendo instrumentos, estrutura e mecanismos que expressem a política de gestão da pesquisa no âmbito do Instituto Federal do Amazonas;

6. Estimular a produção do conhecimento de forma interdisciplinar, visto que a pesquisa possibilita a interlocução entre áreas do conhecimento, favorecendo novas formas de desenvolvimento dos saberes;

7. Desenvolver ações integradoras com o Ensino e a Pesquisa, contemplando as demandas da sociedade e estabelecendo mecanismos possíveis de inter-relação do saber acadêmico com o saber popular;

8. Criar um Fundo de Apoio à Pesquisa no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas para o desenvolvimento do programa de bolsas Produtividade em Pesquisa, incentivando as atividades de Pesquisa;

9. Ampliar os Programas de Iniciação Científica (IC) e Iniciação Tecnológica (IT), nos Campi do IFAM e implantar nos campi ainda não contemplados;

10. Implantar e consolidar o Comitê de Ética em Pesquisa cuja função será avaliar, aprovar e acompanhar os projetos de pesquisa, salvaguardando os direitos e a dignidade dos sujeitos da pesquisa, bem como contribuir para a qualidade das pesquisas e seu papel no desenvolvimento institucional e social da comunidade;

11. Implantar e consolidar o Comitê de Pesquisa de Uso de Animais cuja função será avaliar, aprovar e acompanhar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, respeitando as Boas Práticas de Produção e o Bem-Estar Animal, atendendo às peculiaridades;

12. Potencializar os recursos humanos, os laboratórios, as instalações e os equipamentos disponíveis na Instituição como forma de consolidar projetos de pesquisa e grupos de pesquisa;

13. Instituir o Conselho Editorial, visando consolidar a Revista Técnica Científica –Igapó.

4.1.2 INOVAÇÃO

Por meio da consolidação do Núcleo de Inovação Tecnológica em parceria com a Pró-Reitoria de Extensão, o IFAM pretende desenvolver as competências previstas nas Leis de Inovação Federal e Estadual, dotando-se de políticas de propriedade intelectual harmonizada e atuante, com ênfase na transferência de tecnologia de maneira a desenvolver produtos tecnológicos protegidos, mais competitivo e de maior valor agregado, contribuindo para o desenvolvimento sócio- econômico sustentável. Para tanto, propõe as seguintes diretrizes:

1. Valorizar a pesquisa aplicada que resulta em inovação tecnológica, capaz de agregar valor econômico e melhoria da qualidade de vida da sociedade;

2. Buscar incentivos junto aos órgãos de fomento visando à obtenção de recursos para as atividades com foco no desenvolvimento de inovação tecnológica no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas;

3. Difundir a cultura de proteção da propriedade intelectual no IFAM para estimular o registro, o licenciamento e a comercialização dos produtos oriundos da pesquisa;

4. Criar facilidades quanto ao trâmite envolvendo a proteção do conhecimento cultural, científico e tecnológico e outros inerentes aos processos de patenteamento.

4.1.3 PÓS-GRADUAÇÃO

A pós-graduação no IFAM objetiva promover educação de excelência, consolidando programas de pós- graduação, articulados e retroalimentados tanto a grupos de pesquisa quanto a processos de formação em nível Capacitação, Lato e Stricto Sensu, tomando-se como alvo as tendências do mundo do trabalho e do cenário da educação tecnológica local, regional e nacional. E para isto, propõe as seguintes diretrizes:

1. Implantar Cursos de Pós-graduação Lato e Stricto Sensu, tendo em vista a tendência do mundo do trabalho, do cenário da educação tecnológica local, regional e nacional como também a demanda, quadro de docentes e infraestrutura;

2. Realizar intercâmbios com instituições credenciadas pela CAPES para a implantação de MINTER E DINTER, objetivando ampliar o número de mestres e doutores do IFAM;

3. Ampliar junto às agências financiadoras o número de bolsas de pós-graduação;

4. Organização de calendário de eventos, para efeito de socialização do catálogo de cursos e das produções técnico-científicas dos estudantes e docentes dos cursos de Pós-Graduação;

5. Criar o Comitê de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação cuja função será avaliar, aprovar e acompanhar os projetos de pesquisa, de cursos lato e stricto sensu;

Os Programas de Pós-Graduação Lato Sensu atuam no sentido de ofertar a sociedade Amazonense cursos de Especialização em diferentes áreas do conhecimento. No presente, estão sendo ofertados em curso de Especialização presencial em Tecnologia de Alimentos e três cursos de Especialização PROEJA a Distância em Educação do Campo, Educação Indígena e Formação para Indústria.

A Especialização em Tecnologia de Alimentos teve suas atividades iniciadas em fevereiro de 2014. Possui 35 alunos selecionados por meio de Edital, e terá duração de 15 meses, com término previsto para abril de 2015.

A especialização PROEJA na modalidade a Distância é uma atividade da DPG/PRPPGI, desenvolvida em conjunto com a Diretoria de Ensino a Distância/Pró-reitora de Ensino-PROEN.

Os cursos são ofertados em cinco diferentes Municípios onde possuem Unidades do IFAM, que possuem laboratórios de Informática/Polo de Ensino a Distância. A especialização PROEJA em Educação no Campo está sendo ofertada nos municípios de Tabatinga e Lábrea, a Especialização em Educação Indígena está sendo ofertada nos Campi Maués, São Gabriel da Cachoeira e Coari e a Especialização com Formação para a Indústria em Manaus no Campus do IFAM Manaus-Centro.

No total, a Especialização PROEJA atende a 200 (duzentos) alunos, distribuídos nos cinco municípios de atuação. O Público alvo são servidores públicos municipais e estaduais, que atuam na área de Educação/PROEJA em seus respectivos municípios.

Por meio da oferta desta especialização na modalidade a Distância, o IFAM está oportunizando a capacitação de qualidade aos servidores da Educação municipal e Estadual em locais de difícil acesso, onde dificilmente haveria um curso desta natureza, contribuindo diretamente para melhoria da qualidade do Ensino.

A seguir apresentamos a evolução dos cursos de pós-graduação.

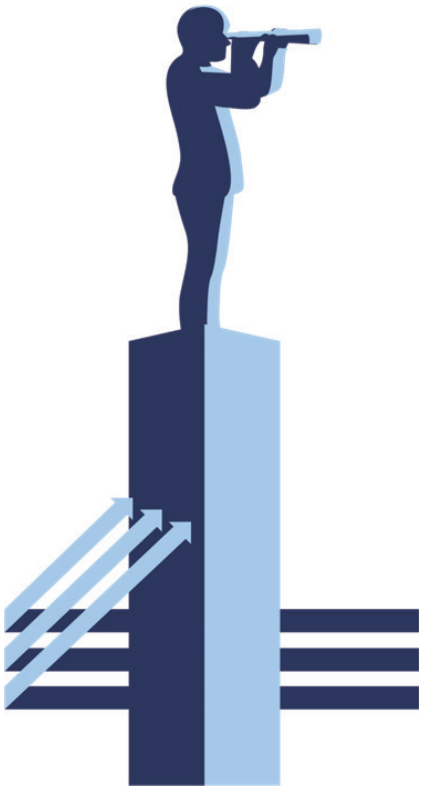
- CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

CAMPUS	NOME DO CURSO	HABILITAÇÃO / MODALIDADE	MATRÍCULAS	TURNO	PERÍODO				
					2014	2015	2016	2017	2018
MANAUS CENTRO	Em estudo				X	X			
LÁBREA	História e Cultura Africana e Afro-brasileira	Lato Sensu	40	Noturno			X	X	X
	Informática na Educação	Lato Sensu	40	Noturno			X	X	X
	Gestão Pública	Lato Sensu	40	Noturno			X	X	X
	Filosofia da Educação	Lato Sensu	40	Noturno			X	X	X
PARINTINS	Metodologia do Ensino Superior	Lato Sensu	40	Noturno			X	X	
TABATINGA	Especialização em Gestão Pública	Lato Sensu	40	Diurno			X	X	X
	Metodologia do Ensino e Aprendizagem	Lato Sensu	40	Noturno			X		
HUMAITÁ	Metodologia do Ensino Superior	Lato Sensu	40	Noturno			X		X
	Metodologia do Ensino e Aprendizagem	Lato Sensu	40	Noturno			X		X
	Gestão Escolar	Lato Sensu	40	Noturno			X		
	Biologia e Química	Lato Sensu	40	Noturno			X		X
	Agroecologia	Lato Sensu	40	Noturno				X	
	Informática	Lato Sensu	40	Noturno				X	
	Agronomia/Fitossanidade	Lato Sensu	40	Noturno				X	
ITACOATIARA	Gestão da tecnologia da informação	Lato Sensu	40	Diurno			X	X	X
	Metodologia do Ensino e Aprendizagem	Lato Sensu	40	Noturno			X	X	X

TEFÉ	Educação do Campo	Lato Sensu	40	Diurno				X	X
	Gestão de Negócios	Lato Sensu	40	Noturno				X	X
	Análise e Desenvolvimento de sistemas	Lato Sensu	40	Noturno				X	X
	Agroecologia	Lato Sensu	40	Noturno					X
	Gestão Pública	Lato Sensu	40	Noturno					X
EIRUNEPÉ	Informática na Educação	Lato Sensu	40	Diurno				X	X
	Gestão Pública	Lato Sensu	40	Noturno					
	Gestão da Tecnologia da Informação	Lato Sensu	40	Noturno				X	X

Quadro 5 Evolução de oferta de Curso de Pós-Graduação Lato Sensu.

5. POLÍTICAS DE EXTENSÃO



A implementação de uma política de Extensão no Instituto Federal do Amazonas reafirma a missão deste Instituto e seu comprometimento com o desenvolvimento local e regional, promovendo a integração com o mundo do trabalho e o atendimento às demandas sociais, ambientais, econômicas e culturais.

No contexto das instituições de ensino superior e pesquisa, a elaboração e a difusão do conhecimento acadêmico geralmente pressupõem a transferência de saber sistematizado ou científico para um público externo a essas mesmas instâncias. É neste cenário que se verifica o significativo papel da Extensão no processo de trocas de conhecimentos e a evidência de um grande leque de atuação nas Instituições de Ensino como agências articuladoras de iniciativas para atender às demandas sociais e locais, facilitando ações conjuntas entre instituições de ensino e atores externos.

É a Extensão que articula o saber produzido na academia com a realidade socioeconômica, cultural e ambiental da região bem como a interação com o mundo do trabalho na busca de tendências de evolução da tecnologia para fins de alimentar a matriz curricular, parcerias institucionais, empreendedorismo e inovação.

No contexto da EPCT, cabe à Extensão contribuir para o desenvolvimento dos diferentes setores econômicos populares, sociais e culturais da sociedade, estruturando-se para atender as demandas locais e regionais, participando assim do processo de desenvolvimento do país.

Como eixo orientador de suas atividades intrínsecas, a Extensão deve atuar sobre os problemas suscitados não apenas pelas necessidades econômicas mas também sociais, ambientais e culturais, considerando as singularidades de cada região. Nesse sentido, remete à Rede Federal seu protagonismo em prol da sustentabilidade.

Na Perspectiva da Rede Federal, a integração curricular concretiza a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, permitindo a estruturação das aprendizagens em conexões necessárias à transposição de saberes. A Extensão contextualiza o currículo da formação profissional na área geográfica de influência das instituições, requerendo políticas que sintonizam a EPCT com o território, suas organizações e suas populações.

São Políticas de extensão do IFAM:

- ✓ Intensificar a relação entre a instituição de Ensino e a Sociedade;
- ✓ Disseminar o conhecimento gerado no Instituto Federal do Amazonas;
- ✓ Estimular atividades interdisciplinares, multidisciplinares e transdisciplinares nas ações de extensão;
- ✓ Contribuir para a inclusão da extensão enquanto prática acadêmica, nos projetos pedagógicos dos cursos;
- ✓ Valorizar o intercâmbio com órgãos públicos e privados e agências não governamentais, articulando rede de parcerias, sob a forma de convênios, consórcios ou outros termos jurídicos;
- ✓ Apoiar projetos de desenvolvimento tecnológico, visando à busca por inovação;
- ✓ Estimular a participação da comunidade na produção e registro do conhecimento desenvolvido por meio de atividades de extensão;
- ✓ Estimular a inserção internacional dos Institutos Federais, visando ao aperfeiçoamento e a qualificação dos discentes, docentes e servidores técnico administrativos destas instituições e das instituições parceiras internacionais;

✓ Buscar mecanismos para disseminar a visão internacional no âmbito das instituições de ensino profissional e tecnológico, de maneira que o processo de internacionalização seja uma atividade que inclua, além da cooperação e do intercâmbio, a discussão de currículos, pesquisa, avaliação, certificação profissional, acreditação e gestão administrativa;

✓ Desenvolver tecnologias sociais para busca de soluções para os problemas da comunidade, levando em conta seu contexto cultural, tradicional, arranjos organizacionais, saberes popular e potencial econômico da região;

✓ Incentivar projetos de empreendedorismo, associativismo e cooperativismo por meio da disseminação de conhecimentos relativos à cultura empreendedora bem como desenvolvendo ações integradas que fomentem empreendimentos sociais e culturais;

✓ Desenvolver parcerias e participar de núcleos locais, regionais e estaduais que promovam a indução de arranjos produtivos sociais e culturais;

✓ Buscar agências de fomento para desenvolvimento institucional de apoio ao empreendedorismo, associativismo e cooperativismo;

✓ Priorizar ações de incubação, visando maximizar oportunidades de melhoria de vida e renda dos cidadãos;

✓ Apoiar projetos de desenvolvimento tecnológico visando à busca pela inovação, uma das metas dos Institutos Federais para contribuir com o desenvolvimento nacional;

✓ Ampliar oportunidades de desenvolvimento da população em situação de vulnerabilidade social;

✓ Ser um instrumento de formação de profissionais tecnicamente competentes e comprometidos com a sociedade;

✓ Fomentar o desenvolvimento de atividades inclusivas que permitam a melhoria da qualidade de vida e renda das comunidades excluídas;

✓ Estimular parcerias que propiciem o desenvolvimento das práticas profissionais (estágios) para discentes e servidores.

5.1 DIRETRIZES DA EXTENSÃO

✓ Institucionalizar as ações de extensão, efetivando-se a extensão como prática acadêmica dialógica que se articula com o Ensino e com a Pesquisa no intuito de atender as demandas da sociedade;

✓ Regulamentar os trâmites relativos à ação de extensão da instituição, estabelecendo instrumentos, estrutura e mecanismos que expressem a politica de gestão de extensão no âmbito do Instituto Federal do Amazonas;

✓ Estimular a interdisciplinaridade nas ações extensionistas, visto que a extensão possibilita a interlocução entre áreas distintas do conhecimento e favorece novas formas de desenvolvimento dos saberes;

✓ Desenvolver ações integradoras com o Ensino e a Pesquisa, contemplando as demandas da sociedade e estabelecendo mecanismos possíveis de inter-relação do saber acadêmico com o saber popular;

✓ Contribuir para o desenvolvimento da sociedade e o mundo do trabalho constituindo um vínculo que estabeleça troca de saberes, conhecimentos e experiências para a constante avaliação e melhoria da pesquisa e do ensino;

- ✓ Buscar a interação sistemática do Instituto Federal com a comunidade por meio da participação dos servidores nas ações integradas com as administrações públicas, em suas várias instâncias, e com entidades da sociedade civil;
- ✓ Criar um Fundo de Apoio à Extensão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas para o desenvolvimento do programa de bolsas e incentivos para que os servidores e discentes possam realizar as atividades de extensão;
- ✓ Incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social, ambiental e política, formando profissionais cidadãos;
- ✓ Participar criticamente de projetos que objetivem o desenvolvimento regional sustentável em todas as suas dimensões;
- ✓ Articular e fomentar políticas públicas que oportunizem o acesso à educação profissional estabelecendo mecanismo de inclusão;
- ✓ Atuar em conjunto com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação e Inovação, visando estimular a cultura empreendedora e de proteção dos ativos intangíveis, bem como a transferência de tecnologia à sociedade;
- ✓ Estimular o processo de empreendedorismo e cooperativismo entre alunos no âmbito do IFAM;
- ✓ Buscar incentivos junto aos órgãos de fomento visando à obtenção de recursos para as atividades de extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas;
- ✓ Promover a articulação do IFAM com a sociedade civil, através da colaboração entre academia, empresas, governo e o terceiro setor, contribuindo para o aumento da competitividade e relevância das pesquisas desenvolvidas no IFAM com o propósito da inovação, em parceria com a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação/Núcleo de Inovação e Tecnológica;
- ✓ Articular parcerias estratégicas entre o IFAM e os setores empresariais, governamentais e não-governamentais nacionais e internacionais para atuar em projetos cooperativos de desenvolvimento científico e tecnológico;
- ✓ Fortalecer a relação aluno x empresa através da promoção de estágios, visitas técnicas e de campo, para interação do aluno com o mundo do trabalho;
- ✓ Aperfeiçoar e implementar o programa de Acompanhamento de Egressos;
- ✓ Regulamentar as atividades de Extensão nos Projetos Pedagógicos dos cursos regulares do IFAM;
- ✓ Promover a disseminação da visão internacional no âmbito do IFAM de forma que o processo de internacionalização inclua atividades de cooperação e mobilidade visando o aperfeiçoamento e qualificação de discentes e servidores;
- ✓ Estimular o processo de internacionalização através de programas e atividades que possibilitem visibilidade e sinergia ao Instituto Federal do Amazonas;
- ✓ Apoiar o processo de ensino-aprendizagem de idiomas como uma das dimensões do processo de internacionalização apoiando projetos voltados para este fim.

5.2 RELAÇÕES E PARCERIAS COM A COMUNIDADE, INSTITUIÇÕES E EMPRESAS

O IFAM procura manter um relacionamento constante com o meio técnico e cultural no qual esta inserido, procurando tanto aprimorar sua potencialidade técnica, quanto oferecer serviços. Desta forma, mantém estreito relacionamento com empresas atuantes em segmentos do mercado associadas aos cursos desenvolvidos, permitindo aos seus alunos acesso a estas, visando à complementação de suas atividades acadêmicas e posterior ingresso no mercado de trabalho. Procura também o desenvolvimento de parcerias para a captação de novas tecnologias emergentes no mercado.

O IFAM pautará sua prática social em propiciar às camadas menos favorecidas economicamente a oportunidade de realização de cursos de qualificação e requalificação em parcerias com outras instituições públicas, privadas, organismos nacionais e internacionais.

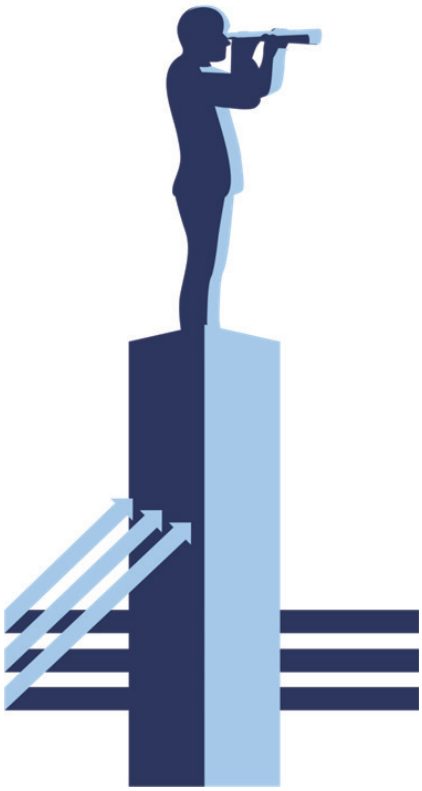
5.3 ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS

Uma das ações que normatiza e direciona as ações do IFAM é trabalhar o princípio da uniformidade em todos os Campi. No entanto, até o momento, o IFAM, ainda, não conseguiu implementar nenhum programa de acompanhamento dos egressos, mas é uma missão que teremos que perseguir nos próximos anos.

Entendemos que a consolidação de um programa de acompanhamento de egressos é uma ação que há muito estamos perseguindo no instituto, pois se entende que este monitoramento possibilitaria a instrumentalização do setor pedagógico dos campi e, por consequência do próprio Instituto, a partir da obtenção de dados sobre os alunos egressos.

Tais dados vão contribuir para a implementação segura de novos cursos, redimensionamento pedagógico, pesquisa de demandas, além do conhecimento real sobre o mercado de trabalho. Para isso, teremos que construir em 2015 um Programa com este perfil de demanda, de modo ele possa proporcionar de forma organizada e segura o encaminhamento de formulários, a coleta de dados e a sistematização de resultados a serviço do Instituto.

6. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA



O IFAM assimilando novas concepções, tecnologias e práticas de gestão, vem realizando, ao longo dos últimos anos, um conjunto de planos e projetos estratégicos para o aperfeiçoamento da gestão, buscando utilizar as modernas tecnologias de informação e comunicação (TICs) para democratizar o acesso à informação, ampliar discussões e dinamizar a prestação de serviços, com foco na eficiência e efetividade, das novas dimensões.

Essas novas dimensões emergem num contexto de transformações pelas quais passa a instituição, de modo a dar visibilidade na necessidade de ampliar o debate sobre a atuação regional dos institutos federais, tendo como elemento propulsor o desenvolvimento. A cada ano e à medida que avançamos na modernização gerencial do IFAM, novos conhecimentos e ferramentas de gestão passam a fazer parte do dia a dia de nossa instituição. O ambiente é muito fértil e estimulante para empreender, crescer como instituição que converge a Educação, Ciência e Tecnologia.

Quanto à política de gestão, visa facilitar a articulação da Instituição e dos diversos segmentos que a compõem em suas relações internas e externas, com base no reconhecimento do trabalho e na melhoria da qualidade de vida da comunidade interna. Para tal, os processos de decisão devem ser coletivos, participativos, de modo que as escolhas efetuadas sejam legítimas e os integrantes da comunidade acadêmica se saibam corresponsáveis pela execução e pelo acompanhamento das ações implementadas na Instituição.

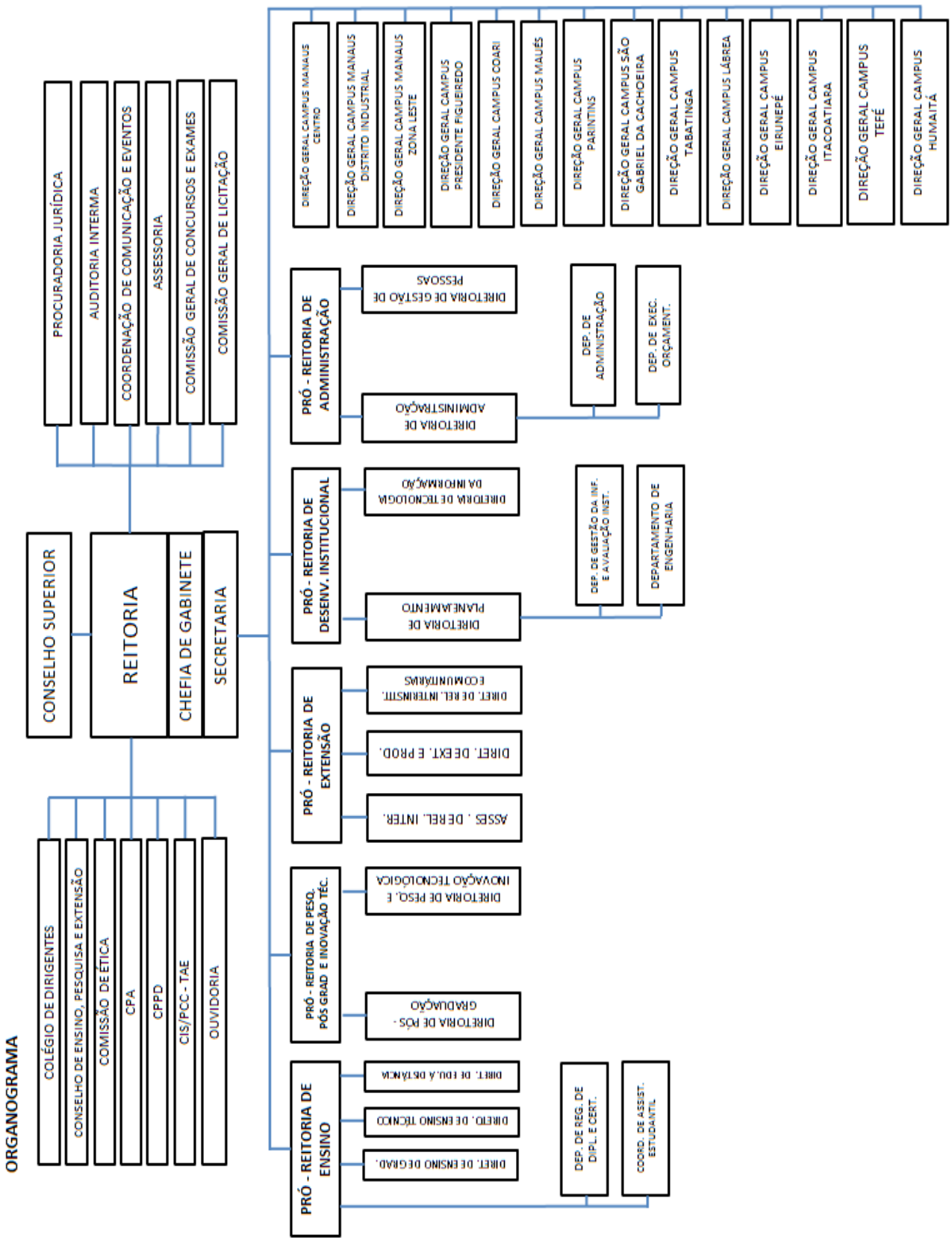
A modernização gerencial do IFAM exige a adoção do planejamento estratégico, como ferramenta básica. Os desafios que nossa instituição terá que superar ficará menos árduo com um plano consistente e que todos saibam atuar.

6.1 PRINCÍPIOS NORTEADORES DA GESTÃO

a) Transparência;
b) Autonomia dos campi;
c) Gestão estratégica;
d) Promoção do diálogo e participação;
e) Melhoria contínua;
f) Avaliação permanente;
g) Desenvolvimento de alianças estratégicas, parcerias e respeito mútuo.

6.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O Organograma está disposto, conforme a seguir:


ORGANOGRAMA
COLÉGIO DE DIRIGENTES
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
COMISSÃO DE ÉTICA
CPA
CPPD
CIS/PCC - TAE
OUVIDORIA
CONSELHO SUPERIOR
REITORIA
CHEFIA DE GABINETE
SECRETARIA
PROCURADORIA JURÍDICA
AUDITORIA INTERNA
COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E EVENTOS
ASSESSORIA
COMISSÃO GERAL DE CONCURSOS E EXAMES
COMISSÃO GERAL DE LICITAÇÃO
PRÓ - REITORIA DE ENSINO
DIRET. DE ENSINO DE GRAD.
DIRETO. DE ENSINO TÉCNICO
DIRET. DE EDU.A DISTÂNCIA
DEP. DE REG. DE DIPL. E CERT.
COORD. DE ASSIST. ESTUDANTIL
PRÓ - REITORIA DE PESQ. PÓS GRAD E INOVAÇÃO TÉC.
DIRETORIA DE PÓS - GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE PESQ. E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
PRÓ - REITORIA DE EXTENSÃO
ASSES. DE REL. INTER.
DIRET. DE EXT. E PROD.
DIRET. DE REL. INTERINSTIT. E COMUNITÁRIAS
PRÓ - REITORIA DE DESENV. INSTITUCIONAL
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
DEP. DE GESTÃO DA INF. E AVALIAÇÃO INST.
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA
PRÓ - REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DEP. DE ADMINISTRAÇÃO
DEP. DE EXEC. ORÇAMENT.
DIREÇÃO GERAL CAMPUS MANAUS CENTRO
DIREÇÃO GERAL CAMPUS MANAUS DISTRITO INDUSTRIAL
DIREÇÃO GERAL CAMPUS MANAUS ZONA LESTE
DIREÇÃO GERAL CAMPUS PRESIDENTE FIGUEREDO
DIREÇÃO GERAL CAMPUS COARI
DIREÇÃO GERAL CAMPUS MAUÉS
DIREÇÃO GERAL CAMPUS PARINTINS
DIREÇÃO GERAL CAMPUS SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA
DIREÇÃO GERAL CAMPUS TABATINGA
DIREÇÃO GERAL CAMPUS LÁBREA
DIREÇÃO GERAL CAMPUS EIRUNEPÉ
DIREÇÃO GERAL CAMPUS ITACOATIARA
DIREÇÃO GERAL CAMPUS TEFÉ
DIREÇÃO GERAL CAMPUS HUMAITÁ

6.2.1 A Organização Administrativa do IFAM compreende:

6.2.2 ÓRGÃOS SUPERIORES

a. Conselho Superior;
b. Colégio de Dirigentes;

6.2.3 ÓRGÃOS EXECUTIVOS

1 Reitoria
1.1 Gabinete;

2 Pró-Reitorias:

I. Pró-Reitoria de Ensino;
II. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e Inovação;
III. Pró-Reitoria de Extensão;
IV. Pró-Reitoria de Administração;
V. Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.

6.2.4 Diretorias Sistêmicas

6.2.5 Diretorias-Gerais dos Campi.

6.3 ÓRGÃOS COLEGIADOS: ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

6.3.1 CONSELHO SUPERIOR

O IFAM dispõe de um Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo. O Conselho Superior é o órgão máximo do IFAM e observa na sua composição, o princípio da gestão democrática, na forma da legislação em vigor, e tem seus membros nomeados em ato do Reitor.

A presidência do Conselho Superior será exercida pelo Reitor e, na sua ausência pelo seu representante legal. Ao Reitor caberá o voto de qualidade. O representante dos egressos, sociedade civil e seus respectivos suplentes não poderão ter nenhum vínculo empregatício ou comercial com o IFAM. O Conselho Superior reunir-se-á, ordinariamente, trimestralmente, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros, cujo funcionamento é estabelecido no seu Regimento Interno.

Os mandatos serão de 02 (dois) anos, permitida uma recondução para o período imediatamente subsequente, excetuando-se os membros natos, de que tratam os incisos I e IX. Com relação aos membros de que tratam os incisos II, III e IV, cada Campus que compõe o IFAM poderá ter no máximo uma representação por categoria. Ocorrendo o afastamento definitivo de qualquer dos membros do Conselho Superior, assumirá o respectivo suplente para a complementação do mandato originalmente estabelecido. Na hipótese prevista no § 7º, será escolhido novo suplente para a complementação do mandato original.

- COMPOSIÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR

- O Reitor, como presidente;
- 02 (dois) representantes dos servidores docentes, eleitos por seus pares;
- 02 (dois) representantes do corpo discente, eleitos por seus pares;
- 02 (dois) representantes dos servidores técnico-administrativos, eleitos por seus pares;
- 02 (dois) representantes dos egressos da instituição, eleitos por seus pares;
- 06 (seis) representantes da sociedade civil, sendo 02 (dois) indicados por entidades patronais, 02 (dois) indicados por entidades dos trabalhadores, 01 (um) representante de organizações etnoculturais, 01 (um) representantes do setor público e/ou empresas estatais;
- 01 (um) representante do Ministério da Educação, designado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica e
- 02 (dois) representantes do Colégio de Dirigentes;

- COMPETE AO CONSELHO SUPERIOR

I. zelar pelo cumprimento do disposto nos artigos 6º, 7º e 8º da Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008;

II. aprovar as diretrizes para atuação do IFAM e zelar pela execução de sua política educacional;

III. submeter à aprovação do Ministério da Educação o presente Estatuto, assim como aprovar os seus regulamentos.

IV. aprovar as normas e homologar o processo de consulta à comunidade acadêmica para escolha do Reitor do IFAM e dos Diretores-Gerais dos Campi, em consonância com o estabelecido nos arts. 12 e 13 da Lei Nº. 11.892/2008;

V. aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional, o Plano de Ação, e apreciar a proposta orçamentária anual;

VI. aprovar o projeto político-pedagógico, a organização didática, regulamentos internos e normas disciplinares;

VII. aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente;

VIII. autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico;

IX. apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros;

X. deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo IFAM;

XI. autorizar a alienação de bens imóveis e legados, na forma da Lei;

XII. autorizar a criação, alteração curricular e extinção de cursos no âmbito do IFAM, bem como o registro de diplomas;

XIII. aprovar a estrutura administrativa e o regimento geral do IFAM, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica; e

XIV. deliberar sobre outros assuntos de interesse do IFAM levados a sua apreciação pelo Reitor.

6.3.2 COLÉGIO DE DIRIGENTES

O IFAM dispõe, também, de um Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo. É o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria do IFAM, e observa na sua composição, o princípio da gestão democrática, na forma da legislação em vigor.

O Colégio de Dirigentes reunir-se-á, ordinariamente, bimestralmente e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros, cujo funcionamento é estabelecido no seu Regimento Interno. A presidência do Colégio de Dirigentes será exercida pelo Reitor e, na sua ausência, pelo seu representante legal. Ao Reitor caberá o voto de qualidade.

- COMPOSIÇÃO DO COLÉGIO DE DIRIGENTES

- O Reitor, como presidente;
- Os Pró-Reitores; e
- Os Diretores-Gerais dos Campi.

- COMPETE AO COLÉGIO DE DIRIGENTES

I. Apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos;

II. Apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes;

III. Propor ao Conselho Superior à alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do IFAM;

IV. Apreciar e recomendar o calendário de referência anual;

V. Apreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão; e

VI. Apreciar os assuntos de interesse da administração do IFAM a ele submetido.

6.3.3 COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas foi instituída, visando atender ao que preceitua a Lei N° 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), constituindo-se em um órgão colegiado permanente de coordenação do processo de auto avaliação do Instituto.

A CPA atuará com autonomia em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes no Instituto. Esta Comissão tem por finalidade a implantação do processo interno de avaliação do Instituto, a sistematização e a prestação de informações solicitadas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).

Ao promover a avaliação interna do Instituto, a Comissão Própria de Avaliação deverá observar as diretrizes definidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior, utilizar procedimentos e instrumentos diversificados, respeitando as especificidades de suas atividades, e assegurar:

I. a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromissos sociais, atividades, finalidades e responsabilidades sociais de seus órgãos;

II. o respeito à identidade e à diversidade de seus órgãos;

III. a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo do Instituto, bem como da sociedade civil organizada, por meio de suas representações.

6.4 ÓRGÃOS DE CONTROLE

6.4.1 AUDITORIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO

A Auditoria Federal de Controle Interno (AUDIN) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas é a unidade que exerce atividade objetiva, que presta serviços de avaliação e de assessoramento e tem como objetivo adicionar valor e melhorar as operações do IFAM, auxiliando o instituto a alcançar seus objetivos, adotando uma abordagem sistemática e disciplinada para a avaliação e melhoria da eficácia e dos processos de gerenciamento de riscos, de controle, e governança, que sejam relativos à defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão.

Compete a Unidade de Auditoria Interna, do IFAM:

I. prestar assessoramento técnico ao Conselho Superior e orientar os Órgãos e Unidades Administrativas da Instituição;

II. acompanhar e avaliar as auditorias realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, buscando soluções para as eventuais falhas, impropriedades ou irregularidades detectadas, junto às unidades/setores envolvidos, com objetivo de saná-las;

III. acompanhar o cumprimento das metas do Plano Plurianual no âmbito da entidade, visando comprovar a conformidade de sua execução;

IV. assessorar os gestores da entidade no acompanhamento da execução dos programas de governo, visando comprovar o nível de execução das metas, o alcance dos objetivos e a adequação do gerenciamento;

V. verificar a execução do orçamento da entidade, visando comprovar a conformidade da execução com os limites e destinações estabelecidas na legislação pertinente;

VI. verificar o desempenho da gestão da entidade visando a comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos e examinar os resultados quanto à economicidade, à eficácia, eficiência da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e de mais sistemas administrativos operacionais;

VII. orientar os dirigentes da entidade quanto aos princípios e normas de controle interno, inclusive sobre a forma de prestar contas;

VIII. examinar e emitir parecer prévio sobre a prestação de contas anual da entidade e tomadas de contas especiais;

IX. buscar condições para o exercício do controle social sobre as ações de sua entidade, quando couber, bem como a adequação dos mecanismos de controle social em funcionamento no âmbito de sua organização;

X. testar a consistência dos atos de aposentadoria, pensão, admissão;

XI. acompanhar a implementação das recomendações dos órgãos de Controle de Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União;

XII. elaborar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAAAI) do exercício seguinte, bem como o Relatório Anual de Atividade da Auditoria Interna (RAAAI), a serem encaminhados ao Órgão ou Unidade de Controle Interno a que estiver jurisdicionada, respeitando os prazos estabelecidos pela Secretaria Federal de Controle/ Controladoria Geral da União;

XIII. verificar e opinar sobre as contas dos responsáveis pela aplicação, utilização ou guarda de bens e valores, e de todo aquele que der causa a perda, subtração ou dano de valores, bens e materiais de propriedade da Instituição;

XIV. verificar a consistência e a segurança dos instrumentos de controle, guarda e conservação dos bens e valores da Instituição ou daqueles os quais ela seja responsável;

XV. analisar e avaliar os procedimentos contábeis utilizados, com o objetivo de opinar sobre a qualidade e fidelidade das informações prestadas;

XVI. efetuar exames preliminares das áreas, operações, programas e recursos nas entidades a serem auditadas, considerando-se a legislação aplicável, normas e instrumentos vigentes, bem como o resultado das últimas auditorias;

XVII. elaborar Relatórios de Auditoria assinalando as eventuais falhas encontradas para fornecer aos dirigentes subsídios necessários à tomada de decisões;

6.4.2 COMISSÃO DE ÉTICA

As atribuições da Comissão de Ética Profissional dos Servidores do Ifes são subtraídas do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, anexo ao Decreto Nº 1.171/94 e do Decreto de 26 de maio de 1999, a saber:

– atuar como elemento de ligação com a Comissão de Ética Pública da Presidência da República;

– supervisionar a observância do Código de Conduta da Alta Administração Federal e comunicar à Comissão de Ética Pública situações que possam figurar descumprimento de suas normas;

– orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público;

– conhecer de consultas, denúncias ou representações formuladas contra o servidor público, repartição ou o setor em que haja ocorrido a falta suscetível de censura;

– instaurar, de ofício, processo sobre ato, fato ou conduta que considerar passível de infringência a princípio ou norma ético-profissional;

– fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores, os registros sobre a conduta ética destes, para o efeito de instruir e fundamentar promoções e para todos os demais procedimentos próprios da carreira do servidor público;

– aplicar pena de censura ao servidor que infringir as normas de conduta ético-profissional;

– remeter à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, cópia do procedimento administrativo resultante da análise de fato ou ato submetido à sua apreciação;

– produzir e divulgar ementa das suas decisões;

– tomar o compromisso solene, do cidadão recém-empossado ou investido em função pública, de acatamento e observância às regras estabelecidas no código de ética, anexo ao Decreto Nº 1.171/94.

6.4.3 UNIDADE DE CORREIÇÃO

De acordo com o art. 5º do supramencionado Decreto, compete à Unidade de Correição, enquanto Órgão Seccional:

I - propor ao Órgão Central do Sistema medidas que visem à definição, padronização, sistematização e normatização dos procedimentos operacionais atinentes à atividade de correição;

II - participar de atividades que exijam ações conjugadas das unidades integrantes do Sistema de Correição, com vistas ao aprimoramento do exercício das atividades que lhes são comuns;

III - sugerir ao Órgão Central do Sistema procedimentos relativos ao aprimoramento das atividades relacionadas às sindicâncias e aos processos administrativos disciplinares;

IV - instaurar ou determinar a instauração de procedimentos e processos disciplinares, sem prejuízo de sua iniciativa pela autoridade a que se refere o art. 143, da Lei Nº 8.112/90;

V - manter registro atualizado da tramitação e resultado dos processos e expedientes em curso;

VI - encaminhar ao Órgão Central do Sistema dados consolidados e sistematizados, relativos aos resultados das sindicâncias e processos administrativos disciplinares, bem como à aplicação das penas respectivas;

VII - auxiliar o Órgão Central do Sistema na supervisão técnica das atividades desempenhadas pelas unidades integrantes do Sistema de Correição;

VIII - prestar apoio ao Órgão Central do Sistema na instituição e manutenção de informações, para o exercício das atividades de correição; e.

IX - propor medidas ao Órgão Central do Sistema visando à criação de condições melhores e mais eficientes para o exercício da atividade de correição.

Além das competências acima elencadas, subsidiariamente, compete à UNICOR:

- Efetuar o controle sobre os prazos de vigência das Portarias que constituem as comissões, orientando-as nesse sentido, bem como gerir as prorrogações e reconduções que se fizerem necessárias;

- Indicar os nomes dos servidores para composição das Comissões para a condução dos processos investigativos;

- Prestar às Comissões as orientações necessárias, visando ao fiel cumprimento dos mandatos para os quais são designadas, velando pela observância aos princípios que regem a Administração Pública;

- Atender às requisições da PGF/AGU (Procuradoria Geral Federal), referentes à prestação de informações para contestação de Ações Judiciais contra a União;

- Atender às requisições da Procuradoria Federal junto ao IFAM, referentes à prestação de informações sobre matérias pertinentes a sua esfera de competência; e.

- Atender aos encaminhamentos da Auditoria Interna do IFAM, referentes a demandas oriundas da CGU, pertinentes às Solicitações de Auditoria e Plano de Providências;

- Analisar as denúncias encaminhadas para a Reitoria, bem como manifestar o posicionamento da Unidade com relação aos procedimentos aplicáveis;

- Atender às requisições e convocações emanadas da Reitoria do IFAM sobre assuntos pertinentes à sua esfera de competência.

6.4.4 CONSELHO DE CURSO

Órgão colegiado formado por todos os segmentos da comunidade acadêmica - docente discente e técnico-administrativo e de representantes da sociedade civil organizada.

6.5 ÓRGÃOS DE APOIO ÀS ATIVIDADES ACADÊMICAS

- ✓ Centro de Documentação e Informação (Bibliotecas, Salas de Teleconferências, Auditórios e outros);
- ✓ Assistência Estudantil (Serviço Social, Médico e Odontológico e Psicológico);
- ✓ Núcleos Temáticos: (diversidade, gênero, étnica, religiosa, cultural, sexualidade, drogadição, deficiência, Cidadania "direitos e deveres", etc.);
- ✓ Núcleos de Estudos;
- ✓ Núcleo de Formação Continuada;
- ✓ Núcleo de Apoio aos Portadores de Necessidades Especiais;
- ✓ Núcleo de Educação a Distância;
- ✓ Conselho de Curso;
- ✓ Conselho de Classe;
- ✓ Coordenadoria de Apoio ao Estudante (CAE);
- ✓ Coordenadoria de Apoio ao Aluno (CAA);.

6.5.1 AUTONOMIA EM RELAÇÃO À MANTENEDORA

Como integrante da Rede Federal de Educação Tecnológica, os Institutos Federais possuem autonomia financeira e pedagógica em relação ao Ministério da Educação. Dentro do âmbito de sua atuação territorial, cada campus contará com autonomia para criação e extinção de cursos, mediante autorização do colegiado competente para a matéria acadêmica. Dentro de uma concepção de sistema, a gestão orçamentária e financeira se dará de forma descentralizada.

Nos termos da Lei N.º 11.892, de 2008, art. 9° Cada Instituto Federal é organizado em estrutura multicampi, com proposta orçamentária anual identificada para cada Campus e a reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores.

6.6 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO PESSOAL

A Carta de Brasília da Gestão Pública, assinada em maio de 2008, pelo Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, e o presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Estado da Administração, Paulo César Medeiros, registra as principais preocupações e diretrizes que devem orientar as estratégias e as ações em prol da construção de um pacto para melhorar o Plano de Desenvolvimento Institucional 2014–2018 gestão pública. Nela, um dos tópicos que merece destaque é a gestão de pessoas, por ser este um elemento estruturante da gestão.

Uma vez que a Carta de Brasília está norteando as novas políticas que buscam a excelência gerencial, faz-se necessário garantir neste PDI que as estratégias e políticas na área de organização e gestão de pessoal do Instituto Federal do Amazonas sejam convergentes com essa nova perspectiva.

Na política de Gestão de desenvolvimento de pessoal do IFAM pretende-se criar condições para o crescimento pessoal e profissional, proporcionando oportunidade de conhecimento, desenvolvimento de habilidades e de competências, por meio de compromisso com a instituição e com a sociedade.

Busca-se através das estratégias definidas para os próximos 05 (cinco) anos, propiciar um ambiente harmônico, humanístico nas relações de trabalho e convívio social.

6.6.1 COMPOSIÇÃO, POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO, PLANO DE CARREIRA E REGIME DE TRABALHO

Os docentes do IFAM estão enquadrados na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, criada a partir da Lei Nº. 11.784/2008.

Conforme dispõe o Art. 113, Seção XVI da Lei Nº 11.784/2008, que trata da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, no seu parágrafo segundo, o requisito de escolaridade para ingresso no cargo de Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico é a habilitação específica obtida em Licenciatura ou habilitação legal equivalente. No caso do novo cargo, de Docente Titular do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, criado pela citada Lei, o requisito é ser detentor do título de doutor ou de livre-docente.

De acordo com a legislação supracitada, exigir-se-á para a investidura nos cargos de Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico aprovação em concurso público de provas e títulos, que constará de prova objetiva ou escrita, prova de desempenho didático e prova de títulos.

Os docentes desse Instituto estão enquadrados na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, criada a partir Lei Nº 11.784/2008. Quanto ao regime de trabalho docente, o Art. 112 da referida Lei estabelece 3 (três) tipos de regimes, a saber:

- tempo parcial de 20 (vinte) horas semanais de trabalho;
- tempo integral de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em 2 (dois) turnos diários completos;
- dedicação exclusiva (DE), com a obrigação de prestar 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em 2 (dois) turnos diários completos, e impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada.

Para atender à necessidade temporária de pessoal docente, a Lei N.º 8.745/1993 possibilita a contratação de docente substituto, cujo contrato é por tempo determinado de até 1 ano, sendo passível de prorrogação uma única vez. O recrutamento e a seleção de docentes substitutos devem ser feitos através de processo seletivo simplificado, constituído de uma prova de desempenho didático e de prova de títulos, de modo a selecionar docentes com competências técnicas e didáticas necessárias para uma atuação de qualidade na área específica.

Com a nova Política Nacional de Desenvolvimento Pessoal, instituída pelo Decreto Nº 5.707/2006, o Ministério do Planejamento vem incentivando os órgãos a adotarem na

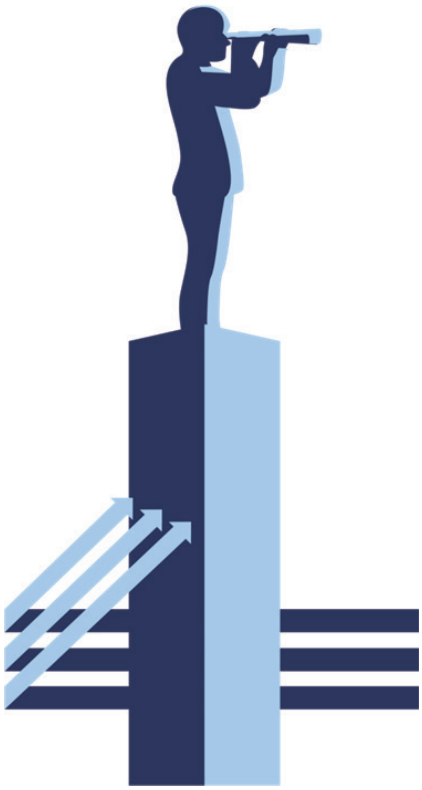
sua gestão da capacitação o Sistema de Gestão por Competências, que é orientado para o desenvolvimento de um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessário ao bom desempenho da função do servidor, visando ao alcance dos objetivos da instituição.

Neste sentido, com vistas à estruturação de um plano de capacitação dos docentes, os gestores devem identificar as competências que o Instituto Federal do Amazonas já possui e apontar as lacunas existentes, ou seja, as competências que ainda precisam ser desenvolvidas. Através desse diagnóstico é possível partir para a construção de um Programa de Desenvolvimento de Pessoal.

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	Dec. N.º 7.312/10	1065	46	23
Membros de poder e agentes políticos	Não há	00	00	00
Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	Não há	1065	46	23
Servidores de carreira vinculada ao órgão	Dec. N.º 7.312/10	1060	45	23
Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	01	00	00
Servidores de carreira em exercício provisório	Art. 84 da Lei Nº 8.112/90	01	00	00
Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	03	01	00
Servidores com Contratos Substitutos e Temporários	Lei N.º 8.745/93	137	99	52
Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	01	00	00
Total de Servidores (1+2+3)	--	1.203	145	75

Fonte: SIAPE – DEZ//2013

7. INFRAESTRUTURA



Os Campi do IFAM encontram-se com seus imóveis documentados, conforme o quantitativo a seguir:

Localização Geográfica	Quantidade de Imóveis de propriedade da União		
	2014	2013	2012
Manaus	4	4	4
São Gabriel da Cachoeira	1	1	1
Coari	1	1	1
Parintins	1	1	1
Tabatinga	1	1	1
Presidente Figueiredo	1	1	1
Maués	1	1	1
Lábrea	1	1	1
Itacoatiara	1	-	-
Tefé	1	-	-
Eirunepé	2	-	-
Humaitá	2	-	-
Manacapuru	1	-	-
Total	18	11	11

7.1 PLANO DIRETOR DE INFRAESTRUTURA FÍSICA

O Plano Diretor de Obras do IFAM será elaborado de acordo com os Objetivos associados à Expansão, Infraestrutura e Desenvolvimento Institucional. Atualmente, com os quinze campi aumentaram as demandas de infraestrutura física, desde a necessidade de pequenas adaptações, manutenção ou reformas até a ampliação de área em grandes proporções.

As diretrizes orientadoras estabelecidas tiveram como base diversos documentos de referência, dentre eles:

- A Lei Nº 10.861/2004 que criou o SINAES e estabelece, entre outros, os requisitos de infraestrutura física para a oferta de cursos de graduação.

- O Decreto Nº 5.773/2006 que estabelece em seu artigo 16, item VII, a infraestrutura física para as instalações acadêmicas.

- O Decreto Nº 5.296/2004, que regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro

de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Com a colaboração dos Diretores Gerais foi organizado a previsão de serviços de engenharia e obras. O Documento do Plano Diretor de Obras do IFAM será elaborado pela Comissão de engenheiros com áreas a fins.

Contudo, foi realizado um levantamento das necessidades do IFAM e após classificá-las foram preestabelecidos alguns critérios, que são: disponibilidade orçamentária, situação do processo (projeto concluído ou a ser elaborado), regularizar junto aos órgãos fiscalizadores (Prefeitura, Bombeiros, Vigilância Sanitária), situação de infraestrutura existente (se põe em risco a continuidade de alguns cursos ou se apenas impede a abertura de novas vagas, ou ainda se medidas para manter a segurança do usuário são necessárias), verificação da situação de regularidade do terreno para construção, tipo de obra.

Quadro de previsão de obras agrupado por campus.

Campus	DESCRIÇÃO DA OBRA	TIPO
Campus Manaus Centro	Complexo Esportivo	Reforma/ampliação
	Museu Moacir Andrade	Reforma
	Instalações Elétricas Prediais	Reforma
	Refeitório Jamil Assem	Reforma/ampliação
	Centro de Documentação e Informação	Reforma/ampliação
	Subestação	Reforma/ampliação
	Prédios (complexo)	Reforma
	Acessibilidade	Reforma/adaptação
	Sala do Arquivo Morto	Reforma
	Laboratórios da área de Const. Civil	Reforma/ampliação
	Bloco de Salas de Aula	Construção
	Salas de Aula – Extensão	Construção
	Laboratório de Arquitetura	Construção/adaptação
	Construção/adaptação - Laboratório de Produção Publicitaria	Construção/adaptação
	Banheiros e vestiários - bloco de artes	Construção
	Combate a Incêndio	Instalações
	Centro de Convivência do servidor	Construção
Campus	**DESCRIÇÃO DA OBRA**	**TIPO**
Campus Manaus Zona Leste	Unidades Educativas de Produção (UEPs)	Reforma
	Instalações Elétricas de AT e BT/subestação	Reforma
	Unidade - Educação Profissional – Industrial	Construção
	Vila Olímpica	Construção
	Centro de Convivência do servidor	Construção
	Gabinete Medico e Odontológico	Construção
	Estação de Tratamento de Esgoto	Construção

Campus	DESCRIÇAO DA OBRA	TIPO
Campus Manaus Distrito Industrial	Laboratório de Eletrônica	Reforma
	Ginásio Poliesportivo	Construção
	Estação de Tratamento de Esgoto	Construção
	Bloco de Sala de Aula	Construção
	Centro de Convivência do servidor	Construção
	Capacidade da subestação	Ampliação
	Muro de contorno	Construção
	Prédio da Graduação	Construção
	Prédio para Administração	Construção
	Restaurante	Ampliação
	Cobertura da piscina e reforma	Construção
	Construção da sala dos professores no	Construção
	Construção do prédio para o AYTY	Construção
Campus	**DESCRIÇÃO DA OBRA**	**TIPO**
Campus Presidente Figueiredo	Alojamentos masculinos e femininos	Construção
	Centro de Convivência Estudantil	Construção
	Almoxarifado/depósito	Construção
	Ginásio Poliesportivo	Construção
	Piscina	Construção
	Campo de futebol	Construção
	Construção da garagem de carros oficiais	Construção
	Arruamento interno	Construção
	Bloco de Sala de Aula	Construção
	Bloco de Laboratórios	Construção
	Alojamento para Professores	Construção
	Muro de divisa do terreno com gradil e alambrado	Construção
	Portal do Campus	Construção
	Paisagismo	Construção
	Unidades Educacionais de Produção (UEPs)	Construção
	Avicultura	Construção

Campus	DESCRIÇÃO DA OBRA	TIPO
Campus São Gabriel da Cachoeira	Gabinete Médico-Odontológico	Reforma/adaptação
	Bloco Administrativo	Reforma
	Alojamentos masculinos e femininos	Reforma
	Muro	Construção
	Carpintaria	Reforma
	Unidade de mecanização	Reforma
	Fábrica de Ração	Reforma
	Laboratório de Reprodução de Alevinos	Adaptação/Ampliação
	Unidades Educativas de Produção (UEPs)	Reforma/adaptação
	Centro Vocacional Tecnológica (CVT)	Construção
	Bloco de 10 Salas de Aula	Construção
	Centro de Convivência do Servidor	Construção
	Centro de Convivência Estudantil	Construção
	Vila Olímpica	Construção
	Anfiteatro	Construção
	Hospital veterinário	Construção
	Estação de Tratamento de Esgoto	Construção
	Laboratório multidisciplinar de ciências	Construção
	Barragem	Construção
	Portal do Campus	Construção
Campus	**DESCRIÇÃO DA OBRA**	**TIPO**
Campus Coari	Centro de Convivência Estudantil	Construção
	Almoxarifado/depósito	Construção
	Ginásio Poliesportivo	Construção
	Cobertura da passarela	Construção
	Subestação/instalação de grupo gerador	Construção
	Biblioteca	Construção/ampliação
	Garagem de carros oficiais	Construção
	Alojamento masculino e feminino	Construção
	Arruamento interno	Construção
	Bloco de Sala de Aula	Construção
	Bloco de Laboratórios	Construção
	Alojamento de Professores	Construção
	Muro de divisa do terreno, tipo alambrado.	Construção
	Portal do Campus	Construção
	Estação de Tratamento de Esgoto	Construção
	Unidades Educacionais de Produção (UEPs)	Construção
	Paisagismo	Construção

Campus	DESCRIÇÃO DA OBRA	TIPO
Campus Maués	Alojamentos masculino e feminino	Construção
	Centro de Convivência Estudantil	Construção
	Almoxarifado/depósito	Construção
	Ginásio Poliesportivo	Construção
	Campo de futebol	Construção
	Subestação/instalação de grupo gerador	Construção
	Garagem de carros oficiais	Construção
	Arruamento interno	Construção
	Bloco de Sala de Aula	Construção
	Bloco de Laboratórios	Construção
	Alojamento de Professores	Construção
	Construção do muro de divisa do terreno com gradil e alambrado	Construção
	Portal do Campus	Construção
	Refeitório	Construção
	Paisagismo	Construção
	Bicicletário	Construção
	Estação de Tratamento de Esgoto	Construção
	Unidades Educacionais de Produção (UEPs)	Construção
Campus	**DESCRIÇÃO DA OBRA**	**TIPO**
Campus Parintins	Alojamentos masculinos e femininos	Construção
	Centro de Convivência Estudantil	Construção
	Almoxarifado/depósito	Construção
	Ginásio Poliesportivo	Construção
	Campo de futebol	Construção
	Subestação/instalação de grupo gerador	Construção
	Garagem de carros oficiais	Construção
	Arruamento interno	Construção
	Bloco de Sala de Aula	Construção
	Bloco de Laboratórios	Construção
	Muro de divisa do terreno	Construção
	Refeitório	Construção
	Paisagismo	Construção
	Prédio para rádio	Construção
	Estação de Tratamento de Esgoto	Construção
	Unidades Educacionais de Produção (UEPs)	Construção

Campus	DESCRIÇÃO DA OBRA	TIPO
Campus Tabatinga	Alojamentos masculinos e femininos	Construção
	Centro de Convivência Estudantil	Construção
	Almoxarifado/depósito	Construção
	Ginásio Poliesportivo	Construção
	Campo de futebol	Construção
	Subestação/instalação de grupo gerador	Construção
	Garagem de carros oficiais	Construção
	Arruamento interno	Construção
	Bloco de Sala de Aula	Construção
	Bloco de Laboratórios	Construção
	Alojamento de Professores	Construção
	Muro de divisa do terreno com gradil e alambrado	Construção
	Portal do Campus	Construção
	Refeitório	Construção
	Paisagismo	Construção
	Estação de Tratamento de Esgoto	Construção
	Unidades Educacionais de Produção (UEPs)	Construção
Campus	**DESCRIÇÃO DA OBRA**	**TIPO**
Campus Lábrea	Centro de Convivência Estudantil	Construção
	Construção do Almoxarifado/depósito	Construção
	Construção do Ginásio Poliesportivo	Construção
	Campo de futebol	Construção
	Subestação/instalação de grupo gerador	Construção
	Garagem de carros oficiais	Construção
	Arruamento interno	Construção
	Bloco de Sala de Aula	Construção
	Bloco de Laboratórios	Construção
	Alojamento de Professores	Construção
	Muro de divisa do terreno com gradil e alambrado	Construção
	Portal do Campus	Construção
	Paisagismo	Construção
	Construção de Passarelas	Construção
	Sistema de Drenagem	Construção
	Estação de Tratamento de Esgoto	Construção
	Unidades Educacionais de Produção (UEPs)	Construção
	Auditório	Construção

Campus	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	TIPO
Campus Tefé	Muro	Construção
	Piscina	Construção
	Ginásio Poliesportivo	Construção
	Centro de Convivência Estudantil	Construção
	Unidades Educacionais de Produção (UEPs)	Construção

Campus	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	TIPO
Campus Humaitá	Estacionamento	Construção
	Reforma do prédio	Construção
	Elaboração de estrada	Construção
	Subestação	Construção
	Piscina	Construção
	Ginásio Poliesportivo	Construção
	Centro de Convivência Estudantil	Construção
	Unidades Educacionais de Produção (UEPs)	Construção
Campus	**DESCRIÇÃO DO SERVIÇO**	**TIPO**
Campus Itacoatiara	Muro	Construção
	Piscina	Construção
	Ginásio Poliesportivo	Construção
	Centro de Convivência Estudantil	Construção
	Unidades Educacionais de Produção (UEPs)	Construção
Campus	**DESCRIÇÃO DO SERVIÇO**	**TIPO**
Campus Eirunepé	Muro	Construção
	Piscina	Construção
	Ginásio Poliesportivo	Construção
	Centro de Convivência Estudantil	Construção
	Unidades Educacionais de Produção (UEPs)	Construção
Campus	**DESCRIÇÃO DO SERVIÇO**	**TIPO**
Campus Manacapuru	Reforma	Construção
	Muro	Construção
	Piscina	Construção
	Ginásio Poliesportivo	Construção
	Centro de Convivência Estudantil	Construção
	Unidades Educacionais de Produção (UEPs)	Construção

7.2 Adequação da infraestrutura para o atendimento aos portadores de necessidades especiais

Os projetos arquitetônicos dos novos campi já contemplam a acessibilidade aos portadores de necessidades especiais por meio de rampas das edificações, banheiros adaptados, dos dispositivos, investimentos em sistemas e meios de comunicação e informação, serviços de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), dentre outras ações visando atender toda a comunidade incluindo o atendimento prioritário, imediato e diferenciado às pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida, para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos.

Nos campi já em pleno funcionamento, foram realizadas reformas para adequarem-se às exigências legais a fim de garantir a acessibilidade aos portadores de necessidades especiais através da construção de rampas, banheiros adaptados, como também, aquisição de equipamentos específicos, tendo em vista a inclusão dessa clientela nas atividades acadêmicas de laboratórios, visitas técnicas, desporto entre outras.

7.3 Biblioteca

O IFAM conta com 10 (dez) bibliotecas nos campi em pleno funcionamento, com previsão de instalação de mais 4 (quatro) bibliotecas, nos campi que integram o processo de expansão da rede federal de educação profissional, no estado. Possui dois softwares de automação do acervo: Q-Biblio (Qualidata) e Gnuteca (software livre). Apresentamos um breve resumo da estrutura das bibliotecas, conforme a seguir:

7.3.1 Biblioteca Campus Manaus Centro

No Campus Manaus Centro do IFAM, a criação da Biblioteca ocorreu em 03 de outubro de 1935, por iniciativa do então Diretor Prof. Paulo Sarmento. Em 1981, a Biblioteca foi reinaugurada com o nome de Prof. Paulo Sarmento, em justa homenagem ao seu idealizador e fundador.

O CDI - Centro de Documentação e Informação do IFAM conta com uma área construída de 2.563,64 m². É constituído por um amplo acervo com aproximadamente 10.081 títulos e 25.108 exemplares de livros; 496 periódicos com 5.389 exemplares; 516 Vídeos e 24 títulos de softwares educacionais, totalizando cerca 32 mil itens em seu acervo.

Há ainda 17 salas individuais para estudo, 11 (onze) salas de estudo em grupo, 02 (duas) salas de multimídia, 02 (dois) auditórios, salas para orientação à pesquisa científica, videoteca e 01 núcleo de conectividade de acesso à internet com 29 (vinte e nove) computadores. A biblioteca possui uma demanda de aproximadamente 15 mil atendimentos mensal.

7.3.2 Biblioteca do Campus Manaus Zona Leste

A biblioteca do Campus Manaus Zona Leste está instalada em uma área de aproximadamente 978,04 m², dividido em dois pavimentos, com rampa e escada de acesso ao piso superior, onde estão localizados mais de 10.187 publicações divididas em livros, folhetos, apostilas e multimeios (DVD, Fita VHS, Fita Cassete e CD-ROM).

7.3.3 Biblioteca Campus Presidente Figueiredo

A biblioteca do Campus Presidente Figueiredo está instalada em uma área de aproximadamente 155,27 m², conta com o apoio de três funcionários, sendo uma bibliotecária e dois auxiliares. É constituída com um acervo de aproximadamente 1.082 títulos, 2.418 exemplares e 386 títulos de periódicos.

7.3.4 Biblioteca Campus Humaitá

A biblioteca do Campus Humaitá ainda não possui prédio fixo para instalação, apenas uma sala provisória de aproximadamente 35 m² e a aquisição de seu acervo está em processo de licitação, sendo oferecido no momento, apenas livros didáticos para atender as disciplinas da Base Comum.

7.3.5 Biblioteca Campus Eirunepé

A biblioteca do Campus Eirunepé encontra-se em fase de construção, dessa forma, ainda não possui biblioteca instalada. Em relação aos funcionários, o último concurso do IFAM contemplou o Campus com 01 (um) Auxiliar de Biblioteca e 01(um) Bibliotecário Documentarista.

7.3.6 Biblioteca Campus Parintins

A biblioteca do Campus Parintins está instalada em uma área de aproximadamente 155 m², conta, atualmente com um quadro formado por 02 (dois) Auxiliares de Biblioteca e 01(um) Bibliotecário Documentarista. É constituída com um acervo de aproximadamente 1.515 títulos, 5.167 exemplares, 569 títulos de periódicos e 1.004 títulos exemplares, a biblioteca possui ainda o serviço de empréstimo domiciliar com 2.871 exemplares.

7.3.7 Biblioteca Campus Lábrea

A biblioteca do Campus Lábrea está instalada em uma área de aproximadamente 17.50 x 7.20 m², possui atualmente como funcionários 01(uma) Bibliotecária Documentarista; 01(um) Auxiliar de Biblioteca e outro em fase de nomeação, e 01(um) Apoio Administrativo. Seu acervo é constituído com aproximadamente 676 títulos, 2.026 exemplares, 8 títulos de periódicos e 274 títulos exemplares. O serviço de empréstimo domiciliar conta com 282 exemplares.

7.3.8 Biblioteca Campus Maués

A biblioteca do Campus Maués está instalada em uma área de aproximadamente 150 m², conta com apenas um servidor em seu quadro de funcionários e para gerenciamento usa o sistema Gnuteca. É constituída com um acervo de cerca de 1.500 títulos, 2.210 exemplares, 40 títulos de periódicos e 90 títulos exemplares.

7.3.9 Biblioteca Campus São Gabriel da Cachoeira

A biblioteca do Campus São Gabriel da Cachoeira está instalada em uma área de aproximadamente 610,67 m², atualmente dispõe de 03 (três) servidores em seu quadro. Possui um acervo com cerca de 5.218 títulos, 10.491 exemplares, 1.400 títulos de periódicos e 2.350 títulos exemplares. Conta ainda com o serviço de empréstimo domiciliar com 49 exemplares.

7.3.10 Biblioteca Campus Tefé

No momento, o Campus Tefé encontra-se em local provisório, contudo encontra-se organizada, conforme a seguir:

- Sistema da Biblioteca: software Biblioteca Fácil 7.0
- Acesso a base de dados: através do Q-Acadêmico
- Quantidade de títulos: 517
- Quadro atual de servidores: 1 assistente de biblioteca

7.4. Formas de atualização e expansão do acervo

A atualização e a expansão do acervo são feitas juntamente com a Pró-Reitoria de Ensino, Diretorias de Ensino, Coordenações de Cursos e Área e professores, a partir do levantamento das necessidades apresentadas por cada área específica do conhecimento e na ampliação e oferta de novos cursos e programas. Conta, também, com os encaminhamentos de livros da SETEC/MEC.

7.4.1 Horário de funcionamento

De segunda a sexta-feira: das 08h às 21h30min.

7.4.2 Serviços

Empréstimos/devolução de livros;

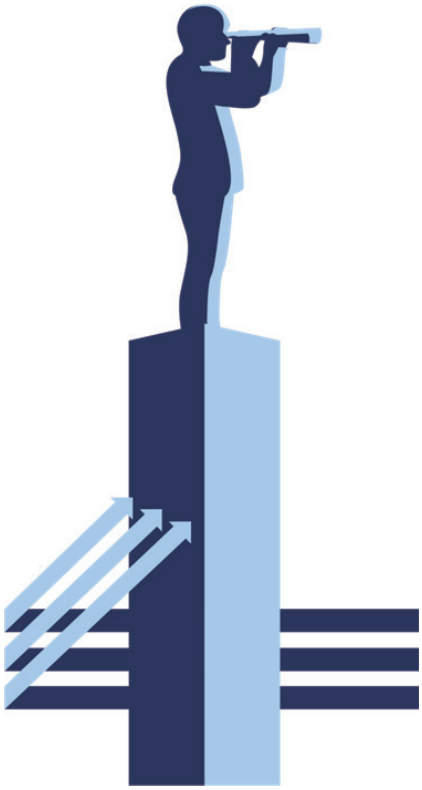
- Classificação e catalogação de livros novos;
- Reservas de livros;
- Cadastro dos alunos para empréstimo;
- Auxílio a pesquisas;
- Conservação e recuperação de livros;
- Organização diária dos livros nas estantes;
- Manutenção, organização e limpeza diária do setor.

7.4.3 Acervos / Livros

Os Diretores Gerais dos Campi/IFAM, através do seu compromisso com a qualidade de ensino, procuram sempre manter o seu acervo de livros, atualizados e devidamente adequados às necessidades dos seus alunos.

Os empréstimos domiciliares são permitidos aos servidores e alunos mediante prévio cadastro, possui uma política de expansão do seu acervo. A partir de 2004, foi iniciado o trabalho de processamento técnico dos livros e também solicitada permissão da UNESCO para utilização do software CDS-ISIS, que foi desenvolvido para o controle de acervo em bibliotecas.

8. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



8.1 CONCEPÇÃO

O Setor responsável pela Gestão da Tecnologia da Informação no IFAM é a Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação, que é composta por:

- Departamento de Tecnologia da Informação
- Coordenação de Governança
- Coordenação de Infraestrutura de Redes
- Coordenação de Sistemas
- Coordenação de Manutenção em Soluções de Tecnologia da Informação

8.2 INFRAESTRUTURA DE REDES

Cada campus possui link de internet dedicado, rede interna estruturada, sistema de gerência de acesso à rede e sistema de monitoramento de link. A gestão dessa estrutura é compartilhada com as Coordenações de Tecnologia da Informação de cada Campus.

Tabela 12: Distribuição de redes de internet do IFAM

Local	Capacidade de Link de Internet	Quantidade de Computadores	Tecnologia de Enlace
Reitoria	1GB	150	Fibra Ótica
Coari	4MB	100	Satélite
Lábrea	6MB	150	Satélite
Manaus Centro	1GB	900	Fibra Ótica
Manaus Distrito Industrial	1GB	300	Fibra Ótica
Manaus Zona Leste	4MB	200	Modem
Maués	6MB	200	Satélite
Parintins	4MB	200	Satélite
Presidente Figueiredo	4MB	150	Satélite
São Gabriel da Cachoeira	4MB	100	Satélite
Tabatinga	4MB	150	Satélite
Eirunepé	Em processo de implantação	35	Satélite
Humaitá	Em processo de implantação	50	Satélite
Tefé	Em processo de implantação	35	Satélite
Itacoatiara	Em processo de implantação	40	Satélite

8.3 REGULAMENTAÇÃO

O IFAM possui um aporte documental que tem como função regulamentar o uso, as aquisições, os serviços prestados e recursos de Tecnologia da Informação. Esse aporte é composto por:

PETI – Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação;
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação;
PUSTI – Política de Uso dos Sistemas de Tecnologia da Informação;
PSI – Política de Segurança da Informação.

8.4 SERVIÇOS

Os serviços que são disponibilizados através da DGTI são:

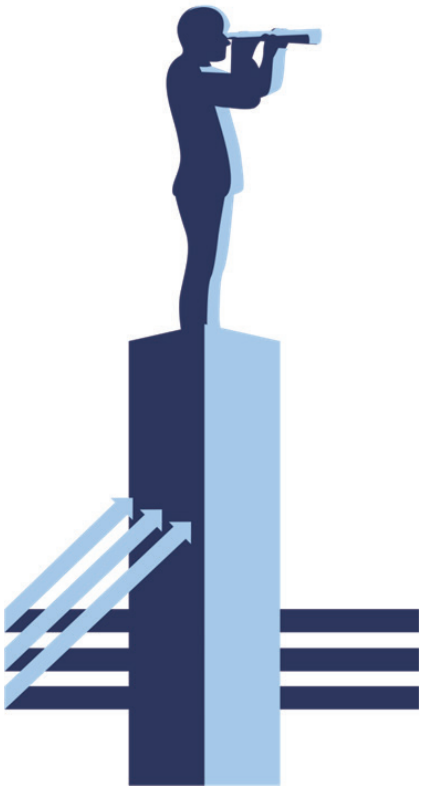
- Hospedagem de Sites;
- Serviço de E-mail;
- Serviço de VPN;
- Acesso Remoto ao Periódico da Capes;
- Acesso a Internet;
- Serviço de FTP;
- Gerência de Banco de Dados;
- Monitoramento das Redes que compõe o IFAM;
- Gerência de telefonia Digital;
- Serviços de Segurança da Informação;
- Consultoria em Soluções de Tecnologia da Informação.

8.5 SISTEMAS

O IFAM possui sistemas que são responsáveis pela gestão acadêmica e administrativa da instituição. Entre os sistemas principais contamos com:

- Q-Acadêmico -> Sistema de Gestão Acadêmica;
- Q-Seleção -> Informatização do Processo Seletivo;
- Q-Biblio -> Sistema de Gestão da Biblioteca;
- SUAP -> Informatização do Protocolo, Almoxarifado e Patrimônio;
- Moodle -> Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- SGD -> Sistema de Gestão de Demanda;
- OJS -> Sistema de Gerência de revista eletrônica.

9. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO



As atividades de planejamento, execução e avaliação estabelecidas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas têm por base a construção dos planos de desenvolvimento anual (PDA) e dos relatórios finais da gestão dos câmpus e das pró-reitorias.

O Ministério da Educação, com a instituição do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), através da Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que tem como objetivo a avaliação do ensino, da pesquisa, da extensão, da responsabilidade social, do desempenho dos estudantes, da gestão da instituição, do corpo docente, das instalações, dentre vários outros aspectos, estabeleceu um sistema de avaliação global e integrada por diversos instrumentos complementares: Auto Avaliação, Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), condições de ensino e instrumentos de informação (Censo e Cadastro), dentre outros.

Dessa forma, para conduzir os processos de autoavaliação das instituições o SINAES estabeleceu a criação da Comissão Própria de Avaliação (CPA), como órgão colegiado formado por todos os segmentos da comunidade acadêmica - docente, discente e técnico administrativo e de representantes da sociedade civil organizada, visando atender às orientações legais referenciadas.

A CPA do IFAM que atua com autonomia em relação aos Conselhos e demais Órgãos Colegiados, é responsável por coordenar a autoavaliação institucional, desde a elaboração do método, passando por sua implementação e sistematização dos resultados, inclusive a elaboração do Relatório Anual de Avaliação Institucional, que subsidia os Planejamentos Administrativo e Pedagógico da Instituição e é utilizado pelo INEP/MEC para o recredenciamento institucional e reconhecimento dos cursos, entre outras.

Para que a avaliação cumpra sua missão, ou seja, sirva de instrumento para o aperfeiçoamento do projeto acadêmico e sociopolítico da Instituição, garantindo a melhoria da qualidade e a pertinência das atividades desenvolvidas, será realizada uma análise criteriosa dos resultados do processo de avaliação.

Nesse sentido, o Processo de avaliação institucional trilhará as etapas a seguir:

Autoavaliação institucional, que tem por objetivo promover e consolidar uma cultura de avaliação participativa para o autoconhecimento e aperfeiçoamento do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão do IF Amazonas que deverá ser realizada pela CPA, a partir das dimensões estabelecidas na Lei do SINAES;

Avaliação interna docente, visando fortalecer o trabalho realizado pelos docentes em sala de aula, que deverá ser realizada em cada Câmpus, sob a orientação dos Auxiliares de Autoavaliação;

Avaliação interna discente, visando apropriar os estudantes da realidade institucional que deverá ser realizada em cada Câmpus, sob a orientação do Auxiliar de Autoavaliação;

Avaliação Externa, (por meio de provas do ENADE e ENEM), que trata do reconhecimento de cursos, através da avaliação institucional externa, que destaca todos os aspectos relacionados à qualidade do ensino desenvolvido na instituição;

Acompanhamento de Egressos, visando à devolutiva para a sociedade a fim de medir se a instituição realmente está cumprindo sua missão;

Ouvidoria, que é um canal de comunicação entre a comunidade - acadêmica ou externa - e as instâncias administrativas e pedagógicas do Instituto, visando à melhoria dos processos institucionais e o aperfeiçoamento dos processos democráticos com transparência que tem por objetivos: assegurar a participação da comunidade na instituição, fortalecendo a cidadania, para promover a melhoria das atividades desenvolvidas; reunir informações sobre diversos aspectos da instituição com o objetivo de contribuir para a gestão institucional e desenvolver suas atividades dentro dos princípios de ouvir, resolver e melhorar;

Análise documental que permitirá a avaliação qualitativa e quantitativa das ações propostas.

Vale destacar que as atividades de avaliação do IFAM têm ocorrido de forma sistemática, centrada em determinados segmentos, a exemplo da avaliação dos cursos, e do seu corpo docente. Para avaliar as dez dimensões do SINAES, a CPA utiliza nos questionários de autoavaliação online a Escala Likert com os Conceitos/Critérios: 1 - Ótimo; 2 – Bom; 3 – Regular; 4 – Ruim; 5 – Péssimo e 6 – Não sabe avaliar ou desconhece.

Os resultados destas atividades de avaliação descortinam os elementos que precisam ser melhorados considerando a natureza multicampi que venha a ser capaz de dar impulso ao desenvolvimento institucional. Afinal, a obtenção de confiança da comunidade acadêmica, só ocorre quando a Instituição procura e revela as suas fragilidades, seus limites e suas potencialidades, de modo a obter densidade e credibilidade institucional. Na página oficial do IFAM é possível acessar os Relatórios de Autoavaliação Institucional, além de informações sobre a CPA, no endereço: http://www.ifam.edu.br/portal/ifam/cpa.

Em vista disso, o IFAM, ao identificar a necessidade e a importância da avaliação institucional como instrumento de gestão, trabalha, efetivamente, para a aplicação em suas políticas, às novas formas de relação entre conhecimento, produção e relações sociais integrados aos conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio-históricos e, nessa organização de saberes, materializa-se também a formação profissional.

As políticas de acompanhamento e avaliação das atividades-fins, ou seja, ensino, pesquisa e extensão, além das atividades - meio, caracterizadas pelo planejamento e gestão da Instituição, abrangerão toda a comunidade acadêmica, articulando diferentes perspectivas o que garantirá um melhor entendimento da realidade institucional.

Por conseguinte, foi encaminhada ao CONSUP a propositura para a constituição de um Comitê Permanente de Acompanhamento e Revisão do Plano de Desenvolvimento institucional (COPAR). Este Comitê que tem as funções precípuas de fazer diagnóstico, proposições e atualizações das informações do PDI, ao longo de 2014-2018, com base nas diretrizes estabelecidas no art. 16 do Decreto Federal Nº. 5.773, de 9 de maio de 2006, e legislação vigente, para verificar o cumprimento dos indicadores e ações estabelecidos.

Outro ponto importante são os Indicadores de desempenho que serão utilizados a partir do Guia Referencial para Medição de Desempenho e Manual para Construção de Indicadores do Ministério de Planejamento de dezembro 2009, bem como do Acórdão TCU Nº 2.267/2005, conforme a seguir:

a) Guia Referencial para Medição de Desempenho e Manual para Construção de Indicadores do Ministério de Planejamento de dezembro 2009.

DIMENSÕES	INDICADORES	INSTRUMENTOS
Áreas de Gestão de Suporte: Pessoas	1. Índice de previsão de aposentadorias. 2. Índice de investimento em treinamentos. 3. Índice de absenteísmo. 4. Clima organizacional. 5. Grau de adequação do perfil dos servidores com as atividades desempenhadas.	1. Análise documental 2. Questionários (grupos focais)
Área de Gestão de Suporte: Tecnologia da Informação	1. Disponibilidade dos sistemas informacionais. 2. Índice de recuperação da informação – política de redundância e backup. 3. Quantidade de falhas identificadas em sistemas centrais. 4. Índice de acessibilidade e satisfação dos usuários com os sítios eletrônicos.	1. Análise documental 2. Questionários (análise do tipo survey).
Área de Gestão de Suporte: Informação e Conhecimento	1. Índice de prontidão do capital da informação (grau de tempestividade e acesso às informações e conhecimentos críticos). 2. Índice de qualidade da informação. 3. Grau de acesso às informações orçamentárias, financeiras e contábeis.	1.Análise documental 2. Questionários
Área de Gestão de Suporte: Orçamento e Finanças	1. Taxa de atraso no pagamento de Despesas. 2. Tempo médio de atraso do Pagamento. 3. Índice de carência da receita. 4. Montante de pagamentos de despesas em mora. 5. Índice de evolução do orçamento. 6. Proporção de despesas obrigatórias sobre discricionárias. 7. Proporção de despesas com pessoal sobre o orçamento Total. 8. Grau de cumprimento das normas orçamentário-financeiras. 9. Índice da qualidade da proposta Orçamentária. 10. Grau de confiabilidade das informações orçamentárias, financeiras e contábeis. 11. Índice de qualidade do gasto.	1. Análise documental 2. Relatório do Tesouro Gerencial.
Área de Gestão de Suporte: Compras e Contratos	1. Número médio de concorrentes participando do certame. 2. Percentual de processos de licitação cancelados. 3. Tempo médio do processo licitatório. 4. Divulgação das propostas e publicação das outorgas. 5. Tempo de preparação das propostas. 6. Tempo para avaliação das propostas. 7. Índice de protestos a propostas apresentadas. 8. Tempo médio do ciclo de compras ou de contratação. 9. Tempo médio para respostas aos protestos. 10. Grau de adequação do planejamento de compras. 11. Grau de adequação ao marco legal e regulatório de compras públicas. 12. Percentual de contratos com acordos de nível de serviço assinados (ANS). 13. Grau de adequação dos ANS as requisitos contratuais.	1. Análise documental

Fonte: Guia Referencial para Medição de Desempenho e Manual para Construção de Indicadores do Ministério de Planejamento de dezembro 2009

b) Indicadores do Acórdão TCU 2.267/2005

DIMENSÕES	INDICADORES	INSTRUMENTOS
Acadêmicos	1. Relação candidato por vaga. 2. Relação ingressos por aluno. 3. Relação concluintes por aluno. 4. Índice de eficiência acadêmica de concluintes. 5. Índice de retenção do fluxo escolar. 6. Relação de alunos por docente em tempo integral.	1. Análise documental
Administrativos	1. Gastos correntes por aluno. 2. Percentual de gastos com pessoal. 3. Percentual de gastos com outros custeios. 4. Percentual de gastos com investimentos.	1. Análise documental 2 Consulta ao Sistema de Controle.
Socioeconômico	1. Número de alunos matriculados por Renda Per Capita Familiar.	1. Análise documental
Gestão de Pessoas	1. Índice de titulação do corpo docente.	1. Análise documental

Fonte: Portaria TCU Nº 150 de 03 de julho de 2012

Para aplicar os indicadores no processo de avaliação, o IF Amazonas deverá manter atualizado o sistema eletrônico informatizado, a fim de garantir a aplicação dos instrumentos de avaliação em larga escala e, consequentemente, a fidedignidade dos resultados da avaliação institucional.

9.1. Formas de participação da comunidade acadêmica, técnica e administrativa, incluindo a atuação da Comissão Própria de Avaliação – CPA, em conformidade com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

A avaliação é um instrumento de fundamental importância na identificação da qualidade da atuação de uma instituição junto à sociedade. É o processo de pensar o desenvolvimento das atividades a serem realizadas, levando em consideração se os objetivos e metas foram alcançados.

No IFAM, o processo de avaliação direciona a comunidade a refletir sua práxis, submetendo-se a autoavaliação e dispondo-se a recondução de seus objetivos institucionais.

Isso permite o aproveitamento dos seus fatores de sucesso que possibilitarão realizar sua missão como instituição pública de ensino, sua visão de futuro e seus valores, através de um planejamento consistente em que as grandes linhas de atuação serão alcançadas, a partir da democratização da gestão.

Neste sentido, o processo de avaliação institucional será realizada com base nos princípios da gestão participativa em que as decisões são definidas coletivamente e conduzida por etapas que vão desde a sensibilização, levantamento de necessidades, divulgação e consulta a comunidade.

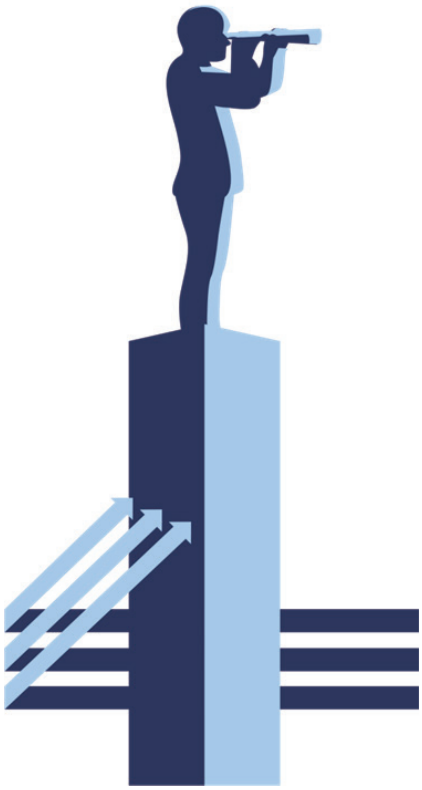
Esse processo visa intensificar ações e ampliação de áreas de concentração e a expansão seletiva e gradual de objetivos e metas. Além disso, o processo visa, também, a melhor qualificação e o aprimoramento dos atuais sistemas gerenciais e a promoção da qualidade de vida no trabalho e dos serviços prestados a comunidade.

9.2. Formas de utilização dos resultados das avaliações.

A avaliação dos resultados da gestão institucional em todas as esferas de atuação tem como pressuposto básico a análise dos itens significativos que indicarão os pontos positivos (vantagens da gestão), pontos a melhorar (desvantagens da gestão), oportunidades (projeção institucional) e ameaças (aspectos negativos/comprometimento externo) com vista no diagnóstico permanente da gestão.

Igualmente, acreditamos que a partir do processo de planejamento, avaliação institucional e das ações decorrentes desse, resulte um processo de desenvolvimento sustentável institucional, pautado no atendimento às demandas da comunidade interna e externa e expresso no alcance das metas, objetivos e missão institucional.

10. ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS



10.1 DEMONSTRAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

O IFAM é uma autarquia federal, vinculada diretamente à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC), com estrutura de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, composta por unidades descentralizadas denominadas de Campus e, como tal, sua sustentabilidade financeira é viabilizada, majoritariamente, com recursos repassados pelo Tesouro Nacional sob a forma de Dotação Orçamentária.

Desta forma, os recursos necessários são consignados anualmente no Orçamento Geral da União por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA), o que permite que as Despesas Correntes e de Capital constituídas respectivamente de Despesas de Custeio - Pessoal, Encargos sociais, Benefícios aos Servidores e Outras Despesas Correntes, e de Despesas com Investimentos, tais como Obras e Material Permanente, o que permite visualizar de forma clara os limites da gestão financeira.

Além dos recursos da União, o IFAM conta ainda, com a fonte de recursos diretamente arrecadados mediante a comercialização do excedente de produção, dos projetos educativos, prestação de serviços, e ainda com recursos obtidos por meio de descentralização de créditos da SETEC/MEC, convênios firmados com os órgãos públicos e privados e recursos originários de emendas parlamentares.

10.1.1 MATRIZ CONIF

A estrutura da Matriz foi composta por blocos: pré-expansão, expansão, reitoria, ensino a distância, assistência estudantil e pesquisa aplicada. Os parâmetros utilizados foram os dados extraídos do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), referentes aos períodos do segundo semestre de 2011 e primeiro semestre de 2012, IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial), IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), categoria dos Campi e tipo e pesos dos cursos.

A institucionalização de novos parâmetros para utilização nas matrizes de distribuição de recursos orçamentários e financeiros foi promulgada com o Decreto Nº 7.313/2010. Este Decreto estabelece procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia de gestão administrativa e financeira dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e define critérios para elaboração das suas respectivas propostas orçamentárias anuais.

Os critérios que devem ser considerados são:

Matrículas e quantidade de alunos	Número de matrículas e quantidade de alunos ingressantes e concluintes em todos os níveis e modalidades de ensino em cada período.
Número de alunos e de docentes	Relação entre número de alunos e número de docentes nos diferentes níveis e modalidades de ensino ofertado.

Áreas de conhecimento e eixos tecnológicos.	Diferentes áreas de conhecimento e eixos tecnológicos dos cursos ofertados.
Apoio às instituições públicas de ensino.	Apoio às instituições públicas de ensino, em ações e programas de melhoria da educação básica, especialmente na oferta do ensino de ciências, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino.
Programas de extensão e certificação.	Existência de programas institucionalizados de extensão e certificação, com indicadores de monitoramento.
Produção de conhecimento científico, tecnológico, cultural e Artístico.	Produção institucionalizada de conhecimento científico, tecnológico, cultural e artístico, reconhecida nacional e internacionalmente.
Núcleos de inovação tecnológica	Existência de núcleos de inovação tecnológica.
Registro e comercialização de patentes	Número de registro e comercialização de patentes.
Resultados das avaliações	Resultados das avaliações realizadas por sistemas nacionais de avaliação da educação em todos os níveis e modalidades de ensino, capazes de aferir a qualidade de ensino ofertado.
Sistemas de informação e programas do MEC.	A adesão a sistemas de informação e programas de interesse coletivo, instituídos pelo Ministério da Educação.
Programas de mestrado e doutorado	Existência de programas de mestrado e doutorado, especialmente os profissionais, e seus respectivos resultados da avaliação pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

10.1.2 ESTRATÉGIAS DE GESTÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

O orçamento de Custeio e Capital (OCC) - exceto benefícios, convênios e emendas -, oriundos do tesouro nacional é rateado entre os diversos Campi pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação (MEC), com base numa matriz parametrizada pela Rede Nacional dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica. A totalidade dos recursos orçamentários e financeiros, exceto de pessoal e benefícios, deve ser submetida aos procedimentos e normas da gestão pública, notadamente à Lei Nº 4.320/64, Lei Nº 8.666/93 e Lei Nº 10.520/2002.

A captação de recursos com Instituições Públicas e Privadas se faz através da elaboração de projetos apresentados a estas Instituições, visando à obtenção de recursos para financiar a expansão da infraestrutura do IFAM.

A obtenção dos recursos oriundos de emendas parlamentares tem sido ao longo dos últimos anos uma importante mola propulsora nos investimentos realizados pelo IFAM, graças ao esforço dos gestores junto aos representantes parlamentares do Estado do Amazonas, principalmente na esfera Federal.

10.1.3 PLANOS DE INVESTIMENTOS

Os planos de investimento do IFAM estão fundamentados numa previsão de incremento anual na ordem de cerca de 41,9 milhões para a expansão e reestruturação de novas unidades de Ensino nos primeiros 3 anos, com construção de novos campus

e revitalização dos já existentes, tendo como modelo oficial os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia , custeados com recursos repassados pelo MEC em cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Da totalidade correspondente às demais fontes de financiamento do orçamento total, 15% (quinze por cento) é o valor estimado a ser agregado anualmente ao orçamento de custeio, bem como no pressuposto de que, uma vez garantidos os recursos necessários às despesas fixas de manutenção básica, o excedente será investido em ações que visam à recuperação, à ampliação, a modernização da gestão acadêmica e administrativa e à atualização tecnológica, dotando a instituição de melhores condições de ensino.

10.1.4 PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DE EXECUÇÃO 2014-2018

Com lastro nos dados históricos apurados junto ao SIAFI, Lei orçamentária Anual exercício – 2014, e nos investimentos necessários às mudanças organizacionais do IFAM, demonstramos abaixo, a Programação Orçamentária, projetada para o período compreendido entre 2014 até 2018, a saber:

10.1.5 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXERCÍCIO 2014-2018

A previsão de recursos extra orçamentários do IFAM, bem como suas possíveis fontes seguem explicitadas na Tabela 12:

Tabela 12 Cronograma de expansão Orçamentária

RECEITA DIRETAMENTE ARRECADADA	TOTAL 2014	TOTAL 2015	TOTAL 2016	TOTAL 2017	TOTAL 2018	TOTAL
RECEITA ADMINISTRATIVA	405.167	940.683	400.000	200.000	50.000	1.995.850
TAXA DE INSCRIÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO	450.000					450.000
TOTAL GERAL	855.167	940.683	400.000	200.000	50.000	2.445.850

Fonte: PROAD, 2014

A projeção orçamentária para a manutenção das Unidades do IFAM, considerando Recursos do Tesouro, pode ser observada nas tabelas a seguir:

Tabela 63 Cronograma de expansão Orçamentária

DESPESA	TOTAL 2014	TOTAL 2015	TOTAL 2016	TOTAL 2017	TOTAL 2018	TOTAL
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	120.151.327	128.201.465	136.790.964	145.955.958	55.735.008	686.834.722

OUTRAS DESPESAS CORRENTES	50.581.422	53.970.377	57.586.392	61.444.680	65.561.474	289.144.345
DESPESAS DE INVESTIMENTOS	47.241.265	50.406.429	53.783.660	57.387.165	61.232.106	270.050.625
TOTAL GERAL	217.974.014	232.578.271	248.161.016	264.787.803	282.528.588	1.246.029.692

Fonte PROPLAD, 2014

10.1.6 ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

A metodologia do orçamento participativo é uma estratégia vinculada ao aperfeiçoamento da gestão, rumo a um sistema eficiente, ágil e transparente. O orçamento é instrumento e, aplicação de recursos em investimentos e custeio, deve ser decidida por representantes dos diversos segmentos e órgãos colegiados. Os diversos segmentos da Instituição devem decidir, em fórum próprio, a alocação de recursos nas áreas de ensino, pesquisa, extensão, assistência estudantil, infraestrutura, tecnologia, gestão e qualificação, sempre com foco nas definições estratégicas. Esse processo tem como objetivo sistematizar e integrar três processos fundamentais da gestão administrativa: o planejamento, a execução e o acompanhamento orçamentário para cada exercício.

Constituição Federativa do Brasil, 1988.

Decreto № 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Chamada Pública MEC/SETEC № 002/2007. Proposta para constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IF do Amazonas, fevereiro de 2008.

Concepção e Diretrizes dos Institutos Federais de Ciência e Tecnologia, MEC, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, junho de 2008.

Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal Nº 10.639/03 / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GUERRA, Evandro Martins. Os controles externo e interno da Administração Pública. 2. Ed. Ver. E ampl., 2. Reimpressão. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

Lei № 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Lei № 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

Manual de orientação para a elaboração Perfil institucional do IFAM. Daniel Nascimento e Silva e outros, 2013.

Manual de orientação para a elaboração da Organização administrativa do IFAM. Daniel Nascimento e Silva e outros, 2013.

__Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores. Diretrizes para as normas de controle interno do setor público. Tradução de Cristina Maria Cunha Guerreiro, Delanise Costa e Soraia de Oliveira Ruther. Salvador: Tribunal de Contas do Estado da Bahia, 2007.

Plano de Desenvolvimento da Educação: Razões, princípios e programas. MEC.

Links:

População
- http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=am&tema=resultgeramostracenso2010

Estabelecimentos de Saúde
- http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=am&tema=servicossaude2009

PIB
- http://www.seplan.am.gov.br/noticia.php?cod=565

Instituições Financeiras
-http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=am&tema=instituicoesfinanceiras2012

Indústria de Transformação
- http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=am&tema=piaempresa2011

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 016-CONSUP/IFAM, de 16 de junho de 2014.

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - **PDI** para o quadriênio 2014-2018.

O Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, neste ato como Presidente do Conselho Superior, órgão de caráter consultivo e deliberativo da Administração Superior, no uso de suas atribuições conferidas pelo § 3º do Art. 10 da Lei n.º11.892, de 29.12.2008 e art. 12 do Regimento Geral do IFAM;

CONSIDERANDO a proposta do PDI/PRODIN/IFAM que consta nos autos do processo/protocolo nº 23443.001260/2014-01, datado de 23 de maio de 2014;

CONSIDERANDO o teor do Ofício-Circular nº 04-CONSUP/IFAM, de 06 de junho de 2014, que trata da Convocação de 9ª Reunião Extraordinária do CONSUP para apreciação do PDI, em segunda sessão no dia 13 de junho de 2014;

CONSIDERANDO a decisão por unanimidade dos conselheiros, em consonância com o voto do relator, em segunda sessão da 9ª Reunião Extraordinária realizada no dia 13 de junho de 2014.

R E S O L V E:

I - APROVAR o Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – **PDI** para o quadriênio 2014-2018, conforme consta nos autos do processo nº 23443.001260/2014-01 e, previsto no item V, do art.10 da Portaria nº 373-GAB/IFAM, de 31 de agosto de 2009, que com esta baixa.

II - Esta Resolução entra em vigor na data de sua edição/publicação.

Dê-se ciência, publique-se, cumpra-se.

JOÃO MARTINS DIAS
Reitor e Presidente do Conselho Superior do
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas

COMISSÃO TEMÁTICA DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Comissão Temática Acadêmico -Técnico
Portaria N° 1.410 – GR/IFAM, de 31 de outubro de 2013.

Marlene de Deus Lima - Presidente
Ana Célia Brandão de Farias Said
Ana Cláudia Ribeiro de Souza
Ana Claudia Rodrigues de Melo
António Ribeiro da Costa Neto
Bianca Santos Bento da Silva
Darcilia Penha Pinto
Eliane Maquiné de Amorim
João Batista Neto
Luciene Fátima de Oliveira Lopes

Comissão Temática de Gestão
Portaria N° 1.409 – GR/IFAM, de 31 de outubro de 2013.

Daniel Nascimento e Silva - Presidente
Adriana Mafra Carvalho
Analice Barbosa Pereira
Janiana Dantas da Mota
José Antonio Dourado Teixeira
José Geraldo de Almeida
Larissa Barreto de Araújo

Comissão Temática de Infraestrutura
Portaria N° 1.408 - GR/IFAM, de 31 de outubro de 2013.

Josimar Gonçalves Vargas - Presidente
Arlene Maria Lamega da Silva Campos
Dalmir Pacheco de Souza
Elaine Maria Bessa Rebello Guerreiro
Emmerson Santa Rita da Silva
Inalda Tereza Sales de Lima
José Ribamar de Abreu Cardoso
Luiz Feitosa Gomes
Márcia Ferreira da Silva

COMISSÕES LOCAIS DOS CAMPI

Campus Manaus Centro
Portaria N° 663 – GAB/DG/CMC/IFAM, de 16 de setembro de 2013.

Júlio César Araújo de Freitas - Presidente
Afrânio de Moraes Leite
Ana Lúcia Mendes dos Santos
Antônio Ferreira Santana Filho
Bernadete Alves de Melo
Edson Valente Chaves
Francisco Das Chagas Mendes dos Santos
Gleydson de Souza Gomes
Gutemberg da Silva Arruda
Gutemberg Leão Brasil
Herminio Edson Maia Santana
Janary Rui Negreiros da Silva
Jarder Allysson Ferreira da Silva
Jéssica dos Santos Bacelar Santos Guedes
Juliana Mesquita V. Martinez de Lucena
Juvenal Severino Botelho
Maria das Graças Barbosa de Souza
Misael Brayon Oliveira Almeida
Paulo Rodrigues de Souza
Pedro Raimundo da Fonseca Soares
Raimundo Luiz de Salles Teixeira
Renata de Aguiar Garcia
Roberto da Costa Bianco
Sérgio Augusto Coelho da Fonseca Soares
Sheilla Maria Luz Teixeira
Vinicius Paulo de Freitas

Campus Manaus Distrito Industrial
Portaria N° 201 – GDG/CMDI/IFAM, de 04 de setembro de 2013.

Pedro Ivan das Graças Palheta - Presidente
Elane de Souza Mafra
Felipe da Silva Teixeira
Helda da Silva Moreira
Jorge Michel
Paulo Ubiratã Ferreira Martins

Campus Manaus Zona Leste
Portaria N° 127, de 14 de junho de 2013.

Aurélio Ludvig - Presidente
Cristiane Sinimbu Sanchez
Henrique Rabelo Sobrinho
Maria Suely Silva Santos Guimarães

Campus Tabatinga
Portaria N° 033 – DG/CTB/IFAM/2014, de 26 de fevereiro de 2014.

Fabiano Valdez Silva Guimarães - Presidente
Elenilson Silva de Oliveira
Jeane Colares da Silva
Joelmir Martins da Rocha
Maércio de Oliveira Costa
Obem Correa Neto
Sander Clayver Pereira Mello
Valdemir Nilo Siqueira

Campus Coari
Portaria N° 033 – GDG/IFAM – CCO, de 10 de março de 2014.

Geraldo de Souza Lima - Presidente
André Luiz Laranjeira Rocha
Andrea Baima do Lago Silva
Audinete da Silva Pereira
Iracema Ramos Martins

Campus Lábrea
Portaria N° 100 – GDG/IFAM/LÁBREA, de 19 de novembro de 2013.

João Soares de Araújo - Presidente
Antônio Hipólito de Araújo
Antônio Paulino dos Santos
Deborah Pereira Linhares da Silva
Elyenaira Nogueira Pinheiro
Jefferson Pires de Araújo
Pedro Fonseca Camargo
Vandreza Regina de Souza Sodré

Campus Maués
Portaria Nº 253 – DG/IFAM/CMA, de 14 de outubro de 2013.

Leonor Ferreira Neta Toro - Presidente
Adilson de Lima Lopes Junior
Alexsander Teixeira da Silva
Aline Lopes de Oliveira
Ana Cristina Sales Dibo
Anndson Brelaz de Oliveira
Cristiano Gomes do Nascimento
Ederson Costa de Souza
Fredy Veras dos Santos
Joethe Moraes de Carvalho
Maria Betânia Soares Gomes
Messias Barbosa Ramos
Miguel Bezerra dos Santos Filho
Nathália Cavalcante Costa
Paloma Piva de Lima
Rômulo Ribeiro Machado
Sonete Moreira Lopes
Suely Furtado Soares
Vanderlei Antônio Stefanuto
Vanilde Medeiros Gomes

Campus Presidente Figueiredo
Portaria Nº 155 – DG/IFAM/PF, de 25 de setembro de 2013.

Paulo Marreiro dos Santos Junior - Presidente
Adriano de Andrade Araújo
Adriano Teixeira de Oliveira
Antônio Carlos Batista de Souza
Antônio Carlos Oliveira Loureiro de Souza
Benevaldo Pereira Gonçalves
Brenda Lopes H. Van RIJ
Ewerton Andrey Godinho Ribeiro
Fernanda Mesquita Maia
Francisco Tiago Silva Amarante
Gean Max Angelim de Lima
Gilberto Fernandes Everton Junior
Gisele Alves Feitosa dos Santos
Hessel Marani Lima
Jackson Pantoja Lima
Jefferson Augusto Dutra de Freitas

Jhonatan Pereira da Costa
João Damasceno Mustafa
Joaquim Alberto Leite da Silva Junior
Marcionilo Neri da Silva Junior
Raimundo Nonato Lima de Costa
Raquel da Silva Souza

Campus São Gabriel da Cachoeira
Portaria N° 11, de 21 de janeiro de 2014.

Leonam Matos Correia Lima - Presidente
Jacirene Maria Gadelha dos Anjos
Nairson Brandão Queiroz
Wuathiney Cruz Ferreira

Campus Parintins
Portaria N° 372 – DG, de 30 de outubro de 2013.

David Wilkerson F. de Souza - Presidente
Adriano Silva Costa
Ana Carolina C. Navegantes
Arqleydsson de L. Pinheiro
Augusto José S. Lima
Débora Bezerra Rodrigues
Ilmara M. de Martins
Ítalo Fernando da C. Melo
Joice de Lima Melo
Kleber de Brito Souza
Manuella Pimentel Picanço
Mário Bentes Cavalcante
Mizael dos Santos Seixas
Mônica Yoko N. Bezerra
Nathan Silva Souza
Paulo Jorge Neves Reis
Peterson Medeiros Colares
Romison de S. Teixeira
Rúbia M. F. Cavalcante
Wender da Silva Garcia
Vera Lucia da S. Marinho
Waldomiro dos Santos Silva
Wender da Silva Garcia

AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Carla de Albuquerque Dias – Presidente da CPA
Cristina Oliveira Costa - Discente
Francisco das Chagas Mendes dos Santos - Docente
Francisco Sousa da Costa – Téc. Administrativo
Gizelle Chaar Negreiros – Coord. Aval. Institucional
Hermínio Edson Maia Santana - Discente
Hilda Maria Ferreira da Silva Lima – Pesq. Institucional
Joscival Vasconcelos Reis - Docente
Juscelino Azevedo – Sociedade Civil Organizada
Lucilene Rebouças de Oliveira - Téc. Administrativo
Maxwell Ribeiro de Souza - Discente
Roniscley Riberio de Souza - Docente
Ruy Alberto Melgueiro – Téc. Adm.
Silvério Liberato Cardoso Garrido Júnior - Discente
Tarcísio Lélis Costa Bacóvis – Téc. Administrativo

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Anne Karoline da Silveira Cabral
Erlison Soares Lima

REGISTRO HISTÓRICO DO IFAM

Ana Claudia Ribeiro de Souza
Anna Cássia Souza da Silva
José Eurico Ramos de Souza

REVISÃO

Ana Paula Pereira Batista
João Luiz Cavalcante Ferreira
Raimundo Vicente Jimenez

ISBN 978-856850402-4

Reitoria

Rua Ferreira Pena, 1109, Centro. CEP 69025-010. Manaus/AM